



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

a XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

Discurso do Presidente João Figueiredo, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 6 de dezembro de 1982, por ocasião da sessão plenária inaugural da XIII reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Senhores Chanceleres,
Senhoras e Senhores.

Desejo, antes de tudo, dizer-lhes da especial satisfação com que o Brasil recebe tão ilustres representantes de nações às quais consagra fraterna e profunda amizade. A todos os membros das delegações aqui presentes estendo minhas boas vindas, e formulo os melhores votos de feliz estada entre nós.

Brasília tem a honra de ser, mais uma vez, sede da Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata. Cidade de concepções arrojadas, esta capital foi construída sob o signo da confiança no futuro. Não é outra a confiança que o Brasil deposita nos rumos da região da Bacia do Prata e na cooperação com os países que a conformam.

Dentro desse espírito, foi este mesmo Palácio Itamaraty o cenário da assinatura, por nossos Chanceleres, na Reunião Extraordinária de abril de 1969, do Tratado da Bacia do Prata, documento máximo de orientação do sistema regional.

A reunião que hoje se inaugura é, ademais, realçada por se realizar no ano em que se completaram três lustros desde que, em Buenos Aires, os Chanceleres dos cinco países mantiveram seu primeiro encontro,

dando início a um proveitoso processo de colaboração.

Essas iniciativas históricas tiveram por base a convicção, cada vez mais firme através dos anos, de que os fartos recursos da região devem ser amplamente aproveitados e valorizados. Nossos países se inscrevem na grande família das nações latino-americanas. Unem-nos não só a contigüidade territorial, mas também outros fatores de relevo, como a experiência humana e as tradições de que nos honramos, traços culturais de acentuada semelhança, e um conjunto de interesses mútuos e aspirações comuns plenamente integrados à fraternidade latino-americana, queremos todos, a partir do desenvolvimento dos recursos da área da Bacia do Prata, contribuir para o progresso e o fortalecimento da América Latina.

Na área da Bacia do Prata situam-se grandes e modernas concentrações urbanas. Se, em alguns casos, problemas de crescimento e desníveis econômicos devem ser superados, constituem essas cidades, por outro lado, um acervo de experiências que nos permite melhor avaliar nossa realidade e nossos horizontes de ação.

Não só nos progressos urbanos se localizam fatores positivos para nossos países. São também importantes os recursos natu-

rais, nos setores da agricultura, da pecuária, dos minerais, da energia. Temos presente que, mais que uma faculdade constitui um compromisso para com as gerações futuras a adoção, desde logo, de medidas tendentes a acelerar o desenvolvimento da região.

Essas perspectivas permanecerão, entretanto, limitadas, caso não se implantem redes de transporte e comunicação, de acordo com uma escala adequada de prioridades. Se empreendimentos significativos já existem nesses setores, ou estão em vias de se concretizar, muito resta por fazer até que cheguemos a uma integração efetiva.

Contudo, além dos aspectos materiais, a real dimensão de nossas possibilidades está condicionada pelo desenvolvimento do potencial humano em nossos países. Sempre aprimorável, cada vida é, de certo modo, um constante processo de aprendizado e educação. Cabe-nos, por esse motivo, zelar pelo continuado aperfeiçoamento de nossos recursos humanos.

Senhores Chanceleres,

Dentro dessa ótica, mantêm atualidade os altos propósitos consagrados no Tratado da Bacia do Prata, cujo artigo primeiro se refere à conjugação de esforços das Partes "com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de sua área de influência direta e ponderável".

Com acerto, esse compromisso multilateral foi concebido com ampla margem de flexibilidade. Ao mesmo tempo que dispõe sobre direitos e deveres recíprocos, assenta-se na noção de responsabilidade primordial de cada país quanto ao seu próprio desenvolvimento, respeitadas as peculiaridades e os desejos próprios das nações.

O grande alcance do Tratado, e a possibili-

dade de sua aplicação a uma extensa variedade de iniciativas e projetos, atende, assim, a anseios de desenvolvimento e integração dos povos da área. Correspondendo à vocação dos nossos países, aquele acordo contribui expressivamente para a prosperidade geral.

A eficácia do Sistema da Bacia do Prata está condicionada pelo estabelecimento de prioridades, e pela concentração de esforços em torno destas. A preocupação de nossos Governos nesse sentido garante que esse processo será conduzido dentro de parâmetros realistas e capazes de produzir resultados perenes.

Nesse sentido, pode-se verificar uma grande variedade de projetos em que não temos tido a preocupação do impacto junto ao público, mas a do trabalho sólido e competente, marcado pela conjugação dos esforços técnicos a nosso alcance.

Importante instrumento desse processo é o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata. Conquanto disponha de uma base de capital ainda modesta, vem ele obtendo crescente projeção internacional e ampliando suas perspectivas de ação. As atividades do Fundo representam apoio financeiro indispensável à elaboração e à implantação de vários projetos nesta área.

Senhores Chanceleres,

Iniciativas como o aproveitamento binacional de Itaipu e Salto Grande prefiguram notável progresso para a região. Não obstante as dificuldades que enfrentamos no plano internacional, tais realizações convencem-nos do acerto da trajetória que escolhemos para perseguir o objetivo do desenvolvimento econômico e social de nossos países.

Estou seguro do êxito dos trabalhos aos quais todas as delegações aqui presentes se entregarão a partir de hoje. Deles o Bra-

sil participa com ânimo construtivo, e com o espírito de cooperação que imprime às relações com países aos quais está ligado por marcantes afinidades e por aspirações comuns.

Agradecendo a presença de todos em Brasília, dou por inaugurada a XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Muito obrigado.

os pronunciamentos dos chanceleres da argentina, bolívia, paraguai e uruguai

Discursos dos Ministros das Relações Exteriores da Argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari, da Bolívia, Mário Velarde-Dorado, do Paraguai, Alberto Nogués, e do Uruguai, Carlos Alberto Maeso, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 6 de dezembro de 1982, por ocasião da XIII reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

CHANCELER ARGENTINO

Señor Presidente,
Señores Ministros de Relaciones Exteriores de Bolivia, Paraguay y Uruguay,
Señoras, Señores:

Deseo en primer lugar sumarme a los distinguidos colegas que han felicitado a S.E. El Señor Embajador Don Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Relaciones Exteriores de la Republica Federativa del Brasil, por su eleccion como presidente de esta reunión. Las tareas que venimos realizando han dado ocasion para comprobar, una vez mas, sus excepcionales condiciones profesionales y su delicada sensibilidad diplomatica, aplicada en este caso a la conduccion de nuestras deliberaciones.

Quiero tambien expresar que mi delegacion ha escuchado con gran interes las palabras con las que el excelentísimo señor presidente, Don João Baptista de Oliveira Figueiredo, nos hizo el honor de inaugurar estas deliberaciones. En sus conceptos, hemos encontrado la generosa inspiracion de un hombre publico que contribuye a orientar nuestras tareas hacia el bien comun de nuestros pueblos.

Los señores Ministros de Relaciones Exteriores de Bolivia, Paraguay y Uruguay han aportado a esta reunion expresiones de valor insustituible, que nos ayudan a comprender el conjunto de los problemas que enfrentamos y las posibilidades de soluciones que se nos ofrecen. Por ello, siento como un deber la necesidad de manifestarles mi reconocimiento.

Tambien quiero agradecer la generosa hospitalidad que se nos brinda en esta ciudad que es testimonio de la voluntad y el teson de una nacion empenada en alcanzar el destino que le fijaron sus fundadores y donde hace casi tres lustros se firmo el tratado de la cuenca del plata.

Estamos aqui reunidos por mandato de ese tratado, a fin de apreciar y evaluar los resultados obtenidos en la empresa de promover el desarrollo armonico y la integracion fisica de la cuenca; para celebrar consultas sobre la accion de nuestros gobiernos en el ambito del desarrollo integrado de la region; trazar las directivas basicas de politica comun para el logro de los objetivos que nos hemos fijado y, finalmente, dirigir la accion del comite intergubernamental coordinador.

Una mirada sobre todo lo que se ha hecho en el ambito de la cuenca desde su creacion deja una sensacion reconfortante. Con frecuencia, la realidad cotidiana no nos da la oportunidad de deternos a observar lo que se ha construido en el pasado reciente. Nuestros pueblos tienen necesidades inmediatas que acentuan la importancia del corto plazo, dejandonos pocas ocasiones para reflexionar sobre todo lo que ha sido posible edificar en un periodo de poco mas de quince años, que es apenas el tiempo de una generacion y solo un pequeno momento en la historia de las naciones.

Hemos fortalecido la region con aprovechamientos hidroelectricos, conexiones viales, ferroviarias y de telecomunicaciones, hasta un punto que hace veinte años nos hubiera parecido utopico.

Pocos meses atras, tuve el honor de participar en la puesta en funcionamiento de la penultim unidad hidrogeneradora de salto grande y de la inauguracion del puente vial y ferroviario sobre el coronamiento de esa represa que, con la Republica Oriental del Uruguay, hemos construido conjuntamente para unir mas a la cuenca que nos vincula.

Hace solo unas semanas ha concluido la primera etapa del llenado del embalse de Itaipu, obra brasileño-paraguaya que ha cumplido su cronograma de construccion con una precision ejemplar, y a nadie se oculta que la compatibilizacion de esa obra con el proyecto argentino-paraguayo de corpus gravito significativamente en el sistema de la cuenca. El acuerdo fue logrado entre los tres países en octubre de 1979 y hemos avanzado muy considerablemente en el estudio de factibilidad de corpus, para cuyo llenado se contara con las facilidades que otorgaran las represas de aguas arriba, particularmente Itaipu, por otra parte, el ejercicio relativo a la primera etapa del llenado de Itaipu ha permitido desarrollar un profundo analisis tecnico de temas de intereses comun y ha sentado un precedente

auspicioso para la cooperacion internacional en ese campo. En cuanto a las cuestiones menores que se han suscitado con motivo de esa operacion, seran resueltas por las partes interesadas en el marco del acuerdo tripartito de 1979.

Los ajustes producidos hace unos dias en el tratado de yacyreta, tienden a darle a su estructura la agilidad requerida para la adopcion de las decisiones y a dotarla de un sentido de economicidad que haga compatible el desarrollo que ella misma genera con el costo de la electricidad que producira. Los proyectos argentino-brasileños en el alto Uruguay continuan avanzando al ritmo programado y tambien progresan en los tiempos previstos los aprovechamientos proyectados en el Parana medio.

Pero la tarea va todavia mas alla y mientras continuamos satisfactoriamente con la construccion del puente vial y ferroviario entre las ciudades de posadas y encarnacion sobre el rio Parana, en unas semanas mas comenzaran las obras del puente que unira Puerto Iguazu con Puerto Meira, tal como fue anunciado en la ultima reunion de cancilleres.

Tambien podemos mencionar entre las realizaciones del sistema de la cuenca, el fondo financiero con sede en Sucre, creado por el convenio constitutivo de 1974 y que hasta el presente ha aprobado operaciones por mas de 24 millones de dolares. Por iniciativa de los organos de fonplata, se ha realizado recientemente en Buenos Aires una reunion de expertos gubernamentales que analizo los ajustes que podrian introducirse para ampliar las posibilidades y agilizar el funcionamiento de dicho fondo.

De tal modo, confio en que las consultas que en estos dias vamos a mantener, puedan servir para impulsar los proyectos comunes y aproximar a su etapa de realizacion aquellos que se nos ofrecen como po-

sibilidades enriquecedoras de nuestra region.

En este orden de ideas, es nuestro deseo dar pasos concretos para encaminar el aprovechamiento hidroelectrico argentino-boliviano de las pavas, que fue identificado como una prioridad por el grupo binacional de trabajo para la a ta cuenca del rio Bermejo a que se refiere la Resolucion 142. Ya se ha realizado el relevamiento aerofotografico de esa zona y se encara ahora la institucion y la cartografia.

Tambien es nuestro deseo contribuir en forma efectiva a los proyectos de San Jacinto y de Icla en el territorio de la Republica de Bolivia y, superados los inconvenientes que se habian presentado, es nuestro proposito dar nuevo impulso al proyecto de aprovechamiento multiple del rio Pilcomayo en el que participamos con Bolivia y el Paraguay, mediante la realizacion de los estudios sedimentologicos y fluviomorfologicos que se encuentran pendientes.

Las conversaciones que se mantengan sobre estos asuntos y aquellos otros que han sido senalados por mis distinguidos colegas en sus exposiciones, deberan servir al proposito comun de promover el desarrollo armonico y la integracion fisica de la Cuenca del Plata y de sus areas de influencia directa y ponderable, tal como lo establece el articulo I del tratado que nos rige.

Ademas, como esta reunion tiene tambien la responsabilidad de dirigir la accion del comite intergubernamental coordinador con sede en Buenos Aires, seria conveniente indicarle, dentro de la gama de prioridades acertadamente establecidas en las sucesivas reuniones de cancilleres, donde deberia ser puesto el enfasis entre los asuntos que consideran los grupos de expertos de cada una de las areas basicas. En este orden de cosas, adquiere particular importancia el trabajo aprobado por el cic en su sesion del 16 de noviembre ultimo y

que ha sido realizado con el fin de iniciar el cumplimiento de la resolucion n° 171 (XII).

Señor Presidente:

Dentro de los temas que mi gobierno considera prioritarios, cabe destacar el de la "calidad de agua" que la Republica Argentina ha identificado como uno de los mas trascendentes dentro de la cuenca.

En tal sentido, la naturaleza del tema y las derivaciones que pueda tener en las relaciones dentro de la subregion, lleva a mi pais a proponer una politica de prevision que tienda a evitar en el futuro hechos irreparables, es decir un sistema que asegure una efectiva prevencion de la contaminacion de los rios de la cuenca. Para ello, hay que tener en cuenta que son multiples y variados los factores que amenazan con alterar la calidad de las aguas de un rio; por lo tanto, considero necesario no solo mantener la finalidad comun de preservar el medio ambiente, sino tambien la de impedir perturbaciones en el equilibrio ecologico.

Asi las cosas, cabe destacar la importancia de la recomendacion n° 2 del grupo de trabajo del area basica 2 del corriente año, señalando la trascendencia que tiene el resguardo de acciones y estudios integrados, que permitan incorporar parametros de utilidad amplia y coincidente con las distintas exigencias impuestas por los rios.

Los efectos de las crecidas del corriente año han venido a poner de manifiesto, una vez mas, la imprescindible necesidad de contar con una adecuada red regional de estaciones hidrometeorologicas. Solo disponiendo oportunamente de la informacion, podran hacerse las previsiones que eviten mayores perjuicios. Por ello resulta necesario que se de cabal cumplimiento a la resolucion 176 (XII), tal como lo ha recomendado el grupo de trabajo del area basica 2, segun consta en el informe que hemos recibido del cic.

Señor Presidente:

Es por todos conocido, el particular interes que tiene la republica argentina en la conservacion y el mejoramiento de las condiciones de navegabilidad de los rios de la Cuenca del Plata. Las importantes sumas que mi gobierno invierte cada año con tal proposito dan testimonio del esfuerzo que realizamos para alcanzar ese objetivo y el estudio sobre "La eficiencia del transporte fluvial en la Cuenca del Plata", preparado por el intal el año ultimo, contiene sugestivas consideraciones sobre ese tema, que deberan ser tenidas en cuenta.

Los ministros de obras publicas del cono sur, en sus ultimas reuniones, han analizado documentos preparados por la cepal sobre aquella misma materia y segun se expresa en el informe del cic que vamos a considerar, en la reunion del grupo de trabajo del area basica I realizada en Buenos Aires en septiembre ultimo, los expertos de Bolivia, Brasil y Uruguay cieron una reseña de los aportes de sus respectivos gobiernos en el mismo sentido.

En cuanto a los aprovechamientos argentino-brasileños proyectados en el alto Uruguay en el marco del tratado del 17 de mayo de 1980, contribuirán eficientemente a mejorar la navegacion de este rio, como así tambien las esclusas y el canal de navegacion que completaran la represa de salto grande. Debo senalar ademas, que la comision administradora del rio uruguay que mi gobierno ha formado conjuntamente con el de la Republica Oriental del Uruguay, ha avanzado muy satisfactoriamente en el desarrollo de un sistema que permitira suministrar a la navegacion predicciones sobre el caudal, el nivel y la velocidad de las aguas entre el tramo de ese rio comprendido entre salto grande y su desembocadura en el rio de la Plata.

Las riquezas de nuestra zona, requieren formas economicas de movilizacion para

convertirse en aportes eficientes al bienestar de nuestros pueblos. De tal modo, la disponibilidad del transporte para llevar los productos de su lugar de origen al centro de industrializacion o consumo, hace toda la diferencia entre la frustacion del que trabaja y no consigue colocar en el mercado los frutos de su esfuerzo y la prosperidad de quien recibe la justa compensacion que merecen sus desvelos y su teson.

No ha sido casual que "La facilitacion y la asistencia en materia de Navegacion" hayan sido señaladas en el primer lugar entre los objetivos que especificamente se enumeran en el articulo I del tratado de la Cuenca del Plata. Esa ubicacion privilegiada, se vincula directamente con el proposito de lograr el desarrollo armonico y la integracion fisica que se persigue. Por ello, la materia merece una muy especial consideracion de esta reunion.

Señor Presidente,
Señores Cancilleres:

Las riquezas que generosamente ha implantado la divina providencia en nuestra region y las necesidades es de nuestras naciones que debemos satisfacer en cumplimiento de nuestro deber de gobernantes, constituyen un venero de irresistible e atractivo para la imaginacion y el empeño. Tenemos ante nuestra vista un campo de fertilidad subyugante y un panorama de urgencias impuestas por un tiempo que no podemos malgastar porque pertenece a nuestros pueblos.

Por ello, he querido referirme aqui a aquellos aspectos que, en opinion de mi gobierno, deberian recibir nuestra atencion mas inmediata por su propia definicion los recursos que disponemos para movilizar nuestra riqueza son limitados. Pero tambien sabemos que el esfuerzo combinado de nuestros paises producira resultados mayores que los que se podrian obtener median-

te la suma de los empeños separados de cada una de nuestras naciones.

Lo que se espera de nosotros es que acertemos al orientar la acción de manera tal que los recursos sean aplicados a las empresas comunes que ofrezcan mayor beneficio para el conjunto. Para ello partimos de ideales comunes, nos fundamos en convicciones compartidas y, seguros de que nuestra tarea es en bien de nuestros pueblos, contamos también con la inspiración que nos dará el creador para contribuir con su plan.

CHANCELER BOLIVIANO

Sean mis primeras palabras para expresar a nombre de mi Patria y su gobierno democrático, mis más sinceros agradecimientos por la invalorable distinción que significa representar, en este acto inaugural de las labores de la XIII Reunión de Cancilleres de la Cuenca del Plata, a mis ilustres colegas de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

Nuestra mayor satisfacción, sin embargo, no proviene de este hecho puramente circunstancial, sino de que nos reunimos en una capital como Brasilia, símbolo de la pujanza de un pueblo cordial y fraterno que nos muestra el derrotero hacia un desarrollo con independencia.

Hemos oído con profunda atención las palabras del excelentísimo señor Presidente de la República Federativa del Brasil. No me equivoco si afirmo que sus sabias palabras trasuntan la esperanza de mis distinguidos colegas, así como de los Gobiernos y pueblos a los cuales representan, en el afianzamiento de la Cuenca del Plata, como instrumento de integración y acercamiento de nuestros países, que luchan por un destino común de prosperidad basada en la comprensión, el respeto y solidaridad recíprocos.

La elección del excelentísimo señor Ramiro

Saraiva Guerreiro, como presidente de esta reunión contribuirá sin duda al mejor resultado de este evento. Así lo anticipa su vasta experiencia diplomática y sus relevantes cualidades personales.

Mi pueblo ha vencido una de las etapas más oscuras de su Historia al derrotar a una dictadura que lo llevaba a la quiebra total y a su completo aislamiento internacional, el carácter pacífico de este tránsito boliviano de la dictadura a la democracia ha concitado con razón la atención mundial, pues en nuestra dramática vida republicana no hubieron cambios sin sangre, dolor y luto. Esta hermosa excepción no ha sido fruto de la casualidad constituye, sin duda, el resultado de los esfuerzos de todos los sectores sociales y económicos del país con el fin de lograr una solución patriótica de la crisis. La necesidad de encontrar una fórmula de salvación fortaleció la unidad nacional afirmada en el pluralismo democrático.

El gobierno que me honro en representar, a cuya cabeza se halla el excelentísimo señor doctor Hernán Siles Zuazo, es de todos los bolivianos.

Se trata de un régimen que proyecta el más amplio espectro social, político e ideológico, jamás visto antes en la historia boliviana.

La nueva política internacional no alineada de Bolivia es la expresión de nuestro pluralismo interno. El trato boliviano a los miembros de la comunidad internacional es el mismo de tolerancia y respeto de las ideas ajenas que prevalece en nuestra propia casa. Por eso Bolivia está decidida a mantener relaciones con los gobiernos de todos los países del mundo, en un marco de no intervención, de respeto a la autodeterminación de los pueblos, de solidaridad, paz, amistad y cooperación mutuamente ventajosa.

Bolivia, es nexo entre todos los sistemas de integración que se desarrollan en la región. Debe ser vínculo natural entre el Atlántico y el Pacífico, como los es entre el Amazonas y el Plata. La nuestra es una voluntad integracionista que se remonta a los albores de la independencia, acorde con la vocación de nuestros próceres que soñaron con una América unida.

Estas realidades nos señalan lo que puede y debe hacerse en el campo de las relaciones con nuestros vecinos. Pondremos mayor énfasis en las relaciones económicas, políticas y culturales con las naciones hermanas de América. En forma especial, intensificaremos esfuerzos para desarrollar una mayor vinculación con los países vecinos.

En la Cuenca del Plata se presentan magníficos ejemplos de cooperación. Son dignos de particular mención los resultados obtenidos en Itaipú por las hermanas repúblicas del Brasil y Paraguay. Entre las obras ejecutadas o en curso de ejecución en la zona, aquella constituye sin duda la expresión más elevada de cuanto puede lograrse cuando existe una efectiva y leal amistad entre los pueblos.

Estos logros deben servir de estímulo a esfuerzos ulteriores para que la integración física, agilice y consolide la integración económica a la cual todos aspiramos. Es por eso que tenemos que impulsar el fortalecimiento del fondo financiero para el desarrollo de la Cuenca del Plata. Creemos que este fondo debe jugar un rol significativo en el desarrollo particular de nuestros pueblos para incrementar las potencialidades nacionales en el marco del esfuerzo integracionista.

En la actual coyuntura, Bolivia, en su condición de país de menor desarrollo económico relativo, con grandes limitaciones geográficas, entre ellas su enclaustramiento, demanda la solidaridad y efectiva cooperación de sus socios de la Cuenca del Plata,

para llevar adelante los varios proyectos pendientes, como el transporte en sus diversos medios y modos, creando la infraestructura adecuada. En este punto tengo que reiterar el especial interés de mi país en la construcción de Puerto Busch. Así podrá confirmarse la profunda convicción que nos anima de ayudarnos recíprocamente, en la medida de nuestras posibilidades concretas.

En este sentido, cobra perentoria necesidad el oportuno cumplimiento de las disposiciones aprobadas por los distintos órganos de la cuenca del Plata.

Esta reunión es una nueva oportunidad para el diálogo entre hermanos, sobre la base de coincidencias necesarias que culminen en acuerdos que no sólo honren a nuestra América, sino que se erijan en ejemplo para los demás pueblos del hemisferio.

Bolivia necesita de sus vecinos, tanto como éstos necesitan de mi patria. Esta verdad, que es también la de todos los gobiernos y pueblos representados en esta conferencia, debe ser atendida con prioridad a cualquier otra, por grandes o pequeñas que fuesen las diferencias que eventualmente pudiesen separarnos.

Creo interpretar el sentimiento de mis distinguidos colegas si expreso mi satisfacción por la labor del comité intergubernamental coordinador. La obra de este grupo de trabajo proporciona una base auspiciosa para el futuro de la zona.

Pese a su importancia, las necesidades de desarrollo de nuestros pueblos son tan grandes, que las acciones realizadas hasta hoy no se sitúan en el orden de magnitud del desafío. Esta reflexión debe conducirnos a vigorizar la decisión política indispensable para fortalecer las instituciones e instrumentos del tratado.

Permítame apelar a vuestra generosidad para abordar un tema que reiteradamente ha sido definido de interés no sólo boliviano, sino también continental. Se trata del retorno de mi país al litoral marítimo que hace 103 años fue suyo y que se le arrebató en una guerra de conquista. La mediterraneidad de Bolivia limita no sólo nuestra soberanía, sino también las posibilidades de su desarrollo económico. Pero también constituye una fuente de malestar que conspira contra los principios de paz, justicia y hermandad del sistema interamericano.

El acceso directo, soberano y útil de Bolivia al Océano Pacífico, vinculará a todos los países de la cuenca del Plata hacia las grandes rutas oceánicas que parten de ambas costas de nuestro continente.

El escenario geográfico de la Cuenca del Plata, es autosuficiente en la mayoría de los productos críticos de la economía mundial. Por ello mismo, excelentísimo señor presidente, es conveniente que el esfuerzo de integración que compartimos, movilice el conjunto de los recursos existentes en la cuenca. Asimismo, con espíritu visionario, debemos tender a vincular el continente del Pacífico al Atlántico, teniendo en cuenta que aproximar esquemas de cooperación es un imperativo que compete a ésta y a las generaciones que nos sucedan.

En nombre de mis distinguidos colegas y en el mío propio, así como del pueblo y gobierno que represento, agradezco a Vuestra Excelencia, muy calurosamente, la generosa acogida que nos brinda el Gobierno y el Pueblo del Brasil. Esta noble tierra es más que el testimonio viviente de un gran desarrollo material y espiritual. Es fundamentalmente, una nación fraterna con un consecuente e invariable espíritu de solidaridad.

No abrigamos dudas de que en Brasilia lograremos resultados positivos que permitirán perfeccionar el proceso de la Cuenca del Plata.

Deseo concluir expresando los votos más sinceros por el éxito de esta reunión, por la prosperidad de nuestros pueblos, por la ventura personal de Vuestra Excelencia y por la feliz culminación del proceso democrático que usted conduce.

Muchas gracias.

CHANCELER PARAGUAIO

En vuestra persona, Excelentísimo Señor y querido amigo, Embajador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil, me honro en saludar al Gobierno de esta Nación grande y hospitalaria que hoy nos acoge nuevamente para compartir, con las otras distinguidas delegaciones de naciones hermanas, la cita anual de los Cancilleres de la Cuenca del Plata, organismo regional que hace catorce años, precisamente aquí en esta capital airosa y audaz, cobró forma institucional.

Esta Reunión de Cancilleres de los países miembros de la Cuenca del Plata, por encima de su innegable importancia y transcendencia, significa para mi Delegación el honor y la satisfacción de encontrarse con las Representaciones similares de cuatro países hermanos, unidos al mío por antiguos lazos que el tiempo ha ido afirmando. A ellos, así como a las altas autoridades nacionales del Brasil, a los observadores especialmente acreditados y a los representantes de organismos nacionales e internacionales aquí presentes, deseo transmitirles un cálido y fraternal saludo a nombre del Gobierno del Paraguay y de su pueblo.

Como en 1969 y 1976, nos complace estar reunidos en esta ciudad capital tan joven y ya madura, en la que se suscribió el Tratado de Cuenca del Plata.

Esta misma ciudad de Brasilia es un claro ejemplo del espíritu que inspiró el Tratado

de 1969. La construcción de la Capital brasileña respondió al deseo de confirmar y demostrar la intención ya expresada en latinoamérica de lograr el desarrollo armónico e integral de nuestros países, respondiendo a un criterio exigente de síntesis geográfica dentro del ámbito de la propia soberanía, antes de proyectarse al mundo en torno.

Nuestra época tiene por característica básica una dinámica expansiva, que busca la cooperación como herramienta legítima al servicio de los propios intereses nacionales. En efecto, las llamadas potencias mundiales son el resultado de ese proceso de síntesis y constituyen un ejemplo válido que debe orientarnos en el ambicioso camino de aproximar y conjugar nuestros afanes, para llegar también a logros similares.

La actual situación económica internacional, caracterizada por una fuerte recesión, que todavía no apunta a su fin, nos sitúa ante serias dificultades a todos los países del orbe, tanto a los industriales cuanto a los que pugnamos por el desarrollo para mantener un adecuado nivel de crecimiento.

Las potencias que tienen en sus manos el destino del poder económico aplican políticas cada vez más restrictivas al comercio internacional con los países en crecimiento, y éstos en general y los nuestros en particular, se ven así constreñidos al aceptar un incremento desmesurado de su deuda externa que han debido utilizar en forma progresiva como expediente inevitable para fomentar su desarrollo nacional ante la carencia de favorables saldos comerciales externos.

Este panorama nada halagador, que a todos por igual y que separada o conjuntamente nos compromete, debe ser especialmente considerado con la máxima atención, a fin de imaginar y obtener un adecuado consenso en cuanto a la forma y a las medidas que deben adoptarse para con-

jurar el desafío con una razonable esperanza de éxito.

La integración económica es sin duda, el medio adecuado para ello, comenzando por una integración física bien medida y juiciosa que responda a los verdaderos intereses económicos. La región territorial que cubre el Tratado de la Cuenca del Plata ofrece una de las áreas más ricas del mundo y posee grandes posibilidades de desarrollo para la generación de energía, la producción de alimentos, la instalación de industrias manufactureras y la explotación de bienes naturales de diversa índole.

En el seno de nuestra Cuenca se han desarrollado ya o están en vías de desarrollo, proyectos de gran envergadura, como ITAIPÚ y YACY-RETÁ, para no referirme sino a aquellos emprendimientos binacionales que más estrechamente se hallan vinculados a mi país. Permítaseme, en esta solemne ocasión, que rememore un acontecimiento que nos ha llenado de orgullo y satisfacción a los brasileños y a los paraguayos. Me refiero, claro está, a la apertura del vertedero de la represa de Itaipú. Acontecimiento que fue protagonizado por los Excelentísimos Señores Presidentes del Paraguay, General de Ejército Don Alfredo Stroessner, y del Brasil, Don João Figueiredo. Aquella ceremonia del 5 de noviembre dejó en nosotros un recuerdo imborrable: era no solamente el instante feliz de un resultado exitoso, sino que, además a simbolizaba la capacidad de esfuerzo, de perseverancia y de fé de dos naciones unidas por indisolubles lazos de amistad. Amistad puesta, Señores Cancilleres, al servicio de nuestros países y de América, porque tenemos el convencimiento de que los efectos multiplicadores y las posibilidades que nacerán de Itaipú serán vertidos en otras formas de integración y cooperación en beneficio de toda la región.

Igual alcance le asigna el Gobierno de mi país al complejo de Yacy Retá, sobre cuya

conveniente reactivación se ha dado los pasos iniciales hace pocos días, a fin de que este importantísimo proyecto alcance también, muy pronto, su etapa de definitiva realización.

Señores Cancilleres:

Según se lee en la Carta constitutiva de nuestra organización, el proceso de la Cuenca del Plata tiene por objeto promover el desarrollo armónico y la integración física del espacio económico que abarca, mediante el aprovechamiento compartido de los recursos naturales allí existentes. Básicamente, pues, se apunta a la integración física y eso es lo que ha procurado desarrollar prioritariamente hasta ahora. Pero es evidente que la integración física está condicionada a la perspectiva de un proceso integral de transformación de toda la región. Es decir que las obras, aún las binacionales, deben ser concebidas y llevadas a término dentro de este propósito.

He dicho en anteriores oportunidades que mi país pretende que el Tratado de Brasilia sea interpretado dentro de un contexto de actividades ambiciosas y complejas, especialmente aquellas relacionadas con la complementación industrial y agrícola, y con el intercambio comercial, en base por supuesto a una previa y necesaria coordinación con otras entidades que congregan a nuestros países, como es el caso de la ALADI, entre cuyas funciones se encuentran la promoción y regulación del comercio regional, la complementación industrial, y la cooperación económica.

Con ese criterio, consideramos que tanto el Tratado de Brasilia, como el Tratado de Montevideo 1980 son instrumentos idóneos y dotados de la suficiente flexibilidad, como para poder complementar, en sus respectivas áreas, los esfuerzos de los países que participan simultáneamente de ambos esquemas. En efecto, el artículo 6 del Tratado de la Cuenca del Plata establece

que sus normas no inhiben a las Partes Contratantes para concretar acuerdos específicos o parciales, bilaterales e multilaterales, y el Tratado de Montevideo 1980, por su parte, establece los acuerdos de alcance parcial como formas de concertación que permiten la relación bilateral o plurilateral entre los países miembros. De manera que esta coincidencia normativa abre un amplio espectro de posibilidades para nuestros países, que participan en ambos organismos.

Adicionalmente el Tratado que creó la ALADI aclara que sus disposiciones no afectan los derechos y las obligaciones resultantes de convenios suscritos con anterioridad por cualquiera de los países signatarios.

Corresponde, pues, que coordinemos nuestra actividad integracionista conforme a las respectivas competencias de cada uno de los Organismos que nos agrupan, a fin de procurar los mejores resultados y evitar la duplicación en el esfuerzo.

En este orden de ideas es digno de destacarse la acción iniciada en el marco del Área Básica III, en la reunión llevada a cabo recientemente en la capital de mi país.

Por otro lado, algunos de nuestros socios en la Cuenca del Plata y en la ALADI comparten el movimiento integracionista denominado Pacto Amazónico, cuyos objetivos son semejantes a los del Tratado de Brasilia. Cabe pensar, por tanto, en aquellos de nuestros países que comparten intereses en los tres procesos señalados, propongan, en un tiempo más o menos cercano, un sistema de acuerdos y esfuerzos compartidos que interconecten las Cuencas del Amazonas y del Plata, y promuevan ulteriores aproximaciones en el marco de la ALADI.

Todas estas posibilidades forman parte de nuestro anhelo y de nuestro esfuerzo por crear una América Latina unida, poderosa y

respetada. Para concretar ese objetivo, y brindar a los hombres que pueblan nuestros países un mejor nivel de vida y un bienestar asegurado, no debemos cejar en el empeño instaurado aquí en Brasilia, dedicándoles a las múltiples vías por las que avanza el proceso, un constante apoyo y el necesario y permanente respaldo político.

El balance de lo actuado hasta el presente en la Cuenca del Plata tiene signo positivo. En su marco pueden señalarse ya realizaciones concretas y proyectos bien encaminados. Sigamos trabajando seriamente, buscando perfeccionar con sentido realista, el proceso de integración en el que se encuentran empeñados no solamente el presente, sino también el futuro de nuestras naciones.

Inspirado en esos propósitos, es un honor reiterarles el privilegio que para mí significa participar de esta importante reunión en este escenario ambicioso y al mismo tiempo sosegado de Brasilia, paradigma de empresas que parecen imposibles, pero que llegan a su meta final, con constancia y valor.

Muchas gracias.

CHANCELER URUGUAIO

Señor Presidente
Señores Cancelleres
Señores Delegados

Deseo previo a todo extender el afectuoso saludo al Señor Presidente, a quien deseamos una feliz gestión en el ejercicio de sus altas funciones, así como agradece la generosa hospitalidad del pueblo y Gobierno del Brasil.

Es con verdadero placer que llegamos hasta esta Reunión, munidos como siempre de la fe poderosa e inquebrantable que mueve a mi país hacia todo lo que signifique integración con sus hermanos latinoamericanos, y muy especialmente, cuando dicha

integración se dirige a estrechar vínculos con aquellos a los que desde siempre nos une la proximidad geográfica e histórica, además de la amistad y el buen entendimiento.

Tal como ha dicho recientemente nuestro Presidente Alvarez, "los uruguayos podemos recordar, con legítimo orgullo, que nuestro país formó parte de los organismos regionales de integración, desde el momento de su mera concepción como idea, hasta el momento de su concreción en Tratados y compromisos efectivos".

Y este pensamiento, que fuera a su vez expuesto por otros mandatarios americanos, fue señalado en la mañana de hoy — profundísimamente — por Su Excelencia el Sr. Presidente del Brasil, al destacar el valor del concepto de integración y la forma activa con que su país participa del mismo.

En momentos de definiciones históricas, cuando nuestros Presidentes han ya manifestado en forma expresa su voluntad política de integración y relación, debemos los Cancilleres ser claros, francos y constructivos, dinamizando los mecanismos de nuestra responsabilidad, en cumplimiento de decisiones que unen al valor de la jerarquía, el de la razón y la justicia.

El escenario latinoamericano fue testigo, en la década de los sesenta, de la materialización de múltiples iniciativas tendientes a la intensificación de las relaciones económicas y comerciales de los países de la región latinoamericana, que hasta ese momento habían puesto el acento en sus esfuerzos de expansión y desarrollo, en un modelo sustentado principalmente en el aprovechamiento de sus mercados nacionales y del intercambio con países de fuera del área.

La capacidad creativa y de imaginación de nuestros estadistas, se enfrentó al desafío de instrumentar mecanismos capaces de

superar las limitaciones inevitables, de un sistema caracterizado por la debilidad de las relaciones recíprocas en el terreno económico comercial. La íntima convicción de que era indispensable emprender una nueva etapa basada en la solidaridad y en la acción coordinada y conjunta, ampliando la reducida capacidad operativa derivada de los estrechos mercados nacionales y fortaleciendo la capacidad negociadora de la América Latina frente al resto del mundo actuó como acicate para que se diseñaran y se pusieran en práctica mecanismos y fórmulas de integración que asumieron formas y modalidades diversas, en función de los requerimientos de la región en su conjunto y de las peculiaridades propias de las diferentes subregiones que conforman el área latinoamericana.

De esta manera, se dio vida al Mercado Común Centroamericano, a la ALALC — hoy transformada en ALADI —, al Grupo Andino y, más recientemente con miras fundamentalmente a actuar de manera solidaria en el frente externo, al sistema Económico Latinoamericano. Dentro de ese contexto, en 1967 se reunían en Buenos Aires los Cancilleres de Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay, quienes, inspirados por el anhelo común de lograr un mayor aprovechamiento de los espacios económicos y, en particular, de una de las cuencas hidrográficas más importantes del mundo, sentaron las bases de la integración subregional de la Cuenca del Plata, hoy enmarcada en el Tratado de Brasilia.

La Cuenca constituye un fiel testimonio de que la integración, como factor generador de bienestar y desarrollo, no se agota con las fórmulas clásicas de ampliación de los mercados nacionales por medio de la remoción de los obstáculos al comercio. En efecto, la experiencia iniciada entonces por nuestros países, que asumió formas inéditas, ha demostrado que en el marco hidrográfico de la Cuenca del Plata existe un amplio campo de cooperación en áreas

tales como la navegación, la utilización racional del recurso agua, el perfeccionamiento de las interconexiones viales, ferroviarias, fluviales, aéreas y de telecomunicaciones, la complementación industrial, así como también en educación y salud.

Quince años han transcurrido, pues, desde la firma de los documentos iniciales que comprometieron a nuestros países en una tarea de enorme magnitud para promover el desarrollo económico armónico y la integración física de los países de la Cuenca. Al cabo de este período se pueden palpar logros concretos que se han traducido, entre otros, en la culminación de obras gigantescas, especialmente en el campo del aprovechamiento energético de nuestra red fluvial y de la interconexión vial de ciertos países de la Subregión. Ello resulta particularmente importante en circunstancias en que el mundo entero sufre las consecuencias de la crisis petrolera, desatada en la década pasada y cuyas repercusiones ahora se han visto acentuadas, dando paso a una recesión de alcance mundial que ensombrece nuestras perspectivas de desarrollo y que afecta a todos los países sin excepciones.

Es precisamente en estos momentos críticos que la solidaridad latinoamericana adquiere mayor relevancia y vigencia para poder enfrentar con mayor capacidad las dificultades que entorpecen nuestras posibilidades de desarrollo en un marco de estabilidad y bienestar. Dentro de esta perspectiva, consideramos que la presente Reunión de Cancilleres de la Cuenca del Plata es el foro adecuado para que renovemos nuestro comprometido apoyo a la integración latinoamericana y concentremos, a la vez, nuestros esfuerzos para dinamizar las actividades del Sistema, fijando las directivas políticas con bases sobre las cuales se desarrolle la acción futura y dotando a la Cuenca de los medios más idóneos para el fiel cumplimiento de los objetivos del Tratado de Brasilia.

Reconocemos, pues, que los Países Miembros pueden exhibir con legítimo y auténtico orgullo el enorme esfuerzo que ha significado, en el plano nacional y multilateral, la concreción de obras de infraestructura que revelan la capacidad y el empeño de nuestros pueblos para llevar adelante proyectos de enorme envergadura. Reconocemos también que a nivel de los órganos y mecanismos de trabajo de la Cuenca se viene cumpliendo una labor de carácter informativo y de coordinación y que se han dado pasos positivos, fundamentalmente en lo concerniente a la identificación de áreas y programas específicos que podrían ser materia de entendimiento entre nuestros países en el ámbito de la integración subregional.

La creación y puesta en funcionamiento del Fondo Financeiro de la Cuenca del Plata, que desarrolla sus actividades desde la ciudad de Sucre, ha convertido en realidad el viejo anhelo de disponer de un organismo capaz de cooperar en el financiamiento de proyectos de interés subregional.

No obstante, debemos convenir en que la integración de la Cuenca tiene por delante una compleja y ardua tarea que merece todo nuestro apoyo para cumplir plenamente los objetivos de desarrollo económico armónico que constituyen, en última instancia, la motivación fundamental del Tratado de Brasilia.

El Comité Intergubernamental Coordinador nos ha elevado el informe anual de sus actividades, que han consistido principalmente en la organización y celebración de las reuniones de los Grupos de Trabajo de las Áreas Básicas en los sectores de Transporte, Recursos Hídricos, Asuntos Económicos y Educación y Salud, así como también una primera aproximación a las tareas dispuestas por la Resolución 171 (XII) de la última Reunión de Cancilleres.

El Uruguay ha dedicado siempre una espe-

cial atención y ha contribuido con particular entusiasmo en todos los temas de la Cuenca, en la seguridad de que este sistema de integración se puede convertir en uno de los mecanismos más idóneos para alcanzar — mediante la aplicación dinámica de criterios de justicia — una participación más equitativa en los beneficios del progreso y del desarrollo de la región. En diversas ocasiones y con miras a evaluar su funcionamiento, no solamente se ha manifestado atento al estudio de los avances logrados, sino también con respecto a las acciones inconclusas, propiciando formas de perfeccionamiento y planteando la necesidad de adoptar nuevos cursos de acción.

La Resolución 171 (XII), adoptada en la última reunión de Cancilleres marcó una etapa importante en las actividades de la Cuenca, toda vez que fue fruto del reconocimiento de que era necesario "adecuar el funcionamiento del CIC a los nuevos requerimientos de la integración subregional". Determinó, asimismo, un programa de trabajo a ser desarrollado el presente año con miras a profundizar las primeras aproximaciones tendientes a la fijación de un orden de prioridades a ser adoptado por los Países Miembros para definir las futuras instancias del proceso y para actualizar el análisis sobre el grado de cumplimiento de las Resoluciones de los Cancilleres. Simultáneamente dispuso que se procedera a realizar una evaluación global de la organización y funcionamiento del CIC y su Secretaría. Para llevar adelante esta labor, los Cancilleres instrumentaron un mecanismo ad-hoc, consistente en reuniones conjuntas del CIC con expertos gubernamentales de alto nivel. Entendemos oportuno retomar el tema, visto que la instancia no ha podido ser cumplida.

Uruguay ve con preocupación que las actividades de la Cuenca, tanto en lo concerniente a las reuniones conjuntas como a los resultados de la labor de los grupos de trabajo de las áreas básicas pudieran debili-

tarse. Hemos recorrido una buena parte del camino y no es momento de detenernos. Que los logros pasados sirvan de incentivo para salvar las dificultades del presente y aceptemos en suma la necesidad de una adecuación oportuna acorde con las exigencias que nos plantea el desarrollo de nuestros pueblos.

Existen pautas factibles para reforzar el actual esquema de trabajo vigente en la Cuenca sin que ellas signifiquen afectar la actual estructura jurídico institucional ni el principio de que la Cuenca y sus órganos no tienen competencias administrativas directas en el territorio bajo jurisdicción de cada uno de los Estados Miembros. Así, por ejemplo, entendemos que podría ser de aceptación el robustecimiento de las Areas Básicas — dotándolas de una mayor jerarquía y capacidad operativa —, lo cual podría lograrse si integráramos a estas actividades a funcionarios gubernamentales con competencia específica en la ejecución de las políticas nacionales en los correspondientes sectores. Entendemos que estas pautas no son irrealizables y redundarían en beneficio de los Países Miembros.

Del mismo modo, se entiende que podrían ser muy beneficiosas las medidas que pudieran adoptarse a efectos de lograr una mayor concentración y continuidad en la labor derivada de las Areas Básicas, evitando las naturales dispersiones que surgen de la propia complejidad y vastedad de la temática de la Cuenca. Dentro de esta línea, deberíamos esforzarnos para que, en lo posible, la actividad de los mecanismos de trabajo renovados se lleve a cabo en la

sede del CIC, lo cual facilitaría al Comité el mejor seguimiento de estas labores.

En suma, no hay en este terreno dificultad que no pueda ser salvada cuando existe voluntad y deseo de crear e instrumentar soluciones.

No he hecho más que delinear algunas de aquellas soluciones que entendemos viables; pero ponemos de relieve que hemos llegado a esta reunión — como es nuestra costumbre — con el ánimo abierto al diálogo y al cambio de ideas. Creemos en el buen destino de esta realidad que es la Cuenca y confiamos en la vocación integracionista de quienes formamos parte de ella. Existen objetivos que cumplir, objetivos beneficiosos para todos y existen logros que prueban la importancia del esfuerzo, obligándonos a continuar.

Como dijera al comenzar estas palabras, no podemos dimensionar el sentido de la Cuenca sin tener presente el concepto de desafío histórico que ello conlleva. Es ese desafío el que nos impulsa y es ese desafío el que nos motiva. No habrán de ser las dificultades de la hora las que nos aparten de nuestro ideal ni de nuestro compromiso, sino por el contrario constituirán el motor de futuros logros. Tengamos siempre presente que cada uno de nuestros pueblos demostró, en los momentos más críticos, tener la voluntad, firmeza y decisión para superarse y proyectarse hacia adelante, definiendo América como presencia de valor, sacrificio, y realizaciones.

Muchas gracias.

saraiva guerreiro encerra a XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

Discursos dos Ministros das Relações Exteriores do Paraguai, Alberto Nogués, e do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de dezembro de 1982, por ocasião da sessão de encerramento da XIII reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata

ALBERTO NOGUÉS

Me toca a mí el señalado honor de representar a mis distinguidos colegas en esta sesión de clausura de la XIII Reunión de los Cancilleres de la Cuenca del Plata para expresar, en primer lugar, nuestro profundo agradecimiento a las autoridades brasileñas por las delicadas y constantes muestras de hospitalidad que de ellas hemos recibido las delegaciones participantes.

Nuestra gratitud para el Excelentísimo Señor Presidente de la República João Baptista de Oliveira Figueiredo quien, al honrarnos con su presencia en la Sesión inaugural, perfiló en su brillante discurso, con mano de estadista, la fisonomía actual de nuestra organización regional y nos alentó, a través de la suya, con la voz del pueblo brasileño al que tan dignamente representa.

Nuestra gratitud a nuestro admirado y estimado colega, el Embajador Ramiro Saraiva Guerreiro quien, al frente de su equipo de colaboradores diplomáticos, reafirmó la eficiencia y el refinamiento con que se maneja y mueve esta envidiable conjunción de teoría y pragmatismo que se llama Itamaraty.

Nuestra gratitud a Brasília, su pueblo y sus eminentes autoridades. Brasília, donde las horas vividas durante esta Reunión nos trajeron la imagen amplia y serena de sus horizontes como el mejor estímulo al esfuerzo y

al optimismo de hombres, nosotros, que no deben fatigarse en la marcha.

Nuestra gratitud, en fin, a todos los que de alguna manera u otra, con la importancia de sus nombres o anonimamente, han sumado sus energías y su entusiasmo para llevar a feliz término esta Reunión.

Señores Cancilleres:

Estos encuentros periódicos, independientemente de cuanto acontece en el marco formal de nuestras deliberaciones, tiene la inigualada ventaja del diálogo personal al amparo de una antigua o nueva amistad, no por ello menos eficaz.

Durante estos días, breves si se quiere, cada uno de nosotros ha tenido el honor de ser recibido en audiencias separadas, por el Jefe de Estado y el Ministro de Estado de las Relaciones Exteriores de esta noble nación brasileña y ha tenido, además, la excepcional oportunidad de intercambiar con sus colegas impresiones, ideas y hasta a veces cursos de acción para intensificar las relaciones que nos unen, con un sentimiento máximo de efectiva buena voluntad y no menos conmovedora fraternidad.

Los discursos que han pronunciado mis distinguidos colegas no han hecho sino confirmar el deseo de fortalecer nuestros vínculos para dar cabal cumplimiento a los objetivos señalados en el Tratado de Brasília de 1969.

Tenemos razones suficientes para ser optimistas y no desmayar en la empresa en la que estamos empeñados. Así lo demuestra el texto de las intervenciones de mis distinguidos colegas los Señores Cancilleres de la Argentina, Bolivia y el Uruguay, quienes se han referido a emprendimientos concretos que en nuestra región, o ya están culminando su plena existencia o siguen el ritmo de su cabal realización. Yo estoy cierto que la autorizada palabra del Canciller Saraiva Guerreiro será el remate feliz de cuanto acabo de afirmar.

Regresamos a la sede de nuestras funciones con entusiasmo y verdadero sentido de responsabilidad, dispuestos a ayudarnos los unos a los otros en el marco de una amistad digna, respetuosa y ciertamente fraterna.

Para que nuestras naciones prosigan en este laudable esfuerzo de superar sus propias limitaciones, me honro en ofrecer la ciudad de Asunción, capital de mi Patria, como sede de la próxima reunión de Cancilleres de la Cuenca del Plata.

Allí acogerá el Paraguay a los dignísimos Representantes de los países que conformamos la Cuenca del Plata con la llaneza y afecto de un pueblo que como los vuestros, Señores Cancilleres, han hecho suyo el viejo lema latino "Sit hospites rex", que el huésped sea rey.

Muchas gracias.

SARAIVA GUERREIRO

Senhores Chanceleres,
Senhores Membros de Delegações,
Senhores Representantes do Fundo
Financeiro para o Desenvolvimento da
Bacia do Prata,
Senhores Observadores,
Senhoras e Senhores,

Esta sessão plenária marca o encerramen-

to da XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Pela terceira vez, Brasília tem o privilégio de servir de sede para este importante encontro regional. Após a I Reunião Extraordinária de Chanceleres, quando foi assinada o Tratado da Bacia do Prata, imediatamente seguida da III Reunião Ordinária, voltaram os Ministros das Relações Exteriores das cinco nações a celebrar aqui, em 1976, a VIII Reunião do nosso foro. Como nas ocasiões anteriores, os trabalhos que hoje se concluem representam significativa contribuição para a evolução do sistema regional de desenvolvimento harmônico e integração física.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República, nas palavras pronunciadas ao inaugurar esta Reunião, ressaltou o potencial de recursos e de cooperação existente na Bacia do Prata. Já havendo tido a oportunidade, ao longo de minha carreira diplomática, de, em mais de uma ocasião, servir em países da área, tenho bem presente as riquezas e as auspiciosas perspectivas que a mesma oferece, bem como sua diversidade de aspectos. Esses fatores levam-me também a confiar plenamente no futuro desenvolvimento global da sub-região, dentro do inalterável respeito às peculiaridades e vontades nacionais.

Ao participar, como Ministro das Relações Exteriores de meu país, em anteriores Reuniões de Chanceleres, pude verificar como o sistema da Bacia do Prata, procura trilhar um caminho seguro, que aproxime nossos países de modo positivo, sem constrangê-los à aceitação de fórmulas excessivamente ambiciosas que, pelo seu irrealismo, possam afetar a confiança que deve ser robustecida a cada novo avanço.

Enveredarmos nesse sentido conduz-nos a, sem sacrificar a identidade e as realidades próprias, sermos protagonistas atuantes e não meros acompanhantes de um

processo que de outro modo, teria para alguns sabor retórico.

As conclusões a que chegamos neste nosso XIII encontro reforçam, a meu ver, uma vez mais, o acerto da orientação que nossos países adotaram desde a implantação do sistema.

Ademais de haverem examinado e aprovado as conclusões dos diferentes Grupos de Trabalho das Áreas Básicas relativas aos temas de transporte, recursos hídricos e cooperação nos setores econômicos e sociais, foram considerados, com especial ênfase, aspectos de natureza institucional.

A tal respeito, a Resolução nº 183, que acabamos de aprovar, propicia a continuação dos estudos que nossos Governos vêm realizando no âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador com vistas a fortalecer o sistema da Bacia do Prata e determinar uma ordem de prioridades capaz de dinamizar a cooperação regional no marco jurídico do Tratado. Baseada no propósito de concentrar esforços em temas de real importância e correspondentes aos interesses e às necessidades mais urgentes de nossos países, a Resolução determinou a convocação de reuniões de representantes de alto nível com o Comitê Intergovernamental Coordenador para considerarem o assunto em todos seus ângulos. Além disso, estabeleceu critérios de relevância para o futuro ordenamento das prioridades. O Governo brasileiro atribui especial significado a esse trabalho encomendado ao Comitê e confia em que seus resultados permitirão atingir-se uma etapa de aprimoramento do sistema regional em benefício dos países membros.

O encaminhamento adequado das decisões dos Chanceleres lastreia um melhor aproveitamento do potencial da região e soma-se aos esforços consubstanciados em projetos atinentes diretamente a países específicos, capazes de ter expressivos re-

flexos regionais. Vários desses projetos foram concretamente mencionados nas Sessões Plenárias de ontem e abarcam setores de importância tal como os dos empreendimentos hidrelétricos, das interconexões rodoviárias e ferroviárias e outros de natureza infra-estrutural. Por outro lado, no aproveitamento mais eficaz desse potencial de cooperação, é de particular importância destacar as atividades do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata e dos recursos que essa entidade pode proporcionar. Todos esses vetores de ação sintonizam-se plenamente com o espírito e a letra do Tratado da Bacia do Prata.

As decisões emergentes desta Reunião atestam a importância do sistema como foro de diálogo regional e de conjugação de esforços comuns entre nossos países. Revelam que, apesar das dificuldades que, para os nossos países, se avolumam no campo internacional, em superposição a todas as que decorrem de nossas próprias necessidades de desenvolvimento, continuamos dispostos a nos empenhar, sem esmorecimento, pela realização dos nossos objetivos comuns de progresso e bem-estar.

Chegamos, neste encontro, a conclusões que, estou convencido, serão de grande relevância para o futuro da região. As delegações dedicaram-se, nestes dias, a uma intensa e proveitosa tarefa de colaboração mútua, o que saliento com natural satisfação.

É-me também sumamente alentador congratular-me com Vossas Excelências e todos os que tomaram parte nesses trabalhos pela renovada atmosfera de cordialidade, franqueza e amizade que presidiu a este encontro.

A todos agradeço sinceramente pela presença em Brasília, particularmente aos Chanceleres, aos membros das delega-

ções, aos representantes do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata e aos observadores. Em especial, desejo deixar constância dos agradecimentos pela iniciativa das felicitações que as Delegações nos acabam de dirigir e ao Senhor Chanceler da República do Paraguai, Embaixador Alberto Nogués, pelo oferecimento para que a próxima Reunião de Chanceleres seja celebrada naquele país,

ao qual nos liga uma sólida e sincera amizade.

Com os meus melhores votos de feliz regresso aos seus países, declaro encerrada a XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Muito obrigado.

ata final da XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

Ata Final da XIII reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, assinada, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de dezembro de 1982, pelos Ministros das Relações Exteriores da Argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari, da Bolívia, Mário Velarde Dorado, do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, do Paraguai, Alberto Nogués, e do Uruguai, Carlos Alberto Maeso.

Em cumprimento ao disposto no artigo II do Tratado da Bacia do Prata, os Ministros das Relações Exteriores da República do Paraguai, Senhor Embaixador Alberto Nogués, da República Oriental do Uruguai, Senhor Doutor Carlos Alberto Maeso; da República Argentina, Senhor Embaixador Juan Ramón Aguirre Lanari; da República da Bolívia, Senhor Doutor Mario Velarde Dorado; e da República Federativa do Brasil, Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, celebraram, de acordo com o critério de rotatividade adotado e a convite do Governo brasileiro, a XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, na cidade de Brasília, na República Federativa do Brasil, nos dias 6 e 7 de dezembro de 1982.

Os cinco Chanceleres estiveram acompanhados por suas respectivas Delegações. (Anexo nº 1).

Compareceram, outrossim, à XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do

Prata, na qualidade de observadores, representantes dos Governos da Costa Rica, do México, da Nicarágua, do Panamá, do Peru, da República Dominicana, e do Suriname, da Associação Latino-Americana de Ferrovias (ALAF), da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da Comissão de Integração Elétrica Regional (CIER), do Instituto para a Integração da América Latina (INTAL), da Junta do Acordo de Cartagena, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Participaram, como assessores, os Diretores Executivos do Fundo Financeiro para o desenvolvimento da Bacia do Prata e, como Consultor, o Secre-

tário Executivo dessa entidade.

Às 9,30 horas do dia 6 de dezembro de 1982, realizou-se, no Palácio Itamaraty, uma Sessão Preparatória da Comissão Geral, com a participação dos cinco Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Às 10,30 horas, foi celebrada a Sessão Plenária Inaugural, sob a Presidência inicial do Senhor Doutor Mario Velarde Dorado, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia, país sede da reunião anterior, procedendo-se a seguir, à eleição por aclamação do Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, como Presidente da XIII Reunião de Chanceleres; à ratificação, também por aclamação, da designação do Secretário-Geral e Relator da Reunião, na pessoa do Senhor Embaixador Rubens Ricupero, Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; e à aprovação dos entendimentos havidos na Sessão Preparatória da Comissão Geral.

Após haverem tomado as deliberações acima, os Chanceleres interromperam a Sessão Plenária Inaugural, durante um breve intervalo, para receber sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que honrou, com a sua presença, a solenidade de abertura da XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, havendo proferido discurso, cujo texto figura no Anexo nº 2.

A seguir, o Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia, em sua qualidade de Chanceler do país que sediou anteriormente a Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, fez uso da palavra, figurando o texto de seu discurso no Anexo nº 3.

SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

No mesmo dia, às 15,00 horas, foi celebrada a Segunda Sessão Plenária, na qual discursaram os Senhores Ministros das Relações Exteriores da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, e da República Argentina, encontrando-se os textos correspondentes, respectivamente, nos Anexos nºs 4, 5 e 6.

Conforme as decisões tomadas na Sessão Preparatória da Comissão Geral e ratificadas na Sessão Plenária, foi Aprovada a Agenda elaborada pelo Comitê Intergovernamental Coordenador (Anexo nº 7) e acordada a constituição das seguintes Comissões, além da Comissão Geral integrada pelos Chanceleres dos cinco países:

COMISSÃO I: Institucional — para exame dos projetos de resolução. (Não foram apresentados projetos de resolução atinentes especificamente a Recursos Naturais e Infra-Estrutura Física e Assuntos Econômicos e Sociais).

COMISSÃO II: Credenciais.

COMISSÃO III: Estilo.

Encerrando a Segunda Sessão Plenária, o Presidente da XIII Reunião de Chanceleres convidou os delegados dos cinco países a darem início, de imediato, aos trabalhos das Comissões.

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

Às 16,00 horas, do mesmo dia, o Secretário-Geral da XIII Reunião de Chanceleres instalou formalmente a Comissão Institucional, havendo sido eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator respectivamente, os Senhores Ministro-Conselheiro Alberto Fabini Gómez da Delegação do Uruguai, Embaixador Efraín Darío Centurión, da Delegação do Paraguai e o Ministro Raúl

Estrada Oyuela, da Delegação da Argentina.

A Comissão Institucional prosseguiu seus trabalhos até a manhã do dia 7 de dezembro, ocasião em que, nos termos do artigo 17 do Regulamento da Reunião de Chanceleres, encaminhou as conclusões de seus trabalhos, após serem considerados pela Comissão de Estilo, ao Secretário-Geral, que os elevou à Comissão Geral (Anexo nº 8).

O Secretário-Geral instalou, no dia 6 de dezembro, as Comissões de Credenciais e de Estilo que, em seguida, passaram a deliberar. A Comissão de Credenciais elegeu Presidente o Ministro Conselheiro Erwin Ortiz-Gandarillas, da Delegação da Bolívia, e Relator o Secretário Lucia Patriota de Moura, da Delegação do Brasil.

A Comissão de Estilo designou Presidente o conselheiro Lila Subirán de Viana, da Delegação da Argentina, e Relator o Ministro Waldimar Palacios y Palacios da Delegação do Paraguai.

Ambas as Comissões apresentaram seus Relatórios ao Secretário-Geral (Anexos nº 9 e 10).

A Comissão Geral orientou os trabalhos da Reunião e considerou o Relatório do Secretário-Geral, acompanhado dos Relatórios e projetos de Resolução encaminhados pelas Comissões, havendo concluído seus trabalhos no final da manhã do dia 7 de dezembro.

Foram recebidos e circulados entre as Delegações da Reunião documentos do Governo do Peru, referentes à Reunião Técnica Especializada sobre Interconexão das Bacias dos rios Orenoco, Amazonas e Prata. (Anexo nº 11).

SESSÃO PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

A Sessão Plenária de Encerramento, reali-

zada às 18,00 horas do dia 7 de dezembro, foi precedida, na manhã do mesmo dia, pela celebração de nova reunião da Comissão Geral, que aprovou o Relatório do Secretariado-Geral e a Ata Final da XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

A sessão Plenária de Encerramento aprovou resolução cujos textos figuram junto à presente Ata.

Os Chanceleres concordaram em assinalar a conveniência de estabelecer uma auditoria externa permanente da situação contábil do Comitê Intergovernamental Coordenador e indicaram que seria desejável que essa função fosse realizada pelos Bancos Centrais dos Países-Membros, em forma rotativa, de acordo com a ordem alfabética dos países, devendo começar por aquele que tenha sido escolhido após o resultado de um sorteio.

Em seguida, fez uso da palavra o Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai que ofereceu, em nome do seu Governo, a República do Paraguai como sede da XIV Reunião Ordinária de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, havendo o convite do Governo paraguaio sido aceito por unanimidade. O pronunciamento paraguaio figura no Anexo nº 12.

Por iniciativa do Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari, a XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata aprovou, por aclamação, um voto de congratulação a seu Presidente, Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e ao Secretário-Geral e Relator da Reunião, Senhor Embaixador Rubens Ricupero.

Tendo sido aprovada a Ata Final, os Senhores Chanceleres procederam ao ato solene de sua assinatura. Em seguida, o Ministro

das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil pronunciou discurso (Anexo nº 13), ao término do qual declarou encerrada a XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

brasília recebe o presidente da república cooperativista da guiana

Discurso do Presidente João Figueiredo no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 4 de outubro de 1982, por ocasião de jantar oferecido ao Presidente da República Cooperativista da Guiana, Linden Forbes Sampson Burnham.

Senhor Presidente,

A visita oficial de Vossa Excelência ao nosso país representa um marco de particular significado na história das relações entre a Guiana e o Brasil. Estou seguro de que, com essa visita, amplas perspectivas irão se abrir para a cooperação igualitária entre as duas nações.

O Brasil, Senhor Presidente, faz do diálogo e da boa convivência os vetores de seu comportamento internacional. Ao refletirmos sobre as diversas manifestações da presente crise, sempre descobrimos, na raiz de tudo, a intransigência. Os mesmos argumentos egoístas e imediatistas, a mesma resistência à formação do consenso.

Esse quadro, que perturba profundamente a nação brasileira, levou-me a falar ao Plenário das Nações Unidas, de onde estou voltando. Reconheço que a Organização das Nações Unidas ainda é o melhor instrumento de que dispomos para promover a cooperação internacional, e que esse instrumento sofre profundas limitações, e deve ser revitalizado.

De acordo com as melhores tradições brasileiras, meu apelo se dirigiu à consciência dos homens e dos Governos, em prol da paz e do diálogo. Não tenho ilusões sobre a

perspectiva de nossos esforços pela renovação do sistema internacional. Para alguns, eles parecem irrealistas; para outros, utópicos. Às vezes, o próprio fato de nascerem de um país ou grupo de países do Terceiro Mundo já os desqualifica perante a comunidade das nações desenvolvidas.

Na área da economia internacional, a história das frustrações experimentadas pelos países em desenvolvimento é bem conhecida. As nações do Norte e, com peculiares argumentos, os países socialistas, consideravam-se de certa forma estranhos às reivindicações do Sul. O privilégio econômico dos países do Norte parecia imunizá-los das vicissitudes de uma ordem internacional, que, nós, do Terceiro Mundo, sabíamos precária, de bases tênues, mais propícia ao conflito que à cooperação.

Hoje, não há mais dúvida de que as dificuldades que atingem praticamente todas as nações estão vinculadas à própria natureza da ordem econômica internacional. As tensões se encadeiam. Os problemas do Sul tocam centros nervosos nas finanças do Norte; os problemas do Norte são elementos essenciais para se compreender a profundidade da crise do Terceiro Mundo.

Senhor Presidente,

Falei, de início, sobre as perspectivas da cooperação entre a Guiana e o Brasil. Estou certo de que o maior intercâmbio entre nossos povos será decorrência natural não só da proximidade física, mas, sobretudo, da semelhança de condições existentes nos dois países, que favorece a troca de conhecimentos na área da agricultura e na da indústria.

Ao reforçarmos nossos laços, estaremos cumprindo nossa vocação latino-americana. O Brasil não acredita que nossa área possa ser organizada em termos de poder, com a seqüela das divisões, dos eixos, das hegemonias. Pelo contrário, é essencial que estes países se sintam plenamente seguros para que possam, em paz, dedicar-se por inteiro aos seus objetivos de desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Por sua dupla condição de nação latino-americana e de país em desenvolvimento, o Brasil persegue o aprimoramento das formas de integração regional e sub-regional. Ressalto, nesse contexto, a relevância do Tratado de Cooperação Amazônica, de que a Guiana e o Brasil são partes. Esse acordo, tornado possível graças ao exemplar esforço de todos os pactuantes, funda-se na convergência de energias para a solução dos problemas com que se defrontam os países amazônicos.

Senhor Presidente,

A geração de Vossa Excelência teve a tarefa árdua, mas generosa e compensadora, de conduzir a nação guianense nos caminhos da liberdade, da autodeterminação e da soberania. Vossa Excelência muito se distinguiu nesse processo, e foi sob sua liderança e inspiração que a Guiana integrou-se à comunidade de povos livres deste continente. Desde então, a Guiana não cessou de erguer sua voz na defesa das posições que interessam aos países em desenvolvimento, especialmente os da América Latina. A presença de Vossa Excelência na reunião de Cancún foi exemplo expressivo da ação e do prestígio internacional de seu país.

Acompanhei com particular interesse a visita do meu Ministro das Relações Exteriores à Guiana, no início deste ano, quando foram concluídos acordos que refletem o espírito de entendimento fraterno que tem presidido nossas relações.

Alentado pela realidade e pelas perspectivas de nossa maior cooperação, peço a todos que brindem à felicidade pessoal de Suas Excelências o Senhor Presidente da República Cooperativa da Guiana e Senhora Forbes Burnham, à crescente prosperidade da nobre nação guianense, e à nossa perene amizade.

declaração conjunta brasil-guiana

Declaração Conjunta Brasil-Guiana, assinada, no Palácio do Planalto em Brasília, em 5 de outubro de 1982, pelos Presidentes João Figueiredo e Linden Forbes Sampson Burnham.

Atendendo a convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Linden Forbes Sampson Burnham, O.E., S.C. Presi-

dente da República Cooperativista da Guiana, efetuou visita oficial ao Brasil no período de 30 de setembro a 6 de outubro de 1982.

O Presidente da Guiana foi acompanhado por sua esposa, Senhora Viola Burnham, e pela seguinte comitiva oficial:

- o Senhor Vice-Presidente da República e Senhora Steve Naraine
- o Senhor Hubert O. Jack, Ministro das Minas e Energia
- o Senhor Mohamed Shahabuddeen, Ministro da Justiça
- o Senhor Rashleigh Jackson, Ministro das Relações Exteriores
- o Senhor Richard Van West Charles, Ministro da Saúde
- o Senhor Embaixador da Guiana no Brasil e Senhora Lionel David Samuels
- o Senhor Cecil E. Douglas, Chefe da Secretaria do Presidente
- o Senhor Elvin B. McDavid, Chefe da Assessoria Política do Presidente
- o Senhor Harold D'Aguiar, Governador da Região n. 9 do Alto Takutu e do Alto Essequibo
- o Senhor Embaixador Lawrence E. Mann, Chefe do Departamento Econômico Internacional do Ministério do Planejamento
- o Senhor Presidente Executivo da "Guyana Airways Corporation" e Senhora Joseph Vieira
- a Senhora Winifred Agard, do Cerimonial e da Casa Civil do Presidente
- a Senhora Ave Brewster, Relações Públicas do Presidente
- a Senhora Marilyn Cheryl Miles, Chefe da Divisão de Fronteiras do Ministério das

Relações Exteriores

- o Senhor Ronald Singh, Conselheiro Comercial (designado) para o Brasil.

Em Brasília, o Presidente Forbes Burnham foi recebido pelo Presidente João Baptista Figueiredo e visitou o Supremo Tribunal Federal, reunido em sessão plenária solene. O Presidente Forbes Burnham visitou também o Estado de São Paulo, onde se entrevistou com Sua Excelência o Senhor Governador José Maria Marin, e o Estado do Rio de Janeiro, onde foi recebido por Sua Excelência o Senhor Governador Antonio de Pádua Chagas Freitas. O Presidente Burnham visitou ainda a Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Os Chefes de Estado passaram em revista diversos temas, em clima de amizade, compreensão e respeito mútuo, que sempre caracterizou as relações entre o Brasil e a Guiana. Ao examinarem as relações bilaterais, notaram, com satisfação, o incremento da colaboração proveitosa entre os dois países e comprometeram-se a seguir impulsionando esse processo. Analisaram ainda, detalhadamente, importantes temas de natureza regional e internacional.

Manifestaram sua preocupação com o agravamento das tensões internacionais, que constituem séria ameaça à paz e à segurança mundiais, e instaram a comunidade internacional a redobrar esforços com vistas a reduzir tais tensões. Salientaram a importância do respeito universal ao princípio da solução pacífica de controvérsias e reiteraram a convicção de que as tensões e rivalidades internacionais não devem ser transferidas para os países em desenvolvimento e regiões do Terceiro Mundo. Reconheceram o direito soberano de cada Estado de determinar seu próprio sistema político, econômico, cultural e social.

Nesse sentido, os dois Chefes de Estado reafirmaram sua confiança na Organização

das Nações Unidas como um mecanismo eficaz para promover a manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como o desenvolvimento econômico e social de todos os povos. Concordaram em que o cumprimento dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional constitui base indispensável para uma convivência harmoniosa e respeitosa entre os Estados.

Acentuaram que o desarmamento geral e completo, sobretudo nuclear, sob efetivo controle internacional, é essencial para garantir-se uma paz duradoura entre as nações, e renovaram seu apoio aos esforços internacionais tendentes a alcançá-lo. Reenfatizaram sua oposição a todas as formas e meios de proliferação de armas nucleares, em especial a intensa proliferação levada a cabo pelas grandes potências.

Os dois Presidentes expressaram sua profunda preocupação com a deterioração da situação econômica mundial, em especial com respeito aos efeitos negativos sobre os países em desenvolvimento. Assinalaram a importância de se adotarem medidas com vistas à erradicação das graves disparidades econômicas entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Instaram também os países desenvolvidos a adotarem medidas que ajudem a resolver os sérios desequilíbrios financeiros internacionais atuais e a eliminarem as políticas protecionistas lesivas aos interesses dos países em desenvolvimento.

Com vistas ao pronto estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, sublinharam a importância de se obter progresso significativo no desenvolvimento do Diálogo Norte-Sul e conclamaram o lançamento efetivo das Negociações Globais, no âmbito do sistema das Nações Unidas. Reiteraram ainda seu apoio ao texto da Convenção sobre o Direito do Mar, recentemente aprovada pela Terceira Conferên-

cia das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Os dois Chefes de Estado ressaltaram a relevância e a importância do incremento e da diversificação da cooperação direta entre países em desenvolvimento, com vistas à maximização das possibilidades para uma colaboração mutuamente vantajosa. Manifestaram sua convicção de que tanto a cooperação Sul-Sul como a continuação do Diálogo Norte-Sul, são elementos igualmente importantes para a promoção dos interesses políticos e econômicos dos países em desenvolvimento e para a implantação de uma ordem internacional mais justa e equitativa.

Os dois Presidentes reiteraram sua rejeição a todas as formas de colonialismo e expressaram sua determinação de cooperar com a comunidade internacional na adoção de medidas no sentido de sua pronta eliminação.

Os Presidentes examinaram a situação na África Meridional. Enfatizaram a firme oposição de seus Governos à condenável prática do "apartheid" na África do Sul e reafirmaram seu apoio integral às Resoluções adotadas pelas Nações Unidas para a eliminação dessa prática desumana. Condenaram fortemente os repetidos atos de agressão da África do Sul contra os Estados vizinhos. Ressaltaram também a importância da pronta conclusão, de acordo com as Resoluções pertinentes das Nações Unidas, das negociações relativas à independência da Namíbia, que é indispensável para a superação das tensões vigentes na África Meridional.

Os dois Presidentes examinaram detidamente a situação no Oriente Médio. Nesse sentido, condenaram com veemência a invasão do Líbano por tropas israelenses. Reafirmaram a convicção de que somente uma solução ampla e duradoura para o conflito pode criar um clima de paz e segu-

rança na região. Ressaltaram que a solução deve envolver o exercício pelo povo palestino de seus inalienáveis direitos à autodeterminação e a uma pátria, a completa retirada de Israel dos territórios árabes ocupados e o respeito ao direito de todos os povos e Estados da região de viverem em paz, conforme as Resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Os dois Presidentes reiteraram a necessidade de se encontrarem soluções profundas e justas para a crise, de raízes históricas e estruturais, que afeta a América Central e o Caribe. Nesse sentido ressaltaram a sua convicção de que cada país deve ter o direito de encontrar suas próprias soluções para os problemas que lhe afetam e de promover o seu desenvolvimento político e econômico, de acordo com a vontade de seu povo, sem qualquer interferência externa.

Os Chefes de Estado discutiram a situação na região do Caribe, com ênfase particular sobre os problemas econômicos que afetam a região. Consideraram essencial que aos países em desenvolvimento da região seja propiciada toda oportunidade para prosseguir em seu desenvolvimento econômico e social sem interferência externa de qualquer natureza. Salientaram que os esquemas de cooperação econômica com os países da região devem levar em conta também a existência de instituições regionais relevantes para a formulação e implementação de programas. Reafirmaram seu desejo de que o Caribe seja uma zona de paz.

Os Presidentes reconheceram o importante papel que organizações regionais como OLADE, SELA e CARICOM têm desempenhado ao desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Concordaram em que devem ser empreendidos esforços no sentido de aumentar sua capacidade de contribuir ainda mais para o desenvolvimento global da região e de seus povos. Nesse sentido,

os Presidentes registraram o fato de que estão sendo intensificados os contactos entre o Brasil e a Comunidade do Caribe, bem como a assinatura, em janeiro de 1982, em Georgetown, de um Comunicado Conjunto de Conversações entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Secretário Geral do CARICOM.

Os dois Presidentes passaram em revista a conjuntura latino-americana e concordaram em que as necessidades e aspirações da região constituem aspecto importante da ação diplomática. Consideraram que os países latino-americanos devem ter participação efetiva nas decisões tomadas a nível internacional. Sublinharam a importância do desenvolvimento de meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países da região.

O Presidente da Guiana aproveitou a oportunidade para informar o Presidente do Brasil sobre as evoluções da controvérsia entre os Governos da Guiana e da Venezuela, baseada na reivindicação territorial mantida pela Venezuela com relação à Guiana, e expressou sua convicção de que uma solução justa e duradoura dessa controvérsia só poderá ser alcançada por meios pacíficos e pela estrita adesão aos termos e disposições do Acordo de Genebra. O Presidente Figueiredo tomou nota da posição manifestada pelo Presidente Burnham e reafirmou, de conformidade com a tradicional posição brasileira, a esperança do Brasil de que uma solução mutuamente aceitável para a questão possa ser encontrada através de um dos meios pacíficos mencionados no Artigo 33 da Carta das Nações Unidas.

Reiteraram o apoio de seus Governos ao Tratado de Cooperação Amazônica e à Declaração de Belém, que estabeleceram as diretrizes básicas para a cooperação entre os países amazônicos. Consideraram a implementação do Tratado e da Declara-

ção essencial para a promoção de projetos de cooperação bilateral e multilateral na Região Amazônica. Nesse sentido, realçaram o significado da I Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, a celebrar-se em Lima.

Ao examinarem as relações bilaterais, os dois Presidentes registraram o desenvolvimento de programas em áreas de interesse comum desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, há mais de 13 anos. Consideraram mutuamente gratificante o fato de existir um alto nível de cooperação entre os dois países no momento histórico da primeira visita de um Chefe de Estado da Guiana ao Brasil.

Os Presidentes ressaltaram a contribuição que as visitas realizadas entre os dois países a nível ministerial e oficial trouxeram à consolidação e aperfeiçoamento das relações bilaterais. Nesse sentido, assinalaram os resultados proveitosos da visita oficial à Guiana do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em janeiro de 1982, quando foram assinado acordos de especial relevância.

Os dois Presidentes louvaram o papel da Comissão Mista na identificação de áreas e na criação de condições propícias à cooperação bilateral e à cobertura de novas perspectivas entre ambos os países.

Os dois Chefes de Estado assinalaram a assinatura, em janeiro de 1982, do Acordo Básico de Cooperação Técnica do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica e do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, que prevê a colaboração entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Brasil, e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IAST), da Guiana. Expressaram sua satisfação no sentido de que tais acordos promoverão a cooperação em conformidade com as necessidades específicas

de seus países e os respectivos níveis de tecnologia.

Registraram a assinatura, em Brasília, em junho de 1982, pelos Ministros de Minas e Energia dos dois países, do Protocolo para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nos Campos de Energia e Mineração. Concordaram em que o Protocolo criou amplas perspectivas para o desenvolvimento de programas de significativa cooperação nos campos da cooperação técnica, energia hidráulica, petróleo, biomassa, álcool, biogás, óleo vegetal, turfa e desenvolvimento na área mineral.

Os dois Presidentes manifestaram-se particularmente satisfeitos com o incremento do intercâmbio comercial entre os dois países, tendo mencionado, a esse respeito, que a plena utilização das linhas de crédito concedidas pelo Brasil à Guiana constitui fator positivo no desenvolvimento das relações comerciais. Manifestaram sua concordância com o potencial existente para o incremento do comércio e recomendaram aos órgãos competentes de seus Governos a adoção de medidas nesse sentido. Nesse contexto, os dois Presidentes expressaram sua satisfação com o progresso verificado nas negociações entre a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) e o Banco Cooperativo Nacional, da Guiana, com vistas à expansão das linhas de crédito oferecidas à Guiana para aquisição de produtos brasileiros. Os Presidentes salientaram a importância das conversações preliminares mantidas entre os Governos do Brasil e da Guiana com vistas à conclusão de instrumento, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que possibilite o incremento do comércio bilateral e das relações econômicas entre os dois países.

Sublinharam a importância do restabelecimento de uma linha aérea direta entre Boa Vista e Georgetown, através dos serviços operados pela "Guyana Airways Corpora-

tion". Notaram também o estabelecimento de uma linha de navegação que liga Manaus e Belém a Georgetown.

Os Presidentes examinaram o andamento do projeto para a construção de uma ponte internacional sobre o rio Tacutu. Notaram que um Acordo para a construção da referida ponte foi assinado durante a visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Guiana, em janeiro de 1982, e expressaram sua satisfação com os progressos que estão sendo feitos para a implementação desse projeto. Sublinharam também a importância, para a futura interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianense, do Memorando de Entendimento sobre o assunto, assinado durante a presente visita.

Os Presidentes registraram a importância da cooperação entre o Brasil e a Guiana no setor da tecnologia de alimentos, que vem sendo implementada sobretudo através da Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo e do Instituto de Tecnologia de Alimentos, recentemente visitados por representantes do Instituto de Ciência e Tecnologia Aplicada da Guiana.

Os dois Presidentes concordaram na conveniência de estabelecer a interconexão dos sistemas de telecomunicações brasileiro e guianense, que esperam seja concretizada em futuro próximo.

Os dois Chefes de Estado reiteraram a importância do trabalho que está sendo feito, especialmente nas regiões fronteiriças, no campo sanitário, em particular com respeito ao combate a endemias e no quadro do Acordo sobre Cooperação Sanitária.

Os dois Presidentes assinalaram, com satisfação, os vínculos de cooperação existentes a nível regional. Nesse sentido, men-

cionaram a relevante contribuição representada por programas como a visita de agricultores guianenses ao Território Federal de Roraima com vistas ao intercâmbio de experiências em agricultura tropical e pecuária. Registraram também que as relações comerciais entre a Guiana e o Norte do Brasil poderiam ser significativamente incrementadas e concordaram em empreender estudos para sua diversificação. Os dois Presidentes concordaram em realizar, em época a ser acordada, a inspeção conjunta dos marcos ao longo da fronteira Brasil-Guiana.

Os dois Chefes de Estado salientaram que o Acordo Cultural assinado em 1968 estimulou a realização de programas de intercâmbio cultural, educativo e de treinamento. Reafirmaram sua convicção de que tais programas podem contribuir para o fortalecimento dos laços culturais entre os dois povos. Elogiaram os esforços realizados pelo Centro de Estudos Brasileiros de Georgetown nesse sentido.

Ressaltaram a relevância dos acordos já celebrados entre os dois países para a consolidação dos laços de amizade e cooperação que unem o Brasil e a Guiana. Os Presidentes tomaram nota, com satisfação, que os seguintes acordos foram assinados durante a visita do Chefe de Estado guianense ao Brasil: Tratado de Amizade e Cooperação, Acordo de Cooperação Amazônica; Acordo para isenção da Taxa de Melhoria de Portos (TMP) para mercadorias, destinadas à Guiana, em trânsito pelo porto de Manaus; Memorando de Entendimentos sobre cooperação em matéria de agricultura e agro-indústria; Memorando de Entendimento sobre a interconexão dos sistemas viários do Brasil e da Guiana; e Ajuste Complementar sobre cooperação técnica em matéria de pesquisa e utilização de recursos energéticos.

Ao término de sua visita oficial, o Presidente Burnham expressou ao Presidente Figueiredo seus mais calorosos agradecimentos pela acolhida cordial e hospitaleira estendida a ele, sua esposa e sua comitiva pelo Governo e povo do Brasil. Na ocasião, o Presidente Burnham convidou o Presidente Figueiredo a visitar oficialmente a Guiana, em época a ser acordada. O Presidente Figueiredo aceitou o convite com prazer.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 129, os textos dos Acordos entre o Brasil e a Guiana, assinados por ocasião da visita do Presidente daquele país, Linden Forbes Sampson Burnham.

a visita do presidente ronald reagan ao brasil

Discurso do Presidente João Figueiredo na Base Aérea de Brasília, em 30 de novembro de 1982, logo após a chegada ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan.

Excelentíssimo Senhor Presidente
Ronald Reagan,

Em nome do Governo e do povo brasileiro, tenho a satisfação de saudar Vossa Excelência no momento em que inicia sua visita ao Brasil.

Aos ilustres membros da comitiva de Vossa Excelência, peço que também aceitem meus votos de boas-vindas.

Quero que minhas primeiras palavras evoquem a grata visita que, há seis meses, realizei ao grande país de Vossa Excelência. Eu, e — estou certo — todos os brasileiros, procuraremos retribuir a gentileza com que os norte-americanos, e pessoalmente Vossa Excelência, me distinguiram durante minha estada em Washington.

A amizade, a consideração mútua e o diálogo aberto entre os Presidentes dos Estados Unidos da América e do Brasil refletem com perfeição o estado das relações entre as duas repúblicas. A presença, entre nós, do Presidente norte-americano, é mais um atestado da ampla e amistosa convivência de nossos povos.

Serve, também, para acentuar a unidade de propósitos que deve animar as Américas. Vindo ao Brasil, acha-se Vossa Excelência em terra latino-americana. E hoje, talvez

mais que em outras épocas, parece essencial meditarmos sobre os rumos da convivência entre os países do Hemisfério. São tão graves e dramáticos os desafios do presente que as fórmulas do passado se revelam inadequadas para enfrentá-los. É hora, pois, de reforçarmos nosso entendimento, de expormos uns aos outros os nossos problemas e aspirações, e de caminharmos no rumo de uma genuína e equitativa parceria.

As relações interamericanas se caracterizam pela pluralidade de percepções e interesses que marca a vida ocidental como um todo. Por desempenharem papéis distintos na ordem mundial, os Estados Unidos e a América Latina freqüentemente apreciarão de forma também diferenciada as questões internacionais. Ao trabalharmos para ajustar essas percepções e esses interesses, é fundamental que cada um de nós preserve sua autenticidade e participe construtivamente, e sem constrangimentos, de uma tarefa que só pode ser comum.

Nossos povos esperam que nela empenhe-mos nossa vontade política, e que busque-mos compreender mutuamente nossas necessidades. Esperam que tenhamos o descortino de responder uns aos outros, num quadro em que os problemas de cada um se vêm agravados pela crise econômica que a todos afeta.

Vivemos um tempo de sérias e crescentes preocupações, um tempo que requer a conjugação construtiva de esforços em nível global e regional. A construção da paz, o retorno da prosperidade e a retomada do desenvolvimento são objetivos interligados. Sua consecução dependerá do trabalho harmônico da comunidade das nações, para o qual nossos países saberão dar a contribuição que lhes cabe.

O Brasil que Vossa Excelência hoje visita é resultado de um notável esforço pela renovação e pelo desenvolvimento. Apesar das dificuldades do momento, temos plena

confiança em que seremos capazes de seguir a trilha de democracia e progresso que o povo brasileiro escolheu. Temos a certeza de que, no plano internacional, nossos amigos não nos faltarão, como não nos faltaram no passado, nem nós a eles.

Recebemos Vossa Excelência com esse espírito de hospitalidade e franqueza. Faço votos para que a estada de Vossa Excelência entre nós seja plena de bons momentos e signifique, por seu êxito, um progresso importante nas relações que, há tantos anos, unem brasileiros e norte-americanos.

figueiredo a reagan: "brasil e estados unidos buscam o diálogo construtivo"

Discursos dos Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 1º de dezembro de 1982, por ocasião de jantar oferecido pelo Presidente brasileiro ao Presidente norte-americano.

JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente
Ronald Reagan,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil se inscreve no quadro de perene amizade e compreensão mútua entre nossos países.

Nossos povos e nossos governos se beneficiam de amplo e valioso patrimônio de conhecimento, estima e respeito recíprocos, formado em mais de século e meio de boa convivência. Partes da mesma civilização ocidental, permanecemos delicados aos ideais de liberdade e progresso, à preservação dos direitos individuais e da identidade de nossos povos.

Tudo isso nos aproxima e nos une. O debate de idéias, a defesa de interesses legíti-

mos, o respeito pelos interlocutores, que caracterizam cada uma de nossas sociedades, distinguem ainda o nosso relacionamento. A franqueza com que nos falamos atesta que são maduras as nossas relações.

Países em diferentes estágios de desenvolvimento, que se inserem de forma diversa na ordem internacional, o Brasil e os Estados Unidos da América buscam o diálogo construtivo. Sabem considerar as posições de cada uma das partes, e procuram, com realismo, harmonizar seus interesses e objetivos. A renovada intensidade dos contactos e visitas de alto nível reflete nossa aproximação. Nossos países sempre estiveram unidos por aspirações comuns, embora reconheçamos não serem idênticas as responsabilidades internacionais, nem igual o poder de cada um.

Nossas convergências de opinião nos asseguram a liberdade de discordar e, justamente porque a temos, ganhamos espaço para tratar nossas relações de maneira cordial e objetiva. Não foi outro o espírito de nosso encontro em Washington, em maio último. As circunstâncias, naquela ocasião, fizeram com que lançássemos nossos olhos sobre a grave crise das Malvinas, questão em que, embora mantivéssemos posições diferenciadas, fomos capazes de manter diálogo altamente proveitoso.

Senhor Presidente,

Estamos vivendo um momento internacional extraordinariamente difícil. As relações Leste-Oeste passam por uma fase de exacerbação, embora haja sinais promissores. Em diversas áreas, registram-se tensões de vulto, ao mesmo tempo em que percebemos oportunidades de negociação que, perdidas, talvez não se renovem com facilidade.

Refiro-me, em especial, ao Oriente Médio, questão na qual Vossa Excelência tomou importante iniciativa que, juntamente com outras propostas construtivas e serenas, provenientes de países da própria região, há de oferecer base adequada para negociações.

Refiro-me, ainda, à Namíbia, que nos defronta na costa africana, e cujo processo de independência chegou a um ponto crítico. O papel fundamental que o Governo de Vossa Excelência está desempenhando e ainda irá desempenhar nesse processo se refletirá, sem dúvida, sobre as possibilidades de melhor entendimento entre o Ocidente e o Terceiro Mundo, aproximação que é do mais alto interesse para nós. Confiamos em que a independência da Namíbia possa ser alcançada prontamente, atendidas às justas aspirações de seu povo e aumentadas as condições de segurança para os países da África meridional.

Nosso hemisfério não escapou ao agrava-

mento das tensões internacionais. A convivência entre as Américas está sofrendo desgastes que muito nos preocupam. O Brasil favorece o fortalecimento das relações hemisféricas. Temos que construir novas formas de convivência, que levem em conta a complexidade dos nossos desafios, e que reforcem a amizade e a cooperação hemisféricas.

Juntos devemos enfrentar os problemas de que a América Latina tanto sofre. Mas devemos ir às suas raízes econômicas e sociais, pois não podem as soluções pluralistas e democráticas prosperar num quadro de pobreza e instabilidade social, onde cada país se sente ameaçado em sua segurança econômica.

Voltados para o futuro, devemos reconhecer a importância e a vitalidade de nossas relações nesse novo contexto mundial. A América Latina por certo responde à necessidade de globalizar sua presença internacional, de acelerar contatos com todo o mundo industrializado, e de lançar-se no esforço de cooperação com os demais países do Terceiro Mundo. Não penso, pois, no retorno a velhos padrões de relacionamento, mas em fórmulas de consulta e métodos de trabalho que nos permitam estabelecer parcerias mutuamente satisfatórias.

Não poderia deixar de mencionar, nesta oportunidade, a apreensão do Brasil com a deterioração do quadro político na América Central. Cremos, firmemente, que naquela região, como nas demais, o direito dos povos e a soberania dos Governos devem ser respeitados sem ingerências ou pressões externas. Vemos com grande esperança a contribuição que podem dar à pacificação dos espíritos e à pesquisa de soluções democráticas e livres, os países latino-americanos que, como o México, a Venezuela e a Colômbia, aliam uma inestimável experiência política a uma tradicional presença naquela região.

Senhor Presidente,

Os problemas políticos da atualidade devem ser vistos à luz da crise econômica mundial, cujos contornos e perigos tive a oportunidade de examinar em discurso perante a Assembléia-Geral das Nações Unidas.

As linhas mestras daquele pronunciamento não necessitam de confirmação. Suas repercussões internacionais, inclusive o interesse do Governo e da opinião pública norte-americana, deram-me a certeza de que havia tocado em questões essenciais. Era necessário que assim fizesse, porque são países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, os que mais sofrem com a contração do comércio mundial, o emperramento dos fluxos financeiros internacionais e a estagnação da economia em escala global.

Tenho toda a confiança na política econômica e financeira de meu Governo — e não posso deixar de registrar, neste instante, o agradecimento brasileiro pela apreciação da solidez dessa política, emanada de altas autoridades do Governo de seu país.

É claro, porém, que as dificuldades do Brasil serão enormemente acrescidas:

- se persistirem as tendências protecionistas que restringem o acesso dos produtos brasileiros aos grandes mercados;
- se não forem agilizados os fluxos financeiros internacionais;
- se os países em desenvolvimento, que hoje absorvem mais de 40% de nossas exportações, não tiverem minoradas suas dificuldades presentes;
- e, por último, se não forem reforçados os organismos multilaterais, com ampliação de seus recursos, atualização e flexibilização de seus critérios operacionais, e maior acesso dos países em desenvolvimento a seus processos decisórios.

Numa palavra, para a economia mundial retomar seu funcionamento regular, em

benefício de todos, será preciso reativar o espírito de cooperação internacional para o desenvolvimento. Desse modo se promoverá a recuperação da confiança e da estabilidade nos sistemas internacionais de comércio e finanças.

A retomada do diálogo Norte-Sul — entre as nações ricas e pobres será parcela importante dos esforços conjuntos, com vistas à recuperação da economia mundial. Nesse contexto, devo registrar que o Brasil permanece profundamente interessado no lançamento das chamadas Negociações Globais, no seio das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

À sua chegada em nossa terra, tive ocasião de dizer que Vossa Excelência visita um Brasil renovado por seu esforço em busca do desenvolvimento. Cento e vinte milhões de brasileiros espalhados na vastidão de seu território realizam uma experiência nacional rica e fascinante.

A gente brasileira está, por toda parte, voltada para o gigantesco esforço da construção nacional. Dos mais remotos confins da Amazônia, dos ásperos sertões do Nordeste, dos campos gerais às áreas industrializadas e aos pampas, nosso povo, em ordem e com serenidade, reclama o justo fruto de seu trabalho.

Desejamos ver o Brasil eqüitativamente recompensado pela contribuição que presta à economia internacional. Devotados aos ideais democráticos, o Governo e a sociedade brasileira se empenham pela participação política e pela justiça social. Povo e Governo querem o Brasil fiel a suas raízes, livre, independente, e amigo de seus amigos.

Esta terra e esta gente, Senhor Presidente, lhe estenderão toda a nossa hospitalidade. Sua visita constitui o melhor ensejo para fortalecer e ampliar a compreensão entre

os Estados Unidos da América e o Brasil. É sincero propósito de meu Governo aprofundar o nosso diálogo e estreitar nossos laços.

Permita-me, Senhor Presidente, convidar todos os presentes a comigo erguerem suas taças num brinde à amizade que une os Estados Unidos da América e o Brasil, à prosperidade do povo norte-americano, e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

RONALD REAGAN

Presidente Figueiredo, muito obrigado pela sua cordial acolhida. Existe um velho ditado no Brasil que diz: "Os Estados Unidos são um país muito grande, mas o Brasil é colossal". Voando horas a fio num avião a jato, é que se pode compreender como o Brasil é colossal. Na verdade, a única coisa que é maior do que o Brasil é o coração e a boa vontade do povo brasileiro. Vossa Excelência, Senhor Presidente, e todo o povo brasileiro, disseram bem-vindo, e nós nos sentimos bem-vindos e em casa.

Disseram-me que, há 77 anos, o Barão do Rio Branco, aquele grande Diplomata brasileiro, ao referir-se à chegada de um dos antecessores do Secretário Shultz, Eliot Root, teria dito que os seus olhos podem não ficar maravilhados pelo nosso pequeno progresso material, mas a sua filosofia americana certamente ficará satisfeita em constatar os novos fenômenos da Nação brasileira: a atividade, a energia, e a esperança. Posso assegurar-lhes que a minha filosofia americana ainda está muito afinada com a fenomenal atividade, a energia e a esperança do Brasil. Tenho que admitir também que os meus olhos estão maravilhados com o progresso da Nação brasileira.

Obviamente, o período de pós-guerra, o tempo em que as relações ainda eram determinadas pelos eventos monumentais da segunda guerra mundial, terminou. Os velhos

padrões estão dando lugar a novos relacionamentos. O poder econômico e político, que no passado estava concentrado nas mãos de alguns, está sendo compartilhado — e assim deveria ser — entre muitas nações. Este é o resultado não de uma redistribuição, mas sim da criação de uma vasta e nova riqueza gerada pela tecnologia moderna, pela iniciativa inovadora, e pelo trabalho árduo.

Presidente Figueiredo, Vossa Excelência o resumiu muito bem nas Nações Unidas, quando disse: "A vertiginosa liberação de forças produtivas em escala planetária no pós-guerra construiu, em questão de poucas décadas, a intrincada tessitura de um mundo diferente, mais complexo e instável, mas também mais diversificado e promissor."

Senhor Presidente, fiquei muito impressionado pela profundidade de sua análise e a força de convicção de seu discurso nas Nações Unidas.

Hoje, Senhor Presidente, eu renovo o meu compromisso de manter com Vossa Excelência consultas as mais estreitas possíveis. Amizade não significa acordo total; mas sugere valores e ideais partilhados, respeito mútuo e confiança. Isto certamente é verdade tanto da parte do povo brasileiro como do povo americano — eu sei, Senhor Presidente, que certamente é verdade no que se refere a Vossa Excelência e a mim, como indivíduos. Nossos países, como amigos, e nós, como líderes de nossas grandes nações, trabalharemos em conjunto para vencer os desafios à nossa prosperidade e liberdade.

Recentemente, as nossas economias foram duramente atingidas pela recessão, algo que ocorreu em quase todo o mundo. Nos Estados Unidos, assim como estão fazendo no Brasil, tomamos muitas medidas penosas para vencer a crise econômica que ameaça o nosso povo.

A autodisciplina é necessária; a acomodação mútua também o é. Os tomadores de empréstimos precisam agir para restringir os seus déficits. E também é igualmente importante que os concessionários de empréstimos não recusem novas verbas aos países que adotarem planos eficazes de estabilização. Credores e devedores devem lembrar-se que ambos têm um enorme interesse no êxito mútuo.

Igualmente, a integridade do Sistema Mundial de Comércio deve ser preservada para que sirva novamente como a grande máquina do crescimento. Os mercados fechados devem ser abertos cuidadosamente. Os mercados abertos devem ser resguardados do protecionismo.

Nosso desafio é fazer com que o nosso relacionamento comercial e financeiro permaneça como uma fonte de prosperidade e força — e não se torne uma fonte de discórdia e desacordo.

Para esse fim, acreditamos que as relações econômicas entre as nações comerciais do mundo devem repousar sobre três pilares principais:

— Primeiro, um espírito de cooperação. Nossas economias encontram-se tão claramente entrelaçadas que nossa melhor esperança para o crescimento é agir em conjunto, não isoladamente. Nada é mais destrutivo do que decisões unilaterais por parte de países individualmente, de reduzir o comércio ou os fluxos financeiros. Não podemos prescrever o que deveria ser feito pelo setor privado. Porém, nosso objetivo deveria ser relações governamentais e privadas nas quais se possam confiar.

— Segundo, um espírito de equidade. No clima atual, existe uma poderosa tentação de que países venham a adotar uma linha de ação às custas de seus vizinhos. No passado constatamos o dano decorrente de tal atitude.

— Finalmente, deve haver um espírito de compromisso — compromisso em prol de um crescimento econômico estável compartilhado pelas nações de todo o mundo.

Os problemas da dívida enfrentados por muitas nações, hoje, são formidáveis, e devemos agir em conjunto para garantia de que dispomos dos mecanismos para lidar com eles. Os recursos do Fundo Monetário Internacional constituem um dos mais importantes desses instrumentos. A fim de assegurar que os recursos do FMI sejam adequados, os Estados Unidos propuseram que, além de um aumento nas quotas do FMI, deveria haver também uma modalidade especial de empréstimo para fazer face às demandas que possam se apresentar ao FMI. Toda vez que países necessitem de assistência, ao recorrerem ao FMI, aqueles capazes de proporcionar créditos-ponte devem agir nesse sentido. Também necessitamos de regulamentos comerciais que reflitam as enormes mudanças ocorridas no comércio mundial desde a criação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) há 35 anos. A reunião recém-encerrada em Genebra foi um passo proveitoso nesse sentido, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

Muitos países necessitarão atravessar um período penoso enquanto realizam, nos anos futuros, os ajustes necessários, e nós precisamos trabalhar em estreita colaboração durante essa transição.

Trabalharemos com os senhores para ajudar na evolução do sistema internacional a fim de proporcionar uma era econômica mais luminosa para nossos povos.

Às vezes é muito fácil sermos atraídos para a cilada de vermos apenas os problemas, os percalços e os pontos vulneráveis ao longo do caminho. Isto é particularmente verdadeiro em tempos de crise econômica.

Presidente Figueiredo, nos Estados Unidos

estamos vencendo a nossa crise, e quero que vossa excelência e todos os brasileiros saibam que estamos confiantes em que o Brasil superará as suas dificuldades atuais. Existe um dito popular aqui de que "ninguém segura este país". Assim sendo, Senhor Presidente, eu digo, agora, "Prá frente, Brasil."

Estamos confiantes porque conhecemos o caráter de seu povo. Nossos cidadãos vêm do mesmo molde. Somos nações de imigrantes. Nosso espírito nacional foi forjado no pioneirismo por gente que teve a coragem de deixar o conhecido e enfrentar o desconhecido. Esta é a herança da sua terra e da minha.

O povo que aqui veio queria melhorar a sua vida e a vida de seus filhos. A fronteira do novo mundo não oferecia ruas pavimentadas de ouro, mas sim oferecia oportunidade e o espírito de liberdade. Hoje, os povos amantes da liberdade em todo o mundo sentem-se imensamente encorajados pela sua transição estável de volta à Democracia.

A história prova que quanto mais livre se torna um povo, mais se desencadeiam as suas energias criativas. Vossa Excelência mencionou isto no ano passado, ao falar de seu compromisso para com um Governo representativo. Vossa Excelência disse que a Democracia é nada mais do que um sistema no qual cada indivíduo tem a oportunidade de desempenhar um papel altamente responsável e ativo no cenário da Política Nacional, ao invés do papel de mero espectador passivo.

No mês passado, cerca de 50 milhões de seus compatriotas tornaram-se cidadãos politicamente ativos ao invés de espectadores. Suas eleições legislativas e governamentais demonstraram o vigor e a vitalidade do ideal democrático neste hemisfério. Nós o saudamos, Presidente Figueiredo, pela sua forte liderança na abertura deste

novo capítulo na história de seu país, e também saudamos o povo brasileiro. Por tudo que foi dito, as suas eleições foram muito mais do que um confronto político — foram uma manifestação eloqüente de liberdade.

O que almejamos é um hemisfério no qual o futuro é determinado não pelas balas, mas pelos votos; um hemisfério de países em paz consigo mesmos, com seus vizinhos, e em paz com o mundo.

A paz que conhecemos tem sido um bem precioso para as américas. Ao invés de despender uma grande parcela de seus recursos em gastos militares, os países em desenvolvimento deste hemisfério investiram no futuro. Isto não foi mero acidente.

Desde a União Panamericana até o tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos, este hemisfério tem estado na vanguarda da cooperação internacional multilateral. Nenhuma outra região do mundo pode igualar nosso feito.

Senhor Presidente, não posso esquecer de que, na última ocasião em que nos vimos, este hemisfério enfrentava uma crise no Atlântico Sul. O seu país foi uma voz de moderação e razão. Ambos achamos inaceitável o uso inicial da força para resolver aquela disputa. Para enfatizar o nosso apoio a este princípio, os Estados Unidos recentemente se uniram ao Brasil e a outros países do hemisfério para conclamar a Grã-Bretanha e a Argentina a negociarem as suas diferenças.

Conforme sugerido no discurso de Vossa Excelência perante as Nações Unidas, a preocupação do Brasil pela paz se estende muito além deste hemisfério, particularmente numa era em que as armas da destruição ameaçam a toda a humanidade. Deixem-me assegurar-lhes hoje à noite, e a todos os nossos amigos neste hemisfério, que os Estados Unidos estão absolutamen-

te decididos a manter a paz, e a frear a corrida armamentista nuclear.

Também nisso o nosso hemisfério tem um passado exemplar. Através da zona desnuclearizada, conforme definida pelo Tratado de Tlatelolco de 1967, já demonstramos o tipo de progresso que pode ser atingido nesta área vital de controle de armamentos.

O Brasil pode orgulhar-se do fato de que é um país cujas vastas fronteiras tocam mais nações do que qualquer outra no hemisfério — e, no entanto, vive em paz com seus vizinhos. Este é um legado de uma geração anterior de brasileiros como o Barão do Rio Branco, que, com visão, trabalho árduo e espírito de justiça e conciliação, resolveram problemas difíceis. Juntos, devemos procurar passar adiante este mesmo legado de paz às futuras gerações de nosso hemisfério.

Mas tão ameaçadores quanto os exércitos convencionais e as armas nucleares, são os pretensos revolucionários que minam governos legítimos e destróem as fontes do processo econômico; rebeldes que são armados, a um custo muito elevado, pelo preposto de uma potência longínqua, uma potência que esposa uma filosofia alheia às américas, cujo objetivo é a desestabilização dos nossos governos e das nossas economias, isto é agressão pura e simples.

Quando o Presidente Dwight Eisenhower visitou esta cidade em 1960 — mesmo antes que ela fosse consagrada como sua capital — ele frisou o compromisso dos Estados Unidos com a Carta da Organização dos Estados Americanos e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro. Hoje, eu reafirmo o nosso empenho e a nossa promessa. Colocamo-nos lado a lado, firmemente, com as outras nações responsáveis das américas, para opor-nos àqueles que, mediante o uso da violência e da força das armas, tentarem

minar o progresso econômico e a estabilidade política.

O pacto entre os países americanos é, sem dúvida, tanto de natureza moral como jurídica. Um grande estadista brasileiro, Joaquim Nabuco, compreendeu isto quando, no limiar do nosso século, ele afirmou que a nossa aliança é completamente pacífica, e brilha além da órbita americana para que o mundo saiba que o nosso hemisfério, agora, pode ser chamado de hemisfério da paz.

Essas palavras refletem a meta dos Estados Unidos: um hemisfério de paz.

Hoje à noite quero compartilhar com os senhores um sonho que tenho sobre as Américas. Joaquim Nabuco deve ter tido um sonho parecido quando ele nos conclamou a sermos a vanguarda da civilização. É uma visão de duas grandes massas continentais, ricas em oportunidades e recursos; povoadas por gente de todas as partes do mundo, de todas as raças e passados; vivendo juntos, negociando juntos em Paz e Liberdade; povos que compartilham um desejo de liberdade e respeito pelos direitos de outros. Povos que sabem que com criatividade e iniciativa nenhum obstáculo é grande demais. Povos que compartilham aqueles valores fundamentais sobre Deus, a família e a justiça, os quais dão significado à nossa existência.

O que é tão notável é que este sonho está ao alcance desta geração. Temos um hemisfério de 600 milhões de seres valorosos. Temos os recursos e o "know-how". Igualmente importante, temos uma fonte de boa vontade entre nós que espera ser aproveitada. Com esperança, empenho, bom senso e força de caráter, podemos enfrentar os desafios à nossa paz e prosperidade. Ninguém deve sentir-se desalentado pela noite escura de problemas que nos cercam. Um lindo alvorecer nos espera, e quando ele chegar, como disse Nabuco, poderemos brilhar como um exemplo para o resto

do mundo. Podemos ser e seremos um hemisfério de paz, de prosperidade, e de liberdade.

Presidente Figueiredo, todos aqui presen-

tes, foi para mim uma honra estar aqui esta noite. Queiram aceitar, em nome do povo norte-americano, os nossos mais calorosos votos de amizade, admiração e respeito.

reagan em são paulo: “estamos com o brasil e não mudamos”

Discurso do Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan (tradução não-oficial), no Palácio dos Bandeirantes em São Paulo, em 2 de dezembro de 1982, durante reunião com empresários brasileiros.

Obrigado. Esperei muito por este dia. É uma honra falar a homens e mulheres de empresa, aqui em São Paulo. Esta cidade foi fruto de uma idéia inovadora e trabalho árduo, num espírito de confiança e esperança.

Trago-lhes sinceros votos de amizade de seus vizinhos do norte que, como vocês, são americanos — cidadãos deste novo mundo — como vocês eles anseiam profundamente pela paz, compartilham seu amor pela Democracia, e seu empenho de construir um futuro de progresso e oportunidade. Em nome deles, eu digo a todos vocês: “Estamos com o Brasil e não mudamos”.

Contemplamos o Brasil com a admiração e o respeito devido a uma grande Nação. Um de seus mais famosos escritores, Monteiro Lobato, viveu em nosso país nas décadas de vinte e trinta. Enquanto nos Estados Unidos, ele escreveu um livro chamado “América”, no qual disse que o brasileiro considera seu país a maravilha das maravilhas, mas com um único defeito, não é bem conhecido no exterior.

Se estivesse escrevendo hoje, ele ainda poderia dizer, o Brasil é a maravilha das maravilhas; mas ele teria que admitir que a reputação do Brasil igualou-se às suas realizações.

Ouvimos dizer que, num mundo abalado por tensões políticas, recessão, pobreza, problemas de energia, dívida, altas taxas de juros e inflação, existe pouca esperança de uma nova era de crescimento e prosperidade duradouros.

Jamais minimizaria os problemas que enfrentamos ou nossa necessidade urgente de lidarmos efetivamente com eles. Falarei sobre eles dentro de um minuto. Mas, tenho que dizer que já vivi bastante. Sobrevivi às guerras mundiais, e a depressão econômica. E o que mais me impressionou, mais ainda do que estas crises terríveis, foi a infinita coragem humana de reagir, de lutar, de encontrar novas curas e novas soluções.

A todos que alardeiam o apocalipse, e eles estão em toda parte, temos uma mensagem: A esperança do mundo vive aqui — no novo mundo — onde o amanhã é construído hoje, por corajosos pioneiros como vocês — pessoas que acreditam umas nas outras e que nunca perderão a fé no futuro.

Naquele memorável discurso que o Presidente Figueiredo proferiu nas Nações Unidas ele expressou a sua confiança na capacidade de renovação da comunidade mundial. Ele disse do Brasil: “Vimos reali-

zando um esforço notável de desenvolvimento econômico, com resultados promissores que encham de esperança não só o povo brasileiro, mas também todos os povos que anseiam por conquistar níveis de vida compatíveis com a dignidade humana e com o grau de desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de nossa época”.

Eu compartilho de sua confiança. Posso também compartilhar com vocês hoje um sonho que acalento há muito tempo? O sonho de fortalecer as nossas relações com o Brasil e com todos os nossos vizinhos aqui no hemisfério ocidental. Neste planeta cada vez menor, o esforço de renovação, progresso econômico e liderança por uma paz mundial deve vir cada vez mais do novo mundo. Aqui somos abençoados por grande abundância: recursos, tecnologia, e, mais importante, pelo espírito de liberdade — um espírito que canaliza nossas energias na busca de um bem maior.

Há no mundo de hoje uma pretensa revolução; uma revolução de conquistas territoriais, uma revolução de coerção e controle do pensamento onde países governam por meio de armas e cercas de arame farpado não para manter os inimigos lá fora e sim para manter seus povos lá dentro.

A revolução real vive nos princípios que brotaram aqui no novo mundo... O primeiro princípio diz que a humanidade não será governada, nas palavras de Thomas Jefferson, “por uma minoria favorecida”. O segundo é um compromisso para com cada homem, mulher e criança de que não importa qual seja a sua formação, não importa quão humilde seja sua posição na vida, não deve haver limite para a sua capacidade de alcançar as estrelas e de progredir até onde lhe possam levar os talentos que Deus lhe deu.

Confiem no povo; acreditem que cada ser humano é capaz de grandeza; acreditem

que cada sociedade é capaz de autogovernar-se — esta é a alma de nossa revolução, a alma da Democracia e da Liberdade; é o legado do novo para o velho mundo. Somente quando o povo é livre para venerar, criar e construir, somente quando ele tem a possibilidade de participar pessoalmente nas decisões que afetam o seu destino, e beneficiar-se de seus próprios riscos — somente, então, podem as sociedades tornar-se dinâmicas, prósperas, progressistas e livres.

Em termos geográficos o Brasil está no Sul e os Estados Unidos no Norte. Mas em termos de laços históricos e valores fundamentais, somos nações do Ocidente e do Novo Mundo. E estamos entre as poucas nações que exercem influência e responsabilidade mundiais.

Como americanos do Norte ou do Sul, quer sejamos líderes no governo ou da indústria privada, devemos trabalhar mais arduamente para derrubar as barreiras que se opõem às oportunidades para o nosso povo; devemos canalizar todo o recurso possível para o crescimento; devemos insistir em políticas econômicas sólidas para nossos países, e sistemas comerciais e financeiros mais abertos em todo o mundo.

As grandes Repúblicas da América do Sul e do Norte e do Caribe têm um potencial virtualmente ilimitado para o desenvolvimento econômico e a realização humana. Temos uma população total de mais de 600 milhões de pessoas. Nossos continentes e ilhas ostentam vastas reservas de alimentos e matérias-primas; os mercados das américas produziram altos padrões de vida. Oferecemos esperança aos povos oprimidos e empobrecidos.

Somos nações de imigrantes, nossos recursos fizeram do Novo Mundo um Imã para a migração de todos os continentes, mas foram a visão, a iniciativa, a capacidade e o trabalho árduo de nosso povo que geraram nossa riqueza e nosso bem-estar.

Os países em desenvolvimento deste hemisfério têm alcançado um nível de crescimento impressionante durante a última geração — crescimento proveniente de poupanças e investimentos, trabalho e recursos, crescimento proveniente de mercados internacionais livres para o comércio e finanças, e crescimento proveniente da iniciativa privada, risco e recompensa — marcos tanto de liberdade econômica como política.

Quando nós nos Estados Unidos olhamos para o Brasil vemos:

— O sucesso de uma economia que cresceu quatro vezes em vinte anos, mais do que dobrando a renda per capita.

— A promessa do amanhã na juventude do Brasil, com metade da sua população abaixo dos 21 anos de idade, e tornando-se mais instruída a cada ano.

— uma confiante resposta ao desafio dos anos oitenta, diversificando sua economia e exportações com novos mercados e tecnologias. Liderança e visão em ousados projetos como Itaipu. A maior usina hidroelétrica do mundo, e um dinâmico esforço de substituição energética, incluindo o programa de combustível de álcool que, até 1985, deverá abastecer mais da metade de seus novos carros.

— Também vemos os modernos pioneiros no Brasil explorando uma fronteira tão desafiadora quanto o Amazonas: o espaço. Hoje gostaria de propor-lhes uma idéia: treinar um astronauta brasileiro junto com os nossos, para que o Brasil e os Estados Unidos possam um dia participar de uma missão conjunta do Ônibus Espacial — como parceiros no espaço.

Ontem à noite eu disse ao Presidente Figueiredo que os Estados Unidos confiam

em que o Brasil superará as suas dificuldades tal como os Estados Unidos superarão as suas. Mas enfrentamos sérios problemas. A sua economia tem estado em recessão assim como a nossa. Na próxima década, ambos devemos criar milhões de novos empregos para os nossos povos. Tomando as medidas necessárias agora, os nossos países podem conduzir o mundo a uma nova era de crescimento — mas, desta vez, crescimento sem o peso da inflação e das taxas de juros galopantes.

Três coisas são essenciais para a recuperação total e o desenvolvimento mundiais: precisamos agir individualmente para corrigir os nossos problemas domésticos econômicos e financeiros; precisamos proteger a integridade dos sistemas comerciais e financeiros do mundo; e precisamos trabalhar juntos para ajudar o Sistema Internacional a evoluir para melhor assegurar a nossa prosperidade mútua.

A primeira mais importante contribuição que um país pode prestar é pôr sua própria economia e finanças em ordem. Muitos países, inclusive os Estados Unidos, não o fizeram. Em algum ponto nesta trilha, os líderes dos Estados Unidos esqueceram de como o milagre de crescimento norte-americano foi criado. Substituímos gastos governamentais por investimentos para estimular a produtividade; substituímos uma crescente burocracia por inovação privada e criação de empregos; substituímos transferência de riquezas para a criação de riquezas por recompensas de assumir riscos e de trabalhar arduamente, e substituímos subsídios e regulamentos excessivos pela disciplina e concorrência resultante da mágica do mercado.

Para os Estados Unidos o caminho de volta tem sido difícil. Quando assumi o Governo enfrentávamos taxas de juros e inflação elevadíssimas e os mais altos impostos em tempo de paz de nossa história.

Nosso programa de recuperação está projetado para ajudar-nos a realizar a transição longamente esperada para uma economia estimulada por investimentos, não-inflacionária, que colocará os Estados Unidos novamente na vanguarda do crescimento.

Cortamos o aumento as despesas federais em quase dois terços. E em breve teremos reduzido os impostos pessoais em 25 por cento; cortamos a taxa mais alta de imposto sobre rendas de juros e dividendos; introduzimos novos e fortes incentivos para a poupança; encorajamos a formação de capital ao permitir uma mais rápida depreciação de equipamentos e instalações e buscamos agressivamente a desregulamentação dos mercados em energia, transportes e finanças.

Muitas destas reformas entraram em vigor há pouco menos de um ano. Resta muito ainda a ser feito. Não se pode apagar décadas de pecados com um ano de penitência. Mas a confiança está voltando aos Estados Unidos. Acreditamos que a recuperação está à vista.

Inflação e taxas de juros têm sido reduzidas dramaticamente. Salários reais estão aumentando pela primeira vez em três anos. A produtividade subiu drasticamente. O capital de risco em pequenas empresas — a melhor fonte de geração de empregos e inovação de tecnologia — aproxima-se de um recorde. A taxa de poupança pessoal é a mais alta dos últimos seis anos. Nossas bolsas de valores alcançaram um avanço histórico num volume jamais registrado; e a nossa indústria básica, a construção de habitações, começa a reagir. Vemos também sinais de fortalecimento nas vendas de automóveis.

Acreditamos que estamos no limiar de uma expansão econômica duradoura e de bases amplas nos próximos anos. E como o maior mercado do mundo, uma próspera e

crescente economia americana significará oportunidades comerciais maiores para todos os nossos amigos no mundo em desenvolvimento.

O Brasil prepara-se para tirar vantagens dessas oportunidades. O seu país vem realizando as difíceis reformas necessárias para renovar a expansão.

Isto me leva ao meu segundo ponto. Todos nós estamos tentando nos livrar desta tenaz recessão. Mas sempre podemos piorar uma má situação ao danificar aquelas poderosas máquinas de crescimento — os sistemas comerciais e financeiros mundiais.

Durante os últimos vinte anos, o Brasil exportou uma crescente variedade de produtos industriais e agrícolas, enquanto desenvolvia seus próprios recursos de matérias-primas. Seu papel no Sistema de Comércio Internacional é agora indispensável, seu potencial é enorme.

Alguns países no mundo industrializado vêm seu sucesso com apreensão. Temem ser sobrepujados pela sua concorrência. Temem que um setor após o outro seja desindustrializado e redistribuído para o mundo em desenvolvimento. Do mesmo modo, há países no mundo em desenvolvimento que atribuem a pobreza persistente às potências industriais, a quem acusam de exploração.

Não posso aceitar nenhum desses argumentos. Basta olhar para as exportações norte-americanas aos países em desenvolvimento deste hemisfério — que aumentaram em seis vezes numa década, na mesma proporção das importações — para constatar que nova concorrência traz novas oportunidades.

Com tantos desempregados no meu País, no seu, e em tantos outros — o protecionismo vem se tornando um fantasma que as-

sombra o mundo. Um perigo é a proteção contra as importações, criando barreiras para evitar a entrada de mercadorias e serviços competitivos de outras nações no seu próprio mercado. Outro perigo é a proteção às exportações, utilizando meios de apoio artificiais para ganhar vantagens competitivas para suas próprias mercadorias e serviços nos mercados alheios.

O propósito dessas ações pode ser de preservar empregos, mas o resultado prático, como sabemos de experiência histórica, é a destruição de empregos. Protecionismo induz a mais protecionismo. E isto conduz apenas à retração econômica e, por fim, a uma perigosa instabilidade.

Isto me leva ao meu terceiro ponto.

A nossa crise atual não existe entre o Norte e o Sul, mas sim entre aspirações universais de crescimento e a mais prolongada recessão mundial do pós-guerra.

Reconheçamos outra realidade fundamental da vida econômica: esta recessão teve um impacto especialmente penoso nos países em desenvolvimento. Estes têm sofrido o declínio da demanda nos mercados mundiais e um menor acesso aos mercados financeiros. Isto complica muito nossa recuperação coletiva.

Assim, se é inevitável que devedores devem agir para restringir seus déficits, é igualmente importante que países que, como o Brasil, adotam eficazes planos de estabilização tenham asseguradas contínuas fontes de financiamento. Credores e devedores devem lembrar que cada um possui um enorme interesse no sucesso do outro.

Concordo com seu Presidente em que precisamos de solidariedade e compreensão. Em fevereiro último, falei perante a organização dos Estados Americanos, em Wa-

shington. Prometi que nosso Governo buscava um novo relacionamento com as nações do Caribe e das Américas Central e do Sul. Disse que nos aproximaríamos de nossos vizinhos não como alguém com mais outro plano, mas como amigo, pura e simplesmente — um amigo que busca suas idéias e sugestões sobre como poderíamos nos tornar melhores vizinhos.

Isto foi o que fizemos em Brasília, discutimos nossos problemas, comparamos anotações, e buscamos soluções. Permitam-me repetir: desejamos seguir adiante com os Senhores para ajudar na evolução do Sistema Internacional por meios que melhor assegurem nossa prosperidade mútua — e nós seguiremos adiante.

Para lidar com a crise de liquidez, concordamos que os recursos do FMI deveriam ser aumentados. Também propusemos uma modalidade especial de empréstimo para assegurar que o FMI tenha recursos adequados para desempenhar a sua função. Todas as principais nações em desenvolvimento deveriam ingressar no Sistema de Comércio Mundial como parceiros integrais. Assim elas poderão partilhar mais completamente dos benefícios do comércio e, ao mesmo tempo, assumir mais completamente as obrigações do Sistema de Comércio. Tudo que pedimos é que examinemos juntos as vantagens mútuas decorrentes do comércio que podem ser auferidas através da ação recíproca. Tenho enorme confiança nos métodos que trouxeram benefícios jamais vistos no passado.

Precisamos aperfeiçoar os mecanismos para a solução de disputas comerciais para retirar as querelas econômicas da arena política e basear a solução de conflitos em critérios que todos respeitemos.

Precisamos completar assuntos ainda pendentes — o comércio na agricultura que resistiu à liberalização no período pós-guerra, e regras acertadas sobre salva-

guardas em caso de danos que proporcionem clareza e equidade.

Temos que pensar nos desafios dos anos 80, tais como o comércio de produtos e processos de alta tecnologia, e criar regras que assegurem que não estaremos impedindo o crescimento potencial da revolução tecnológica.

Finalmente, lembremo-nos que tal como o progresso é impossível sem a paz, o crescimento econômico é um pilar essencial para a paz, acenando com horizontes mais brilhantes para todos os que sonham com uma vida melhor.

Para dissuadir a agressão, os Estados Unidos devem permanecer e permanecerão militarmente fortes. Quando me encontrei com a sua santidade o Papa João Paulo II, transmiti-lhe o compromisso do povo norte-americano de fazer todo o possível pela paz e a redução de armamentos, pelas crianças do mundo, estamos trabalhando para reduzir o número e o potencial destrui-

dor das armas nucleares; estamos trabalhando para pôr fim ao impasse entre Israel e seus vizinhos Árabes; e estamos trabalhando, assim como o Brasil, para preservar a paz neste hemisfério.

Quando o Papa João Paulo II aqui esteve em 1980 ele disse aos jovens brasileiros: "Só o amor constrói". Do momento que chegamos a esta terra de beleza espetacular e energia ilimitada, sentimo-nos sensibilizados pela calorosa acolhida do povo brasileiro.

Conhecemos agora o coração do Brasil; diremos adeus certos de que seu coração é forte; que seu coração é sincero; que seu coração é bom. O Brasil construirá; o Brasil crescerá. Ao seu lado, estarão os Estados Unidos como o seu parceiro no novo mundo, um parceiro para o progresso, um parceiro pela paz.

Estamos com o Brasil e não mudamos.

Muito obrigado.

na entrevista à ebn, saraiva guerreiro explica a visita do presidente reagan ao brasil

Entrevista do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, à **Empresa Brasileira de Notícias (EBN)**, divulgada em Brasília, em 19 de novembro de 1982

Pergunta — Ministro, quais os resultados políticos que o Governo brasileiro espera da visita do Presidente Ronald Reagan?

Resposta — A visita em si é um fato significativo politicamente. Ela mostra, em primeiro lugar, que as relações entre os dois países vão muito bem e são relevantes. É a primeira viagem do Presidente Reagan à América Latina, tirante os encontros que

ele normalmente tem como o Presidente do México. E é significativo, certamente, que o Brasil seja a sua primeira escala. Em segundo lugar, é sabido que o momento presente, é um momento de dificuldades econômicas para o mundo todo, não apenas para nós. Como é normal, os países em desenvolvimento, os países do Terceiro Mundo, como o Brasil, são mais vulneráveis em período de crises. Eles têm uma mar-

gem de manobra, quer em termos de acumulação de capital quer em termos de liquidez, muito mais estreita do que os países industrializados. E isto não é um fenómeno que se veja apenas no Brasil, mas no mundo todo. Havendo uma crise mundial como há atualmente, havendo uma redução da economia mundial, do comércio mundial, esses países em desenvolvimento são mais imediatamente afetados. Nós sabemos que a causa do que ocorreu com certos países, foi uma paralisia do sistema financeiro internacional, da qual estamos saindo pouco a pouco. O Brasil, não fosse essa paralisia do sistema financeiro internacional, poderia, embora com dificuldade, com austeridade, atravessar bem esse período. Têm sido feitos grandes esforços nesse sentido. Por outro lado, não se pode negar que a própria situação política internacional não é das mais serenas, muito pelo contrário. As várias situações de tensão sub-regional estão em fase aguda. Há uma exacerbação ou pelo menos uma fase mais aguda na grande confrontação Leste-Oeste e até mesmo dentro das alianças de cada lado. É um momento particularmente difícil. Esta conjuntura mundial, os riscos que ela implica e a necessidade de que ela seja enfrentada e de que se procurem soluções, foi muito bem definida pelo Presidente Figueiredo em seu discurso na Assembleia-Geral da ONU, que teve repercussão não apenas internacional naquele foro mas igualmente e inclusive internamente nos EUA. Teve uma repercussão importante na própria imprensa norte-americana. É normal, pois, que numa conjuntura desse tipo os líderes dos EUA e do Brasil tenham um encontro e aí está um significado importante dessa visita. A possibilidade de que os Presidentes dos dois países possam considerar, intercambiar impressões, sugestões sobre como enfrentar essa conjuntura.

Em terceiro lugar, eu creio que se pode também acentuar que a visita do Presidente Figueiredo a Washington, em maio deste ano, foi marcada por alguns sinais impor-

tantes. Foi uma visita realizada num momento particularmente delicado, em pleno episódio das Malvinas, em que os dois países haviam tomado posições diferenciadas em que os riscos de falsas interpretações sobre a visita do Presidente Figueiredo eram muito presentes. Foi uma visita igualmente importante e significativa pela franqueza com que ambos conversaram e se expressaram publicamente. Não houve preocupação, em absoluto, de fugir da manifestação de possíveis divergências, embora se acentuassem, como era justo e razoável, certos pontos comuns e fundamentais em torno de objetivos. E essas circunstâncias caracterizaram a visita como uma visita com substância, com relevância política e não uma visita de mera cortesia e de formalidades. E a própria relação entre os dois Chefes de Estado, a relação pessoal que se estabeleceu, foi particularmente estimulante e extremamente amistosa. Amistosa justamente porque ela se caracterizou pela franqueza, pela honestidade de propósitos e por um desejo, por uma atitude, de ambas as partes, construtiva, de enfrentar a realidade e buscar soluções e caminhos de acordo com os objetivos comuns.

Eu creio que ainda se pode acentuar esse caráter, esta significação política da visita se considerarmos que infelizmente há muitas interpretações, muitas visões errôneas do quadro internacional, particularmente das relações do Brasil com os EUA e em geral das relações externas brasileiras que um pouco infantilmente tendem a indicar uma aspereza e uma atitude antiamericana que nunca existiu. Ou mesmo uma contradição entre os dois países que nunca existiu em nenhum aspecto vital ou importante. Pelo contrário, os dois países têm cooperado e têm uma relação madura. Justamente porque têm uma relação madura que não é de alinhamento mecânico, mas de cooperação e de busca de entendimento, que a visita é importante, que as relações têm relevância. Eu creio que se pode mesmo dizer que o público em geral não entende muito

bem que dois países como os EUA e o Brasil necessariamente terão diferenças de posição, de opinião. Mas isso é próprio das relações internacionais num sistema internacional como aquele a que pertencemos, que não está organizado hierarquicamente. É da própria essência do Ocidente, digamos assim, é um dos valores permanentes, que os Estados soberanos não se organizem numa base hierárquica. E é mesmo ofensivo, em minha opinião, nos EUA, ofensivo ao Governo americano o que às vezes aparece em certos comentários: que eles nos estão pressionando, que eles nos estão querendo impor cursos de ação, etc., quando não há nada disso. Eu acho que não são os amigos dos EUA aqueles que propõem alinhamento automático ou aqueles que chamam atenção para o poder americano e sua capacidade de atuação. Creio que amigos dos EUA são aqueles que reconhecem que aquele país representa certos valores, uma certa concepção do sistema internacional baseada na coordenação, no respeito das soberanias nacionais e na preeminência da negociação sobre os meros ordenamentos de cima para baixo. Eu creio que a visita é justamente um exemplo desse espírito de respeito mútuo, de negociação, busca de compreensão mútua e de honestidade de propósitos de um lado e de outro.

Pergunta — Tem-se falado muito dos pontos de divergência de política externa brasileira em relação ao Terceiro Mundo, fazendo uma comparação com a política externa dos EUA. Quer dizer que de maneira alguma essa visita seria, digamos assim, uma oportunidade para que houvesse uma revisão de ambos os Governos a respeito dessa política em relação ao Terceiro Mundo?

Resposta — Esta é uma das discussões mais ocas que existem e essas são as mais difíceis. Os problemas mais difíceis de resolver são aqueles que não existem. As discussões mais estéreis são aquelas justa-

mente que não se referem à realidade mas a construções subjetivas. Do que se trata realmente? O Brasil é um país do Terceiro Mundo. O que é o Terceiro Mundo? Se se quiser, vamos deixar de usar Primeiro Mundo, Segundo Mundo, Terceiro Mundo (poderíamos até falar de um Quarto Mundo...). Na verdade, não há aí uma questão — eu tenho dito isto várias vezes, embora ninguém tenha prestado a mais mínima atenção — de opção política. Essas expressões são definidas em termos da descrição da realidade. Elas foram criadas por um autor francês, há tempos, e, evidentemente, elas implicam uma simplificação, como toda categorização, de uma grande variedade de entidades heterogêneas; uma categorização dessa variedade, desta massa, hoje em dia, de Estados soberanos. E qual é o único critério que prevalece aí no caso? É um critério, a rigor, de descrição material. Você tem, por um lado, o Primeiro Mundo, que são os países industrializados, desenvolvidos, que têm o seu desenvolvimento autopropulsionado com economia de mercado, basicamente (todas são hoje mais ou menos mistas mas, enfim, basicamente economia de mercado) que são os países da Europa Ocidental, os EUA, o Japão. Então, segundo esse autor o Segundo Mundo seriam os países, também desenvolvidos, que têm uma economia centralmente planificada. São os países socialistas da Europa Oriental. E Terceiro Mundo são aqueles países restantes. O que caracteriza, qual o denominador comum desses países? É que eles são países em desenvolvimento. O que é um país em desenvolvimento? É um país que não tem ainda uma poupança suficiente, própria, para propulsionar o seu desenvolvimento, para atender a todas as suas necessidades de investimento de infraestrutura em todos os seus aspectos: de transporte, de energia, de indústrias de base, de educação, de saúde pública, etc. Não têm ainda a poupança necessária. Têm de recorrer à poupança externa. Têm que vender mais do que compram para pagar o serviço das dívidas que assumem no

exterior. Por definição esses países têm muito o que fazer ainda para atingir aquele mínimo indispensável ao bem-estar de sua população. Então, nesses termos, o Brasil é inegavelmente um país em desenvolvimento e é um país do Terceiro Mundo. A rigor, se se quiser, são sinônimas as expressões. Agora, é lógico, é evidente, ninguém nega isso, que esses países todos, embora tenham em comum essa insuficiência de poupança interna, essa insuficiência de infraestrutura, estas grandes tarefas pela frente para atingir um nível mínimo de educação, da saúde e do bem-estar para o seu povo, que esses países são extremamente heterogêneos. Quer dizer, nessa grande massa há países extremamente pobres, alguns em que grande parte da população ainda vive uma vida tribal ou inteiramente fora da economia de mercado e que exportam um ou dois produtos de base. Essa não é evidentemente a situação do Brasil que possui uma economia complexa; o Brasil é um país em desenvolvimento que está realmente se desenvolvendo. Ninguém ignora essas diferenciações. De modo que é meio ridículo dizer: o Brasil é um país industrializado. Não é, nesse sentido. Não é um país do Primeiro Mundo ou do Segundo Mundo: é um país do Terceiro Mundo. Agora, por que nós haveríamos de nos enfeitar com penas de pavão? Não faz sentido. Os próprios fatos de hoje estão demonstrando claramente que o Brasil é um país vulnerável, embora um país de economia complexa, um país dinâmico, um país a caminho, digamos assim, de patamares mais altos de desenvolvimento e que tem as condições para isso, não só de recursos naturais mas de população e de qualidade mesmo de sua população. Mas é como disse um país vulnerável ao extremo. Por isso mesmo ele está em desenvolvimento. Nós estamos numa fase, já há bastante tempo (isso pode durar uma geração, duas gerações) do que alguns chamaram de decolagem. É um momento particularmente perigoso em que você tem de acelerar os motores, e se se pára, os efeitos podem ser muito danosos.

Mas os próprios fatos de hoje estão demonstrando esse caráter do Brasil de país em desenvolvimento. Às vezes se diz: o Brasil não tem nada que ver com os hispano-americanos. Tem muito que ver. Cada um desses países, não só entre nós e eles como conjunto, mas entre eles, cada um deles tem uma personalidade muito forte; tem características individuais muito acentuadas. Uns têm um regime de um tipo, outros têm um regime de outro tipo; isto tem variado no curso do tempo, mas há uma série de denominadores comuns. O que se quer dizer, talvez, quando se fala nessas diferenciações é que, de fato, a nossa administração financeira vinha sendo uma administração competente; havia uma distribuição no tempo, por exemplo, do pagamento da nossa dívida externa, que era racional, e se tudo continuasse como era nós não teríamos um problema maior; teríamos um aperto — de qualquer forma vamos ter — mas não teríamos problemas, digamos, impossíveis, intransponíveis, para atender aos pagamentos da dívida. Enquanto alguns outros países em desenvolvimento tiveram o pagamento de suas dívidas, etc., concentrados num período muito curto e aí se viram diante de uma barreira intransponível de falta de liquidez; fizeram cálculos baseados na exportação do seu principal produto e o preço desse principal produto, ao invés de manter-se ou mesmo crescer, estagnou, em alguns casos decresceu. Nós escapamos, pode-se dizer, por uma boa administração financeira, dessas situações particularmente penosas. Mas, obviamente, nós somos, como um país devedor, como um país em desenvolvimento, como um país importador de capital e tecnologia, um país vulnerável. Nós não somos a causa da crise, longe disso, pelo contrário. Não é por causa das dificuldades dos países em desenvolvimento que o mundo Ocidental financeiro está tumultuado, absolutamente. Pelo contrário, é porque o mundo Ocidental entrou numa fase de estagnação e recessão (necessária talvez) que houve essa repercussão nos países

em desenvolvimento, que dependem quase que imediatamente, a cada ano, do que exportam. Não têm, como eu disse, uma margem de manobra maior. Esse fato é muito conhecido, não é novidade nenhuma. Nos anos 30 foi exatamente assim. Houve a recessão mundial, que repercutiu nos países em desenvolvimento imediatamente. No Brasil que naquela época exportava em café o equivalente a 60% do valor das suas exportações, isso foi imediato. Hoje em dia nós temos uma exportação muito mais variada. Se você quiser, o nosso grau de subdesenvolvimento é hoje muito menor do que nos anos 30. Mas também as expectativas e as características da sociedade brasileira são muito mais complexas, as expectativas muito maiores. De modo que também os efeitos são muito mais sensíveis.

Pergunta — Ministro, o Senhor disse que o Brasil escapou mas há quem considere essa visita do Presidente Reagan ao Brasil uma espécie de demonstração à comunidade financeira internacional de que o Governo dos EUA ainda confia na capacidade brasileira, digamos, de superar essas dificuldades econômicas. O Senhor concorda com essa interpretação?

Resposta — Eu acho que isso é um dos aspectos. Mas é um aspecto talvez consequencial. Eu creio que a visita do Presidente Reagan não pode ser reduzida a esse aspecto. Evidentemente o Presidente Reagan decidiu e decidiu, segundo sabemos, muito espontaneamente, muito imediatamente, vir aqui, no que se apresentou, ou ele identificou como boa oportunidade de vir. E não é apenas este aspecto ou predominantemente este aspecto que o motivou. Não faria sentido que fosse estritamente isso. Isso é um aspecto, eu acho, lateral. É muito bom. Sem dúvida ele existe, mas como aspecto lateral. Ele estará vindo por uma decisão política. Ele achou importante demonstrar seu interesse pela América Latina, mostrar que o seu país, no mais alto

nível de Governo, tem uma atitude positiva com relação à América Latina, com relação ao Brasil, com relação aos outros países. Embora a visita se inscreva num quadro muito maior, não quer dizer que esse aspecto não exista. É lógico que sim.

Pergunta — O Senhor diz que é uma demonstração do Governo dos EUA do interesse dele pela América Latina. Mas quando Reagan foi eleito, os países da América Latina ficaram um pouco temerosos em termos da política econômica que os EUA seguiriam em relação à América Latina. Depois veio esse episódio das Malvinas em que houve aquele “desastre”, em que todos os países latino-americanos ficaram contrangidos com o apoio dos EUA à Inglaterra. Então, o Senhor acha que podemos dizer que esta visita é um novo posicionamento político do Governo dos EUA em relação à América Latina?

Resposta — Eu acho que não há nada de dramático, propriamente, como mudança. Não se trata disso. Mas eu acho que é um esforço para procurar deixar claro que esses diversos fatos e episódios a que você se refere não significam, da parte do Governo americano, digamos, uma colocação das suas relações com a América Latina em um plano menor. Ele quer mostrar que, apesar disso, as relações com a América Latina são consideradas por ele, Presidente Reagan, importantes para o seu país. Há um pouco talvez, se você quiser, desse aspecto, não de compensar, mas tentar demonstrar que essas relações são muito importantes para eles. É preciso levar em conta que os EUA são uma potência com interesses em todas as partes do mundo. Eles são o pivô, o centro de alianças militares e de toda uma complexa e variada gama de relacionamentos com todas as regiões do mundo e todos os países. E que, em algumas ocasiões, não será fácil harmonizar, não digo suas obrigações, mas harmonizar os seus interesses nessas diversas partes e esses diversos engajamen-

tos que eles têm. Farão isso, às vezes com êxito, outras vezes sem chegarem a ter êxito e isso é normal. Temos que compreender esse aspecto. Apenas, como é natural, isso não quer dizer que os demais países devam estar sempre de acordo com eles. É lógico que não. Necessariamente terão posições diferenciadas; isso é normal. Só não há posições internacionais diferenciadas claramente entre os países socialistas da Europa Oriental porque eles todos partem de uma doutrina muito rígida, muito precisa e centralizada. Mas isso, por definição mesmo, não é o caso entre nós.

Pergunta — **Ministro, em relação às Malvinas, o Senhor acha que o fato de o Brasil ter uma posição divergente dos EUA — durante o episódio, durante o conflito, o Presidente Figueiredo visitou os EUA; recentemente, no pronunciamento que fez na ONU, ele reafirmou de maneira muito enfática o apoio que o Brasil continua dando à reivindicação argentina; e agora, nos últimos dias, os EUA apoiaram aquele projeto de resolução dos países latino-americanos — necessariamente nessa questão das Malvinas nós temos de ter o apoio dos EUA para que haja uma solução favorável para a América Latina?**

Resposta — A posição nossa nesse episódio das Malvinas — podem examinar em cada declaração feita pelo Presidente no seu discurso ou por mim no início do episódio, quando eu estava ainda em Nova Iorque, vindo da China e Japão, nas reuniões do TIAR, em Washington, ou em qualquer outra ocasião — se caracterizou sempre por duas afirmações básicas e somente por duas afirmações. Primeiro, que nós reconhecíamos desde 1833¹ que aquilo era território argentino que tinha sido ocupado pela força pela Grã-Bretanha e que essa ocupação era uma ocupação de fato até hoje. Em segundo lugar, que nós sempre havíamos apoiado uma solução política negociada e que continuávamos, mesmo nos momentos mais difíceis, a propor uma solução

negociada. Ora a Resolução da Assembleia Geral se limita a isso. Ela se refere à disputa que é, por definição, uma disputa sobre a soberania e as Nações militares, quer de um lado quer do outro (não vamos entrar nisso, nunca nos manifestamos sobre isso) não alteram a controvérsia, ela continua a existir. Então, o que a Resolução faz é dizer que há uma disputa entre os dois países, que é preciso que eles negociem buscando uma solução pacífica e pede ao Secretário-Geral que ofereça seus bons ofícios. É apenas isso. E neste ponto, tanto os EUA quanto o Brasil estão de acordo.

Pergunta — **Agora, em relação ao Brasil, o Senhor acredita que a visita do Reagan é um estímulo ao prosseguimento do projeto de abertura política?**

Resposta — Às vezes me perguntam isso. Eu acho que é de todo irrelevante, pelo seguinte: a democratização crescente é um processo que, ou ele decorre, ele é um produto da sociedade brasileira, digamos, ou ele será falso e não durará. Não há força exógena — sobretudo num país como o Brasil, complexo e variado com essa massa humana que tem hoje, com essa variedade de interesses — que possa nos estimular de qualquer forma decisiva ou significativa ou relevante no sentido da democratização ou no sentido oposto. Então, o nosso processo é, necessariamente, um processo interno, é endógeno. E por isso a visita do Presidente Reagan, na verdade, não é relevante do ponto de vista do nosso processo de democratização, que vai durar muito tempo. Porque sempre há, mesmo nos países hoje em dia mais democráticos, possibilidades de aperfeiçoamento. Isso não é um processo que fique acabado definitivamente; é um estado de espírito, uma disposição de ir aperfeiçoando cada vez mais e de uma forma evolutiva, por persuasão, por negociação. Há um certo tipo de convivência que nós chamamos democrática, representativa, com garantias individuais, etc. e com consciência social, por-

que isso hoje faz parte plenamente dos regimes democráticos representativos. Então, eu acho que a visita é irrelevante, desse ponto de vista. E aí de nós se dependêsemos de um estímulo externo para a nossa evolução institucional; ela seria falsa, não é isso? Agora, é perfeitamente compreensível que países amigos, seus Governos, sua opinião pública, países que têm também uma visão semelhante estejam satisfeitos com alguma evolução nossa nesse sentido.

Pergunta — O Senhor tem ratificado diversas vezes que as divergências comerciais com os EUA não afetam o relacionamento entre países que têm um relacionamento maduro. Mas certamente isso preocupa bastante, não? Eu queria saber quais os resultados a curto prazo que se poderia esperar nesse campo no decorrer da visita.

Resposta — Eu acredito o seguinte: como eu disse, o quadro geral das relações entre os dois países tem sido bom. Há divergências, normalmente haverá, mas essas divergências são até um sintoma de vitalidade dos dois países. Nós não somos um país parado, estagnado, com tudo feito. Nem os EUA. Nós estamos buscando nosso lugar ao sol. Eles têm grandes responsabilidades mundiais, muito mais amplas do que as nossas, e é natural que haja problemas. Os problemas na área comercial são óbvios, existirão sempre. Veja você, mesmo com países que são aliados militarmente dos EUA, como os da Europa Ocidental, países de um nível de desenvolvimento bastante parecido, cada um com sua individualidade e muito forte, muito afirmativa, mas com um grau de solidariedade e interesse mais imediatos de segurança — eu disse imediatos de segurança — muito mais claros e definidos, mesmo com esses países, no campo comercial está sempre havendo atritos. Em alguns casos, por exemplo, veja você, nós estamos com os EUA contra a CEE, como é o caso do comércio de produtos agrícolas, para dar um exemplo. Em outros casos, pe-

lo contrário, nós estamos mais próximos da posição da CEE do que da dos EUA, como no que se refere ao exame de certos novos temas no estabelecimento de uma normatividade para as relações internacionais em matéria de serviços, de investimentos, etc. O Japão tem lá os seus problemas com os EUA também, que são objeto de várias negociações. Divergências e confrontações são normais e nós as temos não apenas com os países industrializados. Quem lê os jornais sabe, por exemplo, que em muitas ocasiões houve iniciativas na Argentina contra a importação de certos produtos industriais brasileiros, alegando firmas argentinas que havia “dumping” e pedindo, de acordo com as leis e regulamentos locais, medidas compensatórias; isso aconteceu no Chile também, houve várias queixas. Então, isso não é específico das relações Brasil-EUA, isso é um fenômeno normal e geral. É mais freqüente no caso dos EUA porque o mercado americano é, individualmente, o nosso maior mercado. Nós hoje temos mais comércio com a CEE, que é um conjunto de países. No ano de 1981 chegamos a ter mais exportação para a América Latina do que para os EUA — são vinte e poucos países. Mas os EUA é o maior mercado individualmente e, ao mesmo tempo, é o país que tem uma legislação em matéria de proteção contra o que eles consideram concorrência desleal, subsídios ou o que seja, mais detalhada e de implementação mais automática, eu diria, quase mecânica mesmo.

Pergunta — Ministro, esta visita do Presidente Reagan é quase uma consequência do pronunciamento do Presidente Figueiredo na ONU, não é? O Senhor acha que isso revela uma disposição dos EUA em ficar ao lado do Brasil por uma nova ordem econômica, fazer uma revisão da política protecionista?

Resposta — O discurso do Presidente Figueiredo certamente tem muito a ver. Foi uma exposição que sintetizava de uma for-

ma muito objetiva, muito, se se quiser, crítica, mas extremamente construtiva ao mesmo tempo, as posições que o Brasil vem defendendo e causou um grande impacto pelo próprio fato de ser feita pelo Presidente do Brasil. A maneira como ele falou e o excelente trânsito — vamos aí admitir um auto-elogio — que hoje em dia o Brasil tem politicamente, diplomaticamente, em todas as partes, isso tem muito que ver. Nós não esperamos — seria ingênuo esperar — que os EUA concordassem em gênero e número com tudo que dissemos, evidentemente, não. O que sim, (e esse foi o próprio espírito do discurso do Presidente Figueiredo) é preciso fazer, é buscar examinar esses problemas como eles são e buscar fórmulas e maneiras de sair deles. É evidente que nós não temos a pretensão de que o mundo diga: olhe, isso daí é o epítome da sabedoria universal — não se trata disso. Ele colocou questões, indicou alguns caminhos. Agora, o fato de que se converse sobre isso, sobre esses caminhos possíveis, é que é importante. Nós acreditamos que pode haver algum tipo de acomodação, algum tipo de compreensão maior. E eu creio que a visita do Presidente Reagan nesse sentido pode significar, não algo dramático, como você pergunta, mas, sem dúvida, uma indicação de uma maior compreensão ou de uma disposição de ver que caminhos seguir para sairmos dessas grandes dificuldades que hoje enfrenta o mundo.

Pergunta — Ministro, nos seus discursos o Senhor tem enfatizado sempre essa questão Leste-Oeste, em tese. E agora com um novo Presidente na URSS qual é a sua expectativa?

Resposta — Aí há que esperar. Segundo as notícias, não houve uma censura, não houve sequer nada dramático nesta sucessão porque é de se supor que ela tenha sido já encaminhada basicamente entre os membros do Politburo de uma forma ordenada. Então, num primeiro momento, acredito eu, não se pode esperar ou prever nada de ex-

traordinário em termos de modificações de rumos. A sucessão aparece como uma certa continuidade de política. Agora, isto realmente, sobre o que possa acontecer depois, eu não arriscaria qualquer previsão.

Pergunta — O Senhor está indo para Genebra no dia 24 para participar da Reunião Ministerial do GATT. Segundo eu li nos jornais, há um certo desencanto da área econômica porque eles já esperam que não vai haver consenso, que na realidade essa reunião vai ser quase que uma perda de tempo. O Senhor concorda com isso?

Resposta — Nós não propusemos a Reunião Ministerial. A Reunião Ministerial foi proposta essencialmente pelos EUA. Eu acredito que não se espera que essa Reunião Ministerial resolva todos os problemas do GATT ou do comércio mundial. O Governo Figueiredo se caracteriza pela coordenação interna, em primeiro lugar. E, portanto, num assunto como esse, é óbvio que, se eu for, eu estarei lá expressando a posição do Governo. As posições do Brasil no âmbito externo, são posições decididas pelo Presidente da República e os Ministros fazem o seu trabalho de coordenação. Se eu for, como poderia ir o Ministro Galvêas, o Ministro Delfim, o Ministro Camilo Pena, qualquer um que fosse teria a mesma posição que é uma posição de Governo, coordenada e aprovada pelo Presidente naquilo que possa haver a necessidade de uma decisão presidencial. E a hipótese de que a Reunião Ministerial seja um fracasso, no sentido de que ela não chegue a uma conclusão, eu acho extremamente improvável. Há uma disposição de procurar uma acomodação, um certo consenso. Há, pelo menos no que se refere ao essencial, um certo consenso, já, quer dizer, de que é necessária uma manifestação política contra as tendências protecionistas, contra as tendências de abandono, digamos, da filosofia de comércio e de certa liberdade de comércio que está refletida no Acordo Geral de Tarifas e Comércio, no GATT.

Esse ponto básico existe. Há ainda talvez, eu acho, uma certa disposição de apoiar uma aplicação mais efetiva dos dispositivos do Acordo Geral. Há outros pontos em que há divergências, como eu disse — eu não vou entrar aqui em detalhes porque têm muitos aspectos técnicos como salvaguardas, comércio de produtos agrícolas, comércio de produtos de alta tecnologia, os novos temas que os americanos propuseram: serviços e investimentos, etc. Se houver uma boa disposição de acomodar, ninguém vai ficar totalmente satisfeito com o resultado final e nem pode ser (entre dezenas de países é muito difícil chegar a uma conclusão final que satisfaça a todos por

igual ou sequer a um só completamente) mas é possível, eu acredito, se houver boa vontade de todas as partes, encontrar fórmulas que preservem o objetivo básico da Reunião Ministerial que é um reforço do GATT, da filosofia do GATT e de sua operação. Isso só, por si mesmo, já tem um significado político importante, como uma atitude contra a onda protecionista que se avoluma dentro dos países. Eu acho que é possível chegar a uma declaração final, a uma afirmação final dessa Reunião de Ministros que impulsionará o trabalho do GATT e as negociações no campo do comércio a nível multilateral durante alguns anos.

chanceler brasileiro homenageado pela câmara de comércio brasil-estados unidos da américa

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Nova York, em 1º de outubro de 1982, por ocasião de almoço com que foi homenageado pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos da América.

Senhores,

Muito obrigado ao Senhor Gebauer pelas suas amáveis palavras. Gostaria de que ele soubesse que considero um desafio falar sobre qualquer assunto relacionado com Brasil, perante uma platéia de homens de negócio norte-americanos, depois do lúcido discurso por ele pronunciado no último mês de maio, em Washington, sobre o tema "O Brasil visto por um Banqueiro". Assim como o seu discurso proporcionou uma visão, por sinal muito objetiva, do Brasil como visto de fora, espero ter algo de útil a dizer sobre as percepções de meu país acerca do atual contexto internacional, e sobre o papel da comunidade de negócios na cooperação internacional.

Minha visão é a do diplomata, não ousaria fazer perante os senhores uma análise econômica, primeiro, porque não tenho competência específica para tal, segundo, porque não creio haver muito a acrescentar nos diversos diagnósticos existentes sobre a presente situação da economia mundial. Vou tentar, no entanto, analisar uma importante dimensão específica, dos problemas de hoje. Trata-se da dimensão das decisões de política pelos governos e pelas comunidades empresariais; das atitudes psicológicas que motivam aquelas decisões; e

da postura de relativa passividade diante de problemas e situações que, no fundo, temos todos os meios e condições de enfrentar e superar com êxito.

Para começar, gostaria de dizer, com toda a imparcialidade, que muitos de nós, diplomatas e homens de negócios, somos culpados, por muito tempo, não termos adequadamente compreendido como são numerosas, estreitas e importantes as ligações entre nossas respectivas esferas de atuação.

Por muito tempo estivemos separados.

Nós, diplomatas, gostamos muito de elogiar os ideais da cooperação internacional, mas raramente reconhecemos a importância do papel do setor privado na materialização daquele ideal. Pode-se dizer que, até certo ponto, os diplomatas, e mesmo os políticos, viam as atividades empresariais como algo completamente separado, e muitas vezes até em contradição com os elevados objetivos da cooperação internacional. Na base daquele tipo de raciocínio estava talvez a idéia de que nós — que nos pretendemos homens de estado, grandiosamente preocupados com os destinos da humanidade —, não deveríamos dar muita importância a atividades que estão basicamente orientadas para a busca do lucro privado.

Acho que não estaria errado se dissesse que linha semelhante de pensamento se manifestava também no sentido inverso: os empresários estavam até pouco tempo quase que exclusivamente preocupados com suas atividades diárias, e, na melhor das hipóteses, lançariam um olhar cético ao que poderia estar acontecendo naquele mundo vago, quase abstrato, das organizações multilaterais e das reuniões internacionais, que tendem a prolongar-se, indefinidamente, sem nenhum impacto aparente sobre as realidades muito concretas e palpáveis do mundo dos negócios.

As circunstâncias do mundo de hoje, entretanto, realçam em toda sua força os vínculos diretos que existem entre o mundo dos negócios e o da diplomacia.

As mesmas tendências declinantes ilustram hoje os gráficos dos negócios e lucros, por um lado, e dos esforços de cooperação internacional, por outro. Creio que isto é mais do que uma mera coincidência. Essas duas tendências realimentam-se mutuamente. No mundo de hoje — um mundo novo em muitos aspectos — já estão mais do que na hora de que diplomatas e homens de negócio associem seus esforços para reverter tais tendências negativas.

Alguns fatos básicos do momento atual mostram claramente a necessidade de esforços conjuntos entre nós. A situação que enfrentamos é inédita, pois algumas realidades do mundo em que hoje vivemos afetarão cada vez mais nossas percepções e nosso comportamento:

— Em primeiro lugar, a interdependência tornou-se inevitável, como pode ser comprovado por fatos tais como:

I — A atividade econômica se tornou crescentemente dependente do comércio: somente na última década, a parcela do produto mundial composta de exportações de mercadorias elevou-se de 8 para 14% —

e os números que comprovam a importância do comércio internacional para a economia mundial seriam ainda mais elevados, se fossem levados em consideração outros fluxos econômicos, de invisíveis, serviços e investimentos;

II — A parcela de produtos manufaturados nas trocas globais aumentou de forma dramática, apesar do súbito aumento da importância de petróleo;

III — O mundo em desenvolvimento tornou-se mercado crescentemente dinâmico para as exportações dos países industrializados, inclusive as de produtos agrícolas;

IV — Vários países em desenvolvimento — incluindo o Brasil, numa posição de relevo — são hoje forças novas nas vendas internacionais de produtos industriais e serviços.

— Em segundo lugar, os problemas estão hoje em dia tão estreitamente interligados, que as tradicionais abordagens setoriais para os problemas internacionais se tornaram claramente obsoletos. Assuntos relativos a comércio, finanças, energia, investimentos e tecnologia passaram a interagir de tantas maneiras e em tantas direções, que somente uma ação conjunta e coordenada pode ser eficaz no alcance de soluções verdadeiras. É mais do que um jogo de palavras dizer que o mundo é hoje realmente global, e que, por conseguinte, não pode haver administração eficiente de seus problemas por meio de ações puramente tópicas e isoladas.

— Em terceiro lugar, diria que, em grande parte devido a dupla interdependência que acabei de mencionar — interdependência entre países e entre problemas — a complexidade e a instabilidade da economia de hoje mostram que o caminho da cooperação é o único válido para a sua recuperação. Não seria errado dizer que, no mundo de hoje, o poder tornou-se menos poderoso

so e não pode portanto oferecer um alicerce sólido para a ordem e a prosperidade. Mesmo o poder dos maiores centros econômicos não é mais capaz de sustentar, apenas por si próprio, um curso seguro de recuperação.

Parece-me haver uma ilustração muito clara de tudo o que disse até agora: o preocupante círculo vicioso que hoje existe entre os problemas financeiros e comerciais. É um sinal irônico e quase paradoxal de interdependência o fato de que uma situação de contradições potenciais pareça ter surgido entre ações nas esferas no comércio e das finanças.

Em outras palavras, é um fato verdadeiramente curioso que, depois de tantos anos em que a expansão do comércio foi viabilizada pelo afluxo de consideráveis recursos financeiros para os principais países em desenvolvimento importadores de petróleo, o protecionismo possa agora tornar-se fator importante de desestabilização do sistema financeiro internacional, ao negar aos países altamente endividados os meios básicos necessários para administrarem adequadamente os seus problemas.

Esse é, creio, um bom exemplo do que quero comprovar: que não há sentido em retroceder da interdependência. O mundo de hoje é muito maior — e em muitos aspectos melhor — do que a soma de suas partes. Reciprocamente, a negação da interdependência levaria a um mundo que seria menor — e pior — do que antes. Não haveria apenas, por assim dizer, perdas “de escala”: haveria um grande montante de desinvestimento, com a conseqüente e irremediável perda da capacidade de progresso, inovação e crescimento.

Mas até esse pode ser um cenário excessivamente otimista, na medida em que se supõe que, no final do caminho, uma nova situação de estabilidade poderá ser obtida, mesmo que a um nível inferior de atividade:

Na verdade, pode-se legitimamente indagar se algo mesmo remotamente merecedor da denominação “sistema” internacional poderia sobreviver em um mundo desintegrado por ações fragmentárias, unilaterais e conflitantes.

Essa é a razão pela qual nós no Brasil pensamos ter chegado a hora de dar novo alento à cooperação internacional, essa foi a mensagem básica trazida pelo Presidente Figueiredo em seu discurso perante a Assembleia Geral Das Nações Unidas alguns dias atrás, quando disse:

“A vertiginosa liberação de forças produtivas em escala planetária no pós-guerra construiu, em questão de poucas décadas, a intrincada tessitura de um mundo diferente, mais complexo e instável, mas também mais diversificado e promissor. Em conseqüência, a interdependência entre as nações tornou-se uma necessidade histórica”;

E mais adiante:

“os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade não há uma crise entre o Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma situação que afeta a ambos, situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimonia e “a confrontação”.

Uma recuperação sadia e duradoura da economia mundial pressupõe uma ação básica de reajuste, atualização e fortalecimento das instituições internacionais. Organizações como o FMI, o Banco Mundial e o Gatt — as pedras angulares do sistema aberto de comércio com o qual estamos todos comprometidos — deveriam ser modernizados e fortalecidos de modo a levar em consideração as novas realidades hoje presentes na economia mundial, incluindo

as necessidades específicas dos países em desenvolvimento.

É necessário, por exemplo, aumentar o volume de recursos financeiros disponíveis para os países importadores de capital, e adequar os requisitos para o seu desembolso às novas necessidades de ajustamento de países seriamente afetados por custos crescentes de energia, altas taxas de juros e depreciação dos preços das matérias-primas.

Em assunto de comércio, achamos que o GATT deve ser fortalecido — mas não tanto pela expansão de sua área de atuação, ou pela adoção de regras mais rígidas para os países em desenvolvimento e sim através de medidas firmes contra o protecionismo, de maior atenção aos interesses dos países em desenvolvimento e, igualmente, por maior respeito às suas regras e princípios básicos.

Em resumo, achamos que não existe contradição entre livre comércio e livres mercados, e a cooperação internacional para o desenvolvimento. Muito pelo contrário, a experiência passada tem demonstrado que a cooperação internacional para o desenvolvimento é propícia à expansão do comércio, e com maior fluidez, para benefício de todos.

Isso explica porque no Brasil estamos especialmente preocupados com a atual tendência de declínio daquela cooperação, como demonstrado pelo papel cada vez menor das agências financeiras internacionais, pelo impasse no diálogo Norte-Sul, e pela crescente tendência de adotar atitudes restritivas para com os países rotulados como "Kics".

Nenhum país pode recusar sua parcela de responsabilidade pelas dificuldades econômicas que todos enfrentamos. Isto é verdade para o Brasil, como o é para os Estados Unidos.

Acredito ser justo afirmar, não obstante, que o súbito agravamento dos problemas enfrentados por alguns dos mais importantes países em desenvolvimento é em grande parte o resultado de fatores totalmente fora de seu controle. Os efeitos desses fatores externos se tornaram mais agudos porque tais países fizeram, nas últimas décadas, uma opção deliberada por maior vinculação a mercados externos cujo acesso está agora sendo severamente restringido, tanto no plano comercial quanto no financeiro. Essa foi uma escolha sua, mas não pode haver dúvida de que esses países foram nela fortemente estimulados pelos interesses dos principais centros comerciais e financeiros. Aquela escolha mostrou a confiança que depositavam no sistema internacional.

Parece agora claro, contudo, que o sistema funcionou razoavelmente bem sob circunstâncias favoráveis, mas não funciona satisfatoriamente diante de um conjunto incomum de dificuldades graves. Uma abordagem rotineira, ou tímida, de tais dificuldades pode muito bem resultar em danos autoinfligidos. Uma ilustração eloqüente da precariedade da presente situação foi o efeito depressivo que o fracasso do último encontro do FMI teve sobre o funcionamento do sistema financeiro internacional.

Os países em desenvolvimento, que com tanto êxito tem-se integrado na economia mundial, não podem agora ser repelidos por meio de uma contração simultânea de seu acesso aos mercados comerciais e financeiros. Políticas de estabilização podem e em muitos casos devem ser implementadas com mais seriedade por países que confiaram fortemente na poupança externa e nas possibilidades de exportação. Mas países com dimensões continentais, enormes recursos naturais, população em rápido crescimento e baixa renda per capita não podem, de modo algum, suportar por muito tempo a estagnação, ou mesmo baixas taxas de crescimento.

Essa seria uma situação insustentável, e não apenas do ponto de vista desses países. Seria também um golpe rude para o resto do mundo, e, se me permitirem assim, falar para os interesses dos Estados Unidos em particular. O fortalecimento e a modernização do setor industrial deste país, assim como a expansão de sua capacidade nos vários ramos de serviços, estão cada vez mais dependentes dos mercados externos.

Senhores,

O Brasil e os Estados Unidos, cada um dentro de suas possibilidades, se encontram em posição privilegiada para ajudar a lançar uma nova era na cooperação internacional.

Nossos países trabalharam juntos em prol dos ideais de solidariedade internacional desde a Segunda Guerra Mundial, e têm desempenhado tal tarefa com determinação desde a fundação das Nações Unidas.

A história de nosso relacionamento é uma demonstração inequívoca da capacidade que têm nossos países de implementar na prática de suas relações bilaterais os ideais que ambos apoiam nas organizações internacionais.

Os Estados Unidos da América, e a comunidade de negócios norte-americana desempenharam um papel decisivo na formação do mundo moderno, e das instituições nas quais ele se baseia.

O Brasil, a comunidade brasileira de negócios, mostraram como um país pode enriquecer o mundo com o que foi em muitos aspectos, um processo de desenvolvimento único por seu dinamismo, e uma integração extraordinariamente rápida na economia mundial.

A crise que hoje enfrentamos em desafio que podemos — e conseguiremos — supe-

rar. Devemos vê-la com segurança e autoconfiança. Não devemos subestimá-la, mas não comentamos o erro maior de subestimar nossa própria capacidade de superá-la.

Afinal, a crise é a comprovação mesma do êxito daquele prodigioso desencadeamento de forças produtivas a que se referiu o Presidente Figueiredo.

É uma crise de gerenciamento, e não uma crise gerada pela falta de recursos.

É uma crise de mudança, e não uma crise de decadência.

É uma crise oriunda da defasagem crescente entre as realidades de um mundo novo e a estagnação dos conceitos e instituições em que ainda nos baseamos. É, por conseguinte, uma crise tanto política quanto econômica. E esta é a razão pela qual a cooperação internacional deverá editar no centro de qualquer esforço para superá-la.

Qual, perguntariam os senhores, poderia ser o papel dos homens de negócio na promoção da cooperação internacional?

Penso que existem alguns tópicos que merecem a consideração dos meios empresariais, deixo com os senhores algumas idéias que, parece-me, mereceriam alguma meditação nas atuais circunstâncias.

1) É necessário esforço de reavaliar alguns dos pontos de vista comumente aceitos acerca das relações Norte-Sul. O diálogo Norte-Sul não é uma questão de ajuda, mas uma questão de interesse mútuo. Não é um exercício de confrontação, assim como não implica revolução ou subversão da ordem internacional. Trata-se de uma ferramenta útil para mudanças há muito necessárias, no interesse de todos.

2) A cooperação internacional para o desenvolvimento pode revelar-se por "opor-

tunidade de investimento", com vistas à reativação do nível de atividade econômica, uma vez que vários países em desenvolvimento se tornaram inegavelmente mais relevantes para a economia mundial.

3) Qualquer pessoa, ao olhar para países como o Brasil e os Estados Unidos numa perspectiva mais ampla, não pode deixar de ser otimista. É necessário resistir e fazer reverter as reações em cadeia, ora em curso, de atitudes de pessimismo que se alimentam mutuamente.

4) É igualmente necessário procurar sempre diferenciar entre situações específicas e fazer avaliações objetivas de cada país, de acordo com suas capacidades administrativas e produtivas globais.

5) É importante que, nos principais países desenvolvidos, os setores da comunidade de negócios mais sensíveis aos fatos internacionais resistam às pressões para a adoção de medidas protecionistas. É um pouco desconcertante ver o contraste entre certos grupos de pressão sempre ativos para forçar a adoção de medidas protecionistas e as quase inexistentes expressões de apoio, por parte de setores empresariais mais esclarecidos no sentido da adoção de políticas mais positivas e flexíveis em rela-

ção aos países em desenvolvimento em geral, e as instituições financeiras internacionais em particular. Não seria do interesse de todas as partes mudar um pouco esse quadro?

Senhores,

Peço desculpas por ter mencionado tão freqüentemente as duas palavras-chave, "Crise" e "Interdependência". Se me permitirem fazer um comentário final sobre a última delas, gostaria de mencionar que um aspecto adicional da interdependência está-se fazendo sentir claramente para nós: aquela que hoje existe entre o diplomata e o homem de negócios.

Vejo esta interdependência como um desenvolvimento positivo, tendo em vista que aí pode estar uma das chaves para o êxito do esforço que nossos países partilham, de redescobrir os caminhos da prosperidade.

Esta é uma das razões que me levam a apreciar os trabalhos da câmara de comércio Brasil-EUA. É também o que leva a agradecer à sua diretoria o prazer de haver-me dirigido aos senhores.

Muito obrigado.

no brasil, o presidente da sociedade alemã de cooperação econômica

Discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 4 de outubro de 1982, por ocasião de almoço oferecido ao Presidente da Sociedade Alemã de Cooperação Econômica, Walter Scheel.

A presença de Vossa Excelência no Brasil constitui grata oportunidade para manifestarmos nosso apreço e reconhecimento por sua constante atuação pessoal na intensificação das relações entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.

Não me refiro apenas ao período em que Vossa Excelência ocupou o cargo de Chefe-de-Estado alemão.

É meu desejo recuar mais no tempo e salientar o fato de que Vossa Excelência foi o primeiro Ministro de Cooperação Econômica de seu país. Coube-lhe lançar as bases de uma política de cooperação com os países em desenvolvimento que constitui hoje fator importante da atuação internacional da República Federal da Alemanha.

Em seguida, passou Vossa Excelência a ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros e a emprestar sua valiosa colaboração à tarefa de promover a aproximação e entendimento entre os povos.

Como Ministro dos Negócios Estrangeiros, visitou Vossa Excelência o Brasil no ano de 1971. Estou certo de que a visita, que ora nos faz, dará a Vossa Excelência a oportunidade de apreciar as grandes mudanças

havidas no Brasil ao longo desses anos.

Em março de 1978, coube a Vossa Excelência, na condição de supremo mandatário de seu país, recepcionar em Bonn o então Presidente Ernesto Geisel, primeiro Chefe-de-Estado brasileiro a visitar a República Federal da Alemanha.

Em 1980, eu próprio tive a oportunidade de realizar visita oficial a Bonn. No ano seguinte, coube ao Presidente João Figueiredo retribuir a visita do Chefe do Governo Federal. O Presidente Karl Carstens esteve no Brasil em abril do corrente ano.

A intensidade do diálogo existente sublinha a excelência dos vínculos e o particular significado da cooperação entre nossos países.

Senhor Presidente,

Em termos globais, seu país vem mantendo a posição de quarto parceiro comercial do Brasil, e o primeiro dentre os países-membros da Comunidade Econômica Européia. A República Federal da Alemanha responde por mais de uma quarta-parte do intercâmbio brasileiro com a Comunidade e detém a posição de segundo maior comprador de produtos brasileiros no mundo. O

Brasil é, no setor de investimentos, o quinto país de destino do capital de risco da República Federal, que é também o segundo maior investidor em meu país.

São firmes os laços que nos unem nos planos político e econômico. Alentadoras são também as perspectivas que se abrem para a ampliação da cooperação. Há potencialidades a serem exploradas e a decisão de nossos governos de elevar o diálogo e o intercâmbio a níveis ainda mais altos.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência visita-nos agora na qualidade de Presidente da Sociedade Alemã de Cooperação Econômica, que tem desempenhado papel de relevo na promoção

de investimentos alemães em meu país.

Os 25 projetos ora em execução em diversas regiões do território nacional são exemplos concretos do dinamismo dessa forma de cooperação bilateral mutuamente proveitosa. Ao visitar alguns desses projetos, Vossa Excelência poderá constatar os resultados dessa associação exemplar entre o capital e tecnologia alemães e o espírito empreendedor dos brasileiros.

Ao desejar a Vossa Excelência continuado êxito nas atividades a que ora se dedica, ergo minha taça à amizade teuto-brasileira e à felicidade pessoal do Presidente Walter Scheel.

Muito obrigado.

príncipe naruhito, do japão, visita o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 6 de outubro de 1982, por ocasião de almoço oferecido ao Príncipe Naruhito do Japão; e o discurso-resposta do Príncipe Naruhito.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Com grande honra acolhemos Vossa Alteza Imperial hoje nesta Casa para manifestar-lhe a hospitalidade do povo brasileiro.

A visita de Vossa Alteza Imperial ao Brasil é para nós motivo de grande satisfação, especialmente porque essa é sua primeira viagem oficial ao exterior depois de concluir seu curso de graduação universitária. Sua presença reflete, mais uma vez, os profundos laços de amizade que unem o Brasil e o Japão.

Desejo recordar, neste momento, as visitas que Suas Altezas Imperiais o Príncipe Akihito e Princesa Michiko realizaram ao Brasil — a primeira em 1967 e a segunda para as comemorações do 70º aniversário da imigração japonesa em 1978. Naquelas duas oportunidades, os pais de Vossa Alteza foram recebidos com o mesmo afeto, que ora lhe é testemunhado.

Ressalto a visita que, em junho último, realizou ao Brasil, a convite do Presidente João Figueiredo, o Senhor Zenko Suzuki, Primeiro-Ministro do Japão. Os resultados desse importante encontro entre os dois governantes comprovam a importância dos interesses que nos são comuns e a vitalidade da cooperação nipo-brasileira. Apraz-me recordar também a visita que, em março do

corrente ano, efetuei ao Japão, a convite do Chanceler Yoshio Sakurauchi, ocasião em que tive a honra de conhecer Vossa Alteza e inteirar-me de seu plano de viagem ao Brasil. Em todos os contatos que manteve em Tóquio, pude comprovar a hospitalidade e os laços de fraternidade que unem nossos povos.

Ao concluir sua visita ao Brasil, Vossa Alteza Imperial terá permanecido doze dias entre nós. Esse tempo não é certamente suficiente para conhecer o Brasil em toda sua amplitude. Tenho a certeza, porém, de que Vossa Alteza Imperial sentirá e perceberá a densidade dos vínculos existentes entre o Brasil e o Japão.

Com a clara percepção que é própria dos jovens devotados ao estudo, Vossa Alteza Imperial será certamente sensível a alguns traços característicos da maneira de ser brasileira. Refiro-me, sobretudo, a nossa permanente disposição para o encontro com outros povos e culturas, com vistas a um diálogo criador e harmonioso. Creio que essa natural abertura para o convívio e para a cooperação ilustra bem o fato de que somos uma nação jovem, cuja história sempre se distinguiu por uma cordialidade isenta de egoísmos. O Brasil é um país que tem perfeita consciência de sua autenticidade e, por isso mesmo, é capaz de dar e receber. As influências que nos chegam de fora

são bem-vindas porque sabemos incorporá-las ao patrimônio de nossa nacionalidade. Tudo isso contribui, sem dúvida, para alimentar a confiança que temos quanto ao futuro, confiança que se faz especialmente necessária diante de conjunturas adversas, como a que atravessa hoje o mundo.

Já tive oportunidade de lembrar que essas características brasileiras nos aproximam do Japão, país que se impõe à nossa admiração, entre outras razões, por sua permanente capacidade de aprender e de crescer. Nesse sentido, a nação nipônica revela também uma permanente juventude e vitalidade. Na verdade, a história japonesa nos oferece um extraordinário exemplo da capacidade de um povo para absorver frutiferamente as lições de outros povos e culturas, sempre inovando e aperfeiçoando. Esse talento peculiar do povo japonês alia-se a uma invejável disciplina social, fatores que foram certamente decisivos para o alto desenvolvimento da civilização nipônica e, neste século, para o vertiginoso progresso alcançado pelo Japão.

Alteza,

Há exatamente setenta e quatro anos, o Brasil recebia os primeiros imigrantes japoneses, que para cá vieram com vontade de ficar e que ajudaram a construir a prosperidade deste país. Ao longo de três gerações, os descendentes desses imigrantes incorporaram-se à nação brasileira, o que confere ao relacionamento entre o Brasil e o Japão especial densidade humana e um lastro permanente de simpatia e de respeito mútuo.

Por todos esses motivos, a visita de Vossa Alteza Imperial ao Brasil tem caráter simbólico. Representa, através dos anos e das gerações, a reconfirmação dos vínculos que aproximam nossos povos. O Brasil e o Japão serão os grandes beneficiários do contato direto que Vossa Alteza está tendo e ainda terá com o país que o recebe de forma fraterna.

Peço a todos os presentes que se juntem a mim no brinde que faço à saúde de Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz do Japão, bem como à felicidade pessoal de Sua Alteza Imperial o Príncipe Naruhito e à paz e prosperidade da nação japonesa.

PRÍNCIPE NARUHITO

Excelentíssimo Senhor
Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro das Relações Exteriores,

Demais autoridades presentes,

Agradeço sinceramente as calorosas palavras de boas-vindas que Vossa Excelência acaba de me dirigir.

O Brasil, que desfruta de recursos naturais abundantes em sua extensa área territorial, e caminha de maneira consistente para se tornar uma potência do século 21, é o país em que vive o maior número de japoneses e seus descendentes fora do Japão. Eis a razão por que nós, os japoneses, sentimos uma simpatia muito especial para com o Brasil como um país importante com o qual o Japão mantém tradicionalmente estreitas relações de amizade.

É para mim motivo de muita felicidade ter a oportunidade de visitar o Brasil, a convite de Sua Excelência, o Senhor João Figueiredo, Presidente da República. Desejo manifestar meus sentimentos de agradecimento pelas manifestações de cordial hospitalidade com que tenho sido distinguido por parte de Sua Excelência, o Presidente Figueiredo, de Vossa Excelência e outras pessoas, desde que anteontem pisei pela primeira vez a terra brasileira.

Sinto-me feliz em saber que, desde que o navio "kasato-maru" chegou ao Porto de Santos há 74 anos, muitos japoneses emigraram para o Brasil, contribuindo para o

progresso da sociedade brasileira. Neste momento, gostaria de prestar minha homenagem ao governo e ao povo brasileiros pela calorosa amizade e consideração que dispensaram aos imigrantes japoneses e seus descendentes.

Durante a visita a várias cidades que vou fazer daqui em diante, espero tomar conhecimento da situação atual do Brasil, cujo desenvolvimento se realiza dentro de um processo de unificação harmoniosa com base em sua diversificação racial e cultural,

e da natureza rica e deslumbrante, um tesouro admirado por toda a humanidade. Além disso, tenciono aprofundar o máximo possível o entendimento do Brasil através de encontros com pessoas de vários setores sociais. Desejo que esta visita contribua, na medida do possível, para fortalecer as relações amistosas entre os dois países.

Desejo brindar à saúde de Sua Excelência o Presidente João Figueiredo, e à de Vossa Excelência, à prosperidade da República Federativa do Brasil, e ao progresso das relações de amizade entre o Brasil e o Japão.

a reunião ministerial do grupo dos 77, em nova york

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, perante a reunião Ministerial do Grupo dos 77, realizada na Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 7 de outubro de 1982, lido pelo Representante Permanente do Brasil nas Nações Unidas, Sérgio Correa da Costa.

Senhor Presidente,

O Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, pretendia discursar perante esta Reunião Ministerial do nosso Grupo. Como, contudo, por um lado, o começo da Reunião precisou ser postergado alguns dias e, por outro lado, tendo o Chanceler de retornar ao Brasil a fim de estar presente à visita oficial com que o Presidente da Guiana honrou o meu país, o Senhor Ministro das Relações Exteriores instruiu-me a ler aqui, em seu nome, o seguinte pronunciamento:

Senhor Presidente,

De início, é meu dever expressar a nossa profunda gratidão ao Governo da Argélia, e a Vossa Excelência em particular, pela firme dedicação e elevado sentido de determinação que caracterizaram o exercício argelino da presidência do nosso Grupo de Nova York.

É para nós afortunado que o Embaixador de Bangladesh, Senhor Sobhan, tenha aceitado assumir essas pesadas responsabilidades.

Senhor Presidente,

Nós, no Brasil, sentimo-nos orgulhosos de haver contribuído ativamente para a cria-

ção deste Grupo, há quase 20 anos atrás. A emergência do Grupo dos 77 foi um dos acontecimentos mais relevantes da história da diplomacia multinacional. Os 77, desde então, tornaram-se o principal instrumento de mutação construtiva em matéria de assuntos econômicos internacionais, providenciando um foro singular para a consolidação e aprimoramento da nossa solidariedade.

Naturalmente, as conquistas de nosso Grupo não transformaram o mundo — não, pelo menos, na forma e na extensão que desejaríamos. Mas os freqüentes obstáculos no nosso caminho não nos intimidaram, nem nos dividiram. As mais recentes tentativas nesse sentido, tal como o notório conceito de "graduação", terminaram frustrando os próprios países desenvolvidos, na medida em que suas motivações protecionistas foram claramente expostas. Além disso, em parte como uma oportuna resposta àquelas pressões externas, o nosso Grupo, nos últimos anos, ampliou consideravelmente o alcance de suas atividades, adicionando às tradicionais funções de coordenação de posições a ambiciosa incumbência de procurar modos e maneiras concretos de impulsionar a cooperação econômica entre nós.

Nada é realizado sem a nossa solidariedade. Mas solidariedade significa que a mu-

tualidade de interesses que nos vincula, como países em desenvolvimento, é muito mais poderosa que a diversidade de situações nacionais específicas, que fazem este Grupo quase tão heterogêneo quanto numeroso. Nossa diversidade sob os ideais comuns de paz e desenvolvimento é, precisamente, o que nos torna fortes, a despeito das nossas diferenças de ideologia, das condições sócio-econômicas e geográficas, ou dos níveis de industrialização.

Não somos uma organização internacional, nem dispomos de cadeiras marcadas. O Grupo dos 77 existe em cada país-membro, em cada Governo representado aqui. Os diversos capítulos do Grupo são apenas dispositivos práticos para implementar nossos objetivos nas negociações com as várias organizações internacionais. Eles são as manifestações do verdadeiro Grupo dos 77, aquele que existe em toda a América Latina, Ásia e África. Esta é a razão porque nosso caráter informal é, essencialmente, um fato político, que foi sabiamente preservado e precisa continuar a sê-lo, em benefício de nossa unidade de propósitos e da nossa capacidade de atuar unidos.

Senhor Presidente,

A gravidade sem precedentes da presente situação econômica internacional coloca diante de nós uma pesada agenda, para o futuro imediato. Tanto no vetor Norte-Sul, quanto no vetor Sul-Sul, confrontamo-nos com novos desafios e crescentes dificuldades.

No cenário Norte-Sul, só seremos capazes de superar as dificuldades vigentes se permanecermos unidos e se desenvolvermos capacidade de influir, nos campos político e econômico, suficiente para convencer nossos parceiros do Norte de que estamos, de fato, diante de uma crise global — não entre o Norte e o Sul —, mas uma crise do próprio sistema econômico internacional, que afeta todos os países e, por isso, requer a parti-

cipação de todos na busca de soluções.

A emergência do Terceiro Mundo como parceiro dinâmico do Norte em todos os setores da atividade econômica é uma realidade que ainda não se reflete adequadamente nos processos decisórios das organizações internacionais, nem é de todo aceito nas capitais do Norte.

Essa nova parceria entre o Norte e o Sul tem de afirmar-se na premissa de que a contribuição dos países desenvolvidos à superação da crise só será efetiva se nos forem dadas as condições para superar nossos constrangimentos externos. O Norte precisa ser levado a aceitar o fato de que, para implementar os seus próprios interesses, terá primeiro de tomar medidas no sentido de extirpar os gargalos externos que tendem a asfixiar as economias de vários países em desenvolvimento, tais como as barreiras protecionistas ao comércio, a insuficiência de fluxos financeiros, ou as distorções geradas pelas altas taxas de juros. Os países desenvolvidos são os que dispõem dos meios e, portanto, têm a responsabilidade política de adotar medidas necessárias à consecução desse fim, tanto no campo comercial, quanto no financeiro.

Senhor Presidente,

Foi a gravidade da situação internacional que trouxe o Presidente Figueiredo a esta Assembléia-Geral, a primeira vez na história que um Chefe de Estado brasileiro discursou perante as Nações Unidas. Sua principal mensagem foi a necessidade de cooperação entre o Norte e o Sul, única saída para a presente crise mundial. Ele não ofereceu soluções rapidamente acondicionadas, nem fórmulas mágicas, pois estamos convencidos de que é extremamente difícil, se não de todo impossível, arquitetar novas propostas, ademais daquelas já identificadas, estudadas e de há muito submetidas à deliberação da comunidade internacional. A nosso ver, o lamentável impasse

que se verifica no diálogo Norte-Sul não é consequência da falta de boas idéias, das quais tenhamos, talvez, até demais, mas sim da carência de um entendimento básico comum da verdadeira natureza da interdependência econômica do mundo moderno. Assim, o que está faltando é a resolução de traduzir a realidade da interdependência em políticas nacionais que alcancem além dos interesses paroquiais de curto prazo.

O elemento tempo também está envolvido em nossas considerações. Sem dúvida, teremos de perseverar na discussão das distorções estruturais permanentes do atual sistema. Tal é o objetivo principal das negociações globais, que serão submetidas a decisivo teste no curso desta Assembléia-Geral. A propósito, permito-me afirmar que acreditamos já haver este Grupo demonstrado flexibilidade nos chamados projetos de resoluções processuais, e agora compete ao outro lado, ou seja, aos países desenvolvidos que no passado professaram aberto apoio à Resolução 34/138, induzir o grupo dos desenvolvidos em conjunto, a caminhar em nossa direção.

Entretanto, independentemente do lançamento, ou do "lançamento organizacional" das GNs, necessitamos agir de imediato no que diz respeito à certas questões urgentes, por exemplo nos campos comercial e financeiro. Temos diante de nós alguns eventos internacionais de envergadura, como a Reunião Ministerial do GATT, em novembro próximo, e a VIa. Conferência da UNCTAD, em 83, e esta mesma Assembléia-Geral, todas oferecendo oportunidades para a retomada de um diálogo substantivo com os países desenvolvidos. Preparemo-nos para esses encontros sem otimismo indevidos, mas com a esperança de que os países desenvolvidos possam, finalmente, compreender que não estamos advogando a confrontação, mas sim a conciliação de interesses, através da negociação e do diálogo.

No Brasil, acreditamos que uma situação bastante curiosa emergiu, ao longo dos últimos anos, nas relações entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Na verdade, é quase paradoxal que, enquanto as sugestões apresentadas pelo Sul despertam as mais rígidas e negativas reações do Norte — na maior parte, hoje em dia, sob o pretexto das dificuldades econômicas generalizadas — o Sul, ainda mais atingido por essas dificuldades, torna-se objeto de crescentes pressões do Norte.

Isso não se dá apenas no quadro das relações bilaterais. Verifica-se, da mesma forma, nas organizações multilaterais, onde nos confrontamos, quase todos os dias, com um conjunto impressionante de novos conceitos e iniciativas restritivas em sua natureza, discriminatórias no que tange aos objetivos e negativas em espírito. Basta mencionar as pressões no sentido da adoção de políticas de "graduação" em vários foros, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, ou as tentativas de alargar o escopo do GATT, através do delineamento de novas molduras normativas em temas tais como serviços e investimentos.

Essas iniciativas do Norte manifestam-se ainda mais inoportunas e impróprias na medida em que a extensão e a complexidade das dificuldades econômicas atuais confrontaram-nos com um novo desafio: o de simplesmente evitar o que muitos temem seja um iminente colapso da economia mundial.

A inércia das relações Norte-Sul já nos deixou suficientemente calejados para que não acreditemos na factibilidade de soluções apressadas, ou em planos emergenciais ousados, mas irrealistas. A severidade da crise me leva, contudo, a compartilhar com os Senhores a idéia de que, para os países em desenvolvimento, melhor será não sobrelevar os problemas muito concretos e muito imediatos que estão ameaçando nes-

te momento a tessitura do sistema econômico internacional.

Não deveríamos tratar de fortalecer as nossas consultas mútuas em questões de curto prazo, para ampliar nossa capacidade de influenciar eventos que transcorrem agora? Não poderíamos buscar os meios de aumentar a pressão sobre os nossos parceiros do Norte, num nível político mais alto e a partir de uma abordagem mais ampla e integrada? Não seria aconselhável tentar definir um conjunto de propostas, a serem lançadas por nossa própria iniciativa, no sentido da adoção de medidas de curto prazo?

Apresso-me a dizer, distintos Colegas e Delegados, que ao fazer essas indagações não pretendo, de forma alguma, enfraquecer o apoio decidido que o Brasil empresta às Negociações Globais. Nem quero com isso minimizar o valor e a eficácia do trabalho diuturno de coordenação que o Grupo dos 77 realiza em diferentes capitais.

O que me inspira é, tão somente, uma sincera preocupação com o contexto cada vez mais difícil que nos cerca, bem como a convicção de que a comunidade dos países em desenvolvimento pode — e deve — desempenhar um papel mais dinâmico nas decisões internacionais sobre os problemas, de ordem tão imediata, que enfrentamos na condição de protagonistas agora mais dinâmicos da economia internacional.

Senhor Presidente,

No que concerne à outra dimensão da nossa tarefa — o vetor Sul-Sul — temos, afortunadamente, razões para sermos mais otimistas. Não pode haver dúvida de que o ímpeto político em prol da Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CEPD), gerado em Caracas, em maio de 1981, começou a tomar forma em 1982. Basta lembrar que, em pouco mais de um ano, um terço dos encontros setoriais previstos em Caracas já foram realizados. Além

disso, o primeiro encontro do Comitê de Seguimento e Coordenação do CEPD, recentemente havido em Manila, acordou a adoção de alguns passos práticos que assegurarão a continuidade do trabalho já feito, evitando, ao mesmo tempo, remendos nos mecanismos institucionais e processuais esmeradamente negociados por nós mesmos, em Caracas, depois de considerável reflexão.

O movimento CEPD pode tornar-se mesmo instrumental, ajudando-nos a exercer maior pressão sobre os países desenvolvidos, em benefício da retomada do processo negociatório Norte-Sul, e a atacar seriamente os urgentes problemas relativos à crise econômica atual.

O programa de Caracas inova em seu reconhecimento explícito de que os projetos do CEPD devem partir de países neles verdadeiramente interessados, os quais, a propósito, arcam com a responsabilidade e os custos da formulação e implementação dos projetos. Os mecanismos de implementação do CEPD requerem a existência de uma mutualidade de interesses entre os países que se engajam numa de suas iniciativas específicas. Não exigem que todos os membros do Grupo compartilhem o mesmo interesse, o que seria, aliás, completamente impossível. Os mecanismos de Caracas, como os Comitês de Ação, permitem, contudo, a adesão posterior de países interessados em qualquer empreendimento específico, caso assim o desejem. Por isso, e especialmente nesse estágio inicial de implementação do plano de Caracas, o Grupo atuará melhor deixando aos níveis operacionais dos encontros setoriais e especializados a carga maior da implementação das recomendações daquele documento. Aquilo que mais necessitamos agora é de oferecimentos adicionais de países dispostos a sediar os encontros setoriais, e de organizar as medidas de seguimento de reuniões já realizadas. Em ambas instâncias, este Grupo, em Nova York, pode desempenhar um papel catalítico de coordenação.

Senhor Presidente,

Os tempos de hoje são difíceis para todos nós. Os constrangimentos externos que a recessão no Norte nos impõe, combinados com a inabilidade, ou, em certos casos, a má-vontade dos países desenvolvidos para forjar uma nova parceria com o Sul tornaram extremamente difícil a contribuição dos países em desenvolvimento para a solução da presente crise, como seria do nosso desejo. No estágio atual, e para nosso grande pesar,

o diálogo Norte-Sul acha-se estacado, pelo menos ao nível global das Nações Unidas. No entanto, esta situação em si mesma oferece-nos agora uma oportunidade para mostrar aos nossos parceiros do Norte que a cooperação econômica internacional ainda é possível, e na verdade se torna ainda mais urgente em épocas de crise. É este o nosso aviso político, que a implementação do CEPD pode enviar ao Norte.

Muito obrigado.

primeira reunião da comissão nacional para assuntos antárticos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de outubro de 1982, por ocasião da abertura da primeira reunião da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR).

Senhores Representantes,

Dou-lhes as boas-vindas a esta reunião em que a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos inicia suas funções.

Desde que, em 16 de maio de 1975, o Brasil depositou o instrumento de adesão ao Tratado da Antártida, praticamente todos os Ministérios e órgãos aqui representados vinham atuando no Grupo de Trabalho Interministerial convocado para reunir subsídios para a elaboração de uma política antártica brasileira. Sob esse aspecto, as atividades que hoje encetamos situam-se num quadro de continuidade. A própria criação da CONANTAR originou-se de sugestão daquele Grupo de Trabalho, que cumpriu plenamente suas tarefas.

Esta ocasião, porém, inaugura uma nova fase de ações internas, na qual passamos da preparação, da identificação geral de objetivos e de meios, para a execução. O Senhor Presidente da República, ao assinar os Decretos nºs 86.829 e 86.830, em 12 de janeiro de 1982, determinou os métodos para que se desse curso, sem delongas, aos preparativos e providências necessárias para efetivar a presença brasileira na Antártida.

Não é nova a preocupação brasileira em participar da exploração do Continente Antártico e de há muito temos consciência das motivações que nos levam a tal propósito.

Costuma-se dizer que é quase secular nosso atraso em realizar esse projeto. A gigantesca missão de conquistar e integrar nosso vasto território e de promover o acelerado desenvolvimento econômico e social tem absorvido os recursos de que dispomos. No entanto, a Antártida e as atividades que lá empreenderemos têm estreita relação com os objetivos nacionais permanentes.

O Brasil tem interesses diretos e substanciais na Antártida, que transparecem a uma simples mirada da carta do Hemisfério Sul. No Continente Austral originam-se fenômenos, especialmente meteorológicos, que incidem direta e fortemente em nosso clima, com resultados econômicos relevantes. Os recursos pesqueiros que proliferam nas águas adjacentes ao sexto continente são já reconhecidos como fonte de proteínas que poderá desempenhar papel significativo na solução do problema alimentar mundial. O progresso das ciências da terra permite hoje avaliar o parentesco geológico da América do Sul, da África e da Antártida e inferir, quando não conhecer exatamente, a existência de depósitos de minerais sólidos e de lençóis de hidrocarbonetos. Estudar esses fenômenos ainda pouco conhecidos e pesquisar os recursos vivos e não-vivos é dever que nos impõem as gerações futuras.

A situação do Continente Austral em relação ao Brasil evidencia para qualquer observador sua significação também para nossa segurança.

Entre as razões a aconselhar nossa participação nos esforços para conhecer o Continente Antártico, sobressai ainda a abertura de novos campos de trabalho para a comunidade científica e para a juventude que hoje se forma em nossas universidades.

Todos esses motivos foram entendidos desde logo pela sociedade brasileira nos mais diversos círculos, a tal ponto que não hesito em afirmar que o Programa Antártico Brasileiro representa legítima aspiração nacional instrumentada pelo Governo.

A via adotada para encaminhar nossa ação foi a adesão ao Tratado da Antártida. Embora não tenhamos intervindo em sua negociação, reconhecemos-lhe a validade e utilidade, ao preservar uma vasta região dos males da corrida armamentista, mantendo-a totalmente isenta de operações bélicas; ao proporcionar, aos Estados-Partes, um quadro favorável à pesquisa científica, produzindo apreciável intercâmbio; ao contribuir para evitar interferências predatórias e desequilibradoras do meio-ambiente. Assinale-se que as reuniões bienais do Tratado exercem ação normativa que previne incidentes e controvérsias que poderiam decorrer da presença crescente de vários países na região.

No corrente ano, entrou em vigor a Convenção para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos da Antártida e realizaram-se as primeiras conversações relativas à implantação de um regime sobre recursos minerais antárticos. Delineia-se, portanto, um movimento para a utilização dos recursos da região e convém ao Brasil participar plenamente desses entendimentos. Contudo, apenas os Estados-Partes signatários do Tratado e aqueles países aderentes que exercem atividades concretas na área por ele abrangida têm assento nos debates. O próprio Tratado estabelece que o comparecimento a suas reuniões é facultado apenas às Partes Contratantes que promovem substancial atividade de pesquisa, tal como

a instalação de estação científica ou o envio de expedições científicas significativas. O Brasil vê-se, portanto, impelido a desenvolver um programa, não somente por seu interesse intrínseco, mas também para habilitar-se ao pleno exercício dos direitos e deveres previstos no Tratado.

Creio estar suficientemente evidenciada a urgência de que apliquemos recursos e esforços na consecução de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos, na qual sobressai, como elemento de execução, o Programa Antártico Brasileiro. Pelo Decreto nº 86.830, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar recebeu o encargo de elaborar o Programa e a incumbência de velar por sua implementação até que seja criado um órgão específico. Uma de nossas primeiras tarefas será o exame e a aprovação do Programa. Igualmente, caber-nos-á considerar as propostas de cruzeiros que se aprestam para o próximo verão. Cito aqui apenas alguns dos trabalhos que concentrarão nossas atenções no futuro imediato.

Para melhor realização de nossos planos é de se prever que se intensifiquem contatos bilaterais com nações amigas de modo que possamos nos valer da experiência por elas acumulada. Em particular, é auspicioso que os dois países latino-americanos com tradição na área — Argentina e o Chile — tenham-se disposto a nos prestar valiosa colaboração. Com o Peru e o Uruguai, países que, como nós, se encontram em estágio preparatório de atividades antárticas, procuraremos desenvolver cooperação estreita.

Os objetivos e os contornos de uma política antártica têm de ser vistos num quadro de relações internacionais e de forma compatível com normas pertinentes de direito internacional. A execução mesma dessa política passa-se, em boa parte, fora do território nacional. A empresa a que hoje começamos a nos devotar é complexa e lon-

ga. Ela envolve permanente coordenação entre todos os ministérios e órgãos aqui representados. As condições de operação e os meios indispensáveis dependem do concurso harmônico de inúmeros setores governamentais e privados. Cabe ressaltar o papel primordial da comunidade científica para que a política antártica atinja suas metas externas e corresponda às necessidades do nosso desenvolvimento econômico. Por outro lado, o êxito das intenções brasileiras na Antártida requer meios de grande porte e geração interna ou transferência de tecnologia e saber científico em ritmo acelerado.

Revela-se, pois, indispensável o funcionamento do órgão colegiado que ora inicia seus trabalhos. Deverá ele propor ao Senhor Presidente da República todas as medidas para orientar e apoiar os órgãos encarregados de executar a Política Nacional para Assuntos Antárticos. A função confiada ao Itamaraty de sediar esta Comissão está de antemão facilitada pela consciência unânime da importância e da seriedade do empreendimento. Competirá a nós nesta Comissão traduzir na prática os propósitos do Governo e os anseios de toda a nação.

em Brasília, o diretor-geral do gatt

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de outubro de 1982, por ocasião de almoço oferecido ao Diretor-Geral do GATT, Arthur Dunkel.

Senhor Diretor-Geral do GATT,
Embaixador Arthur Dunkel,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grande prazer que o Governo brasileiro acolhe Vossa Excelência, nesta sua primeira visita oficial a nosso país. Foi por estar seguro de que Vossa Excelência prestaria grandes serviços, que o Brasil esteve entre as primeiras Partes Contratantes do GATT a manifestar decidido apoio à escolha de seu nome para o alto cargo que hoje ocupa, como esperávamos, com singular eficiência e dedicação.

A visita de Vossa Excelência é muito oportuna. Ela ocorre às vésperas da primeira reunião das Partes Contratantes do GATT a nível ministerial desde 1973. Além disso, os dias de hoje são dias de dificuldades econômicas generalizadas, para a solução das quais o GATT, como organização central do sistema internacional de comércio, muito pode contribuir.

Senhor Diretor-Geral,

O papel ativo e construtivo que o Brasil desempenha no GATT reflete o fato de que o comércio exterior é hoje atividade de fundamental importância para nossa política de desenvolvimento. É evidente que a obtenção de saldos na balança comercial é,

para o Brasil, condição indispensável à diminuição do déficit estrutural de conta corrente e à manutenção do controle sobre o serviço da dívida externa.

Este objetivo tem sido atingido com grandes sacrifícios da sociedade brasileira. As políticas que temos adotado são em termos gerais, as únicas possíveis para um país em desenvolvimento que busca integrar-se no sistema de comércio mundial, mas que se vem defrontando com estrangulamentos externos decorrentes de fatores totalmente fora de nosso controle.

O Brasil não é, certamente, o único país a sofrer os efeitos negativos da atual crise econômica internacional. Mas, como país em desenvolvimento que procurou ganhar tempo em seus esforços de desenvolvimento econômico mediante o recurso à poupança externa, o Brasil se sente particularmente afetado pelo recente agravamento das condições econômicas mundiais. As políticas de ajustamento interno — energética, agrícola, anti-inflacionária — que o Brasil vem adotando com vigor exemplar têm sido severamente dificultadas por fatores limitativos externos, tais como a deterioração das relações de troca, a persistência de altas taxas de juros, a imposição de barreiras protecionistas e a prolongada recessão econômica.

Os aspectos positivos da interdependência entre o Norte e o Sul estão sendo progressivamente desbaratados pela política econômica dos principais países desenvolvidos, pois os fatores externos limitativos que aponte impedem que os países em desenvolvimento continuem a desempenhar um papel dinâmico como importadores de capital, bens e tecnologia exportadas pelo Norte, com isso retardando as perspectivas de retomada das atividades econômicas nos próprios países industrializados. Para os países em desenvolvimento que, como o Brasil, não se podem dar ao luxo de parar de crescer, a interdependência vem, assim, adquirindo conotações negativas que cumpre reverter, através da retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Senhor Diretor-Geral,

Não há, na verdade, contradição entre os ideais de livre comércio, ou de abertura de mercados, e a cooperação internacional para o desenvolvimento. Ao contrário, a experiência das últimas décadas indica que a emergência de novos parceiros comerciais no mundo em desenvolvimento, tornada possível em parte através da cooperação internacional, foi benéfica para todos, na medida em que contribuiu para a diversificação e ampliação dos fluxos comerciais e financeiros em todas as direções.

Hoje, porém, dado o caráter estrutural da crise econômica, refletido na sua abrangência temática e espacial, o comércio mundial só poderá ser reativado se forem tomadas medidas também na área monetária e financeira, com plena consciência de sua incidência direta sobre o comércio. É indispensável adotar-se um conjunto integrado de medidas de curto prazo que estimulem os fluxos internacionais de comércio e finanças. O dilema com que se defrontam o Brasil e outros países em desenvolvimento é que, embora desejemos contribuir para este conjunto de medidas, não pode-

mos tomar, isoladamente, sua iniciativa. Sugestões temos feito, e não poucas, mas a iniciativa tem que vir dos países com maior peso na economia mundial, que devem tomar decisões com uma visão menos autárquica de seus próprios problemas domésticos, a fim de evitarem a crescente retração da economia mundial, o que acabaria também por afetá-los gravemente.

Em consequência, no campo específico do comércio, como afirmou o Presidente João Figueiredo diante da Assembléia Geral das Nações Unidas, "os países em desenvolvimento, por sua tendência estrutural ao déficit em conta-corrente, não podem ser os primeiros a eliminar as barreiras comerciais, com o que estariam apenas agravando seus déficits, sem criar um impulso suficiente para a recuperação da economia mundial. É preciso que os países desenvolvidos aceitem como inevitável a reestruturação de suas economias".

Senhor Diretor-Geral,

Estas considerações sobre a urgência de medidas internacionais concertadas de curto prazo me levam a sublinhar o significado político que adquiriu, ultimamente, a Reunião Ministerial do GATT, em novembro entrante. Quando a realização desta sessão especial das Partes Contratantes foi proposta, há mais de um ano, achávamos então, como ainda hoje, que o programa de trabalho traçado em 1979, à luz das lacunas permanentes do sistema multilateral de comércio e das limitações dos resultados das NCMs, já seria suficiente para ocupar por longo tempo a atenção dos Governos-membros.

O estreitamento do espaço econômico mundial e a tendência ao desrespeito às regras e princípios do sistema de comércio puseram em maior evidência as deficiências do GATT. A Reunião Ministerial pode vir a ser, assim, um ato político de reafirmação da validade dos postulados e objetivos

básicos do quadro normativo e institucional multilateral que vem regendo o comércio mundial há mais de três décadas, e, como seria muito conveniente para todos, sua adequação às circunstâncias específicas dos países em desenvolvimento.

Para que este ato de contrição e autocrítica tenha o desejado impacto, é necessário que, na declaração política de novembro, as Partes Contratantes tenham a coragem suficiente de fazer um diagnóstico preciso das deficiências do GATT, ao mesmo tempo em que se comprometam a buscar, com urgência, os meios de saná-las. É indispensável que o documento ministerial vá mais além — bem mais além — das declarações retóricas de rejeição do protecionismo e analise a persistência das imperfeições do GATT e a recorrência das violações a suas regras. Só assim a opinião pública mundial — e sobretudo os grupos e setores protecionistas que insistem em obter vantagens ilusórias de curto prazo às custas dos interesses maiores de seus próprios países — serão levados a acreditar no compromisso assumido por seus Governos de atualizar, aperfeiçoar e reforçar o GATT e o sistema multilateral de comércio, com o que, creio, estamos de acordo.

Fazendo um parêntesis, Senhor Diretor-Geral, esta necessidade de atualização à nova realidade internacional não a propugnamos apenas para o GATT. Também o FMI e o Banco Mundial — as duas outras organizações que, com o GATT, formam o arcabouço institucional do sistema aberto de trocas a que estamos todos vinculados — se ressentem de adaptações que reflitam a necessidade de os países em desenvolvimento participarem mais eficazmente dos negócios internacionais e, na medida de suas possibilidades, contribuirmos para a superação da crise atual. Nas presentes circunstâncias, a aceitação, pelos países desenvolvidos, nestas instituições, de medidas diferenciadas que atendam às dificuldades específicas de países em desenvolvimento assumiria indiscutível

significação política.

Os trabalhos preparatórios em Genebra têm demonstrado a necessidade de voltarmos a privilegiar as preocupações da grande maioria das Partes Contratantes com os problemas correntes do GATT como foro negociador do sistema de comércio, que haviam sido indevidamente ofuscados nos últimos meses pela discussão de certos temas novos, de interesse geral certamente remoto e de inserção altamente duvidosa no quadro jurídico do GATT. A respeito, só me cumpre recordar novamente o já citado pronunciamento do Presidente João Figueiredo: "Não convém mobilizar o GATT em direção a novas tarefas normativas, em áreas como as de exportação de serviço e de políticas de investimentos, visando à criação de regras que poderiam dificultar o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados internacionais e, até mesmo, sua capacidade de ordenação dos próprios mercados internos. Ao mesmo tempo, não se podem deixar de lado questões fundamentais relacionadas com o aprimoramento daquele organismo e com o atendimento de reivindicações de seus participantes em desenvolvimento".

Esta é, Senhor Diretor-Geral, a opinião do Brasil e estas são nossas expectativas para a Reunião Ministerial. Com franqueza e espírito construtivo, nossos representantes em Genebra as têm exposto no curso de processo negociador. Espero que, assim, estejamos contribuindo para a formação de uma verdadeira base consensual capaz de restituir ao GATT e ao sistema de comércio as condições políticas para estimular a retomada da expansão do comércio internacional, em benefício de todos.

Sem otimismo inconseqüentes, mas com a esperança de que os Governos aceitem participar desta nova ação cooperativa, faço um brinde ao êxito da Reunião Ministerial do GATT e ao continuado êxito de Vossa Excelência do desempenho de suas pesadas responsabilidades.

a visita do secretário de estado dos negócios estrangeiros do haiti

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de outubro de 1982, por ocasião de jantar oferecido ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Haiti, Jean-Robert Estimé.

Senhor Secretário de Estado,

Em nome do Governo brasileiro, desejo dar as boas-vindas a Vossa Excelência, à Senhora Estimé e à sua ilustre comitiva.

A presente ocasião nos permite ressaltar a tradicional amizade que une o Brasil ao Haiti e que remonta ao século passado, quando, na década de cinquenta, nossos dois países estabeleceram relações diplomáticas.

As afinidades históricas e culturais entre o Haiti e o Brasil são bem evidentes. Nossos dois países se orgulham da decisiva contribuição africana para a definição do perfil de ambas as nacionalidades. Como Vossa Excelência já terá verificado, o aporte africano aos múltiplos aspectos que compõem o panorama social brasileiro é marcante e enriquecedor.

No Haiti, é admirável a maneira como os elementos da cultura africana foram aproveitados para forjar um caráter nacional autêntico.

Senhor Secretário de Estado,

A par de afinidades naturais, nossos dois países visam a contribuir para a meta comum de uma América Latina mais próspera e mais justa.

Na presente conjuntura, quando proliferam as tensões internacionais, tem o Brasil insistido em que a busca do desenvolvimento sustentado e em benefício de todos os setores de nossas sociedades deve acompanhar as aspirações de paz e boa convivência entre os Estados. A tendência a encarar as relações internacionais pelo prisma do poder relega a um segundo plano o exame do que é, muitas vezes, a causa profunda dos conflitos: um sistema mundial que contribui para perpetuar as condições de subdesenvolvimento de considerável parte da humanidade. A atual crise econômica internacional demonstra a urgência de um diálogo franco e construtivo entre o Norte e o Sul, no interesse tanto dos países em desenvolvimento quanto dos países industrializados.

No tocante às tensões ocorridas na América Central e no Caribe, nos últimos anos, vemos com preocupação a tendência de vinculá-las a confrontações que se processam em outros níveis e em outras regiões do mundo. Somos contrários à internacionalização dos problemas que afligem aquelas áreas e temos defendido a idéia de que compete aos seus povos, sem intervenção de outros países, encontrarem soluções, que desejamos sejam pacíficas, democráticas e pluralistas.

É permanente o esforço do Brasil no senti-

do de estabelecer novas dimensões de cooperação entre os países latino-americanos.

A progressiva intensificação dos contatos entre o Brasil e os países caribenhos demonstra a importância que atribuímos à crescente aproximação entre tais países e o restante da América Latina.

Nesse contexto, desejo assinalar que, na recente Reunião do Conselho Latino-Americano do SELA, em Caracas o Brasil soube-se, com viva satisfação, ao consenso que aprovou a Decisão sobre o fortalecimento da cooperação e ajuda ao desenvolvimento econômico e social do Haiti. Naquela ocasião, quisemos prestar contribuição positiva à adoção, pelo Conselho, de medidas que atendam às justas expectativas do Governo e povo haitianos.

Senhor Secretário de Estado,

No plano do intercâmbio bilateral, é nosso desejo que se aperfeiçoem as modalidades de colaboração existentes e que novos caminhos sejam buscados para a ampliação

do relacionamento entre o Haiti e o Brasil.

Os índices do intercâmbio bilateral nos campos da economia e do comércio têm estado aquém de suas reais possibilidades e devem ser melhorados. Creio indispensável, por outro lado, conferir especial atenção aos domínios da cultura e da cooperação técnica e científica, nos quais são promissoras as perspectivas de um intercâmbio mais intenso.

Exemplo do nosso mútuo empenho em aperfeiçoar as relações bilaterais é o Acordo de Cooperação Técnica que amanhã iremos assinar. Ao lado do Convênio de Intercâmbio Cultural, firmado em 1966, o novo instrumento contribuirá para uma aproximação crescente e entendimento cada vez mais harmonioso entre o Haiti e o Brasil.

É com esse ânimo de cordial amizade que renovo a Vossa Excelência os votos de agradável estada no Brasil e brindo pela sua felicidade pessoal e pelo constante aprimoramento dos laços entre nossos dois países.

comunicado de imprensa brasil-haiti

Comunicado à imprensa divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 15 de outubro de 1982, relativo à visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Haiti, Jean-Robert Estimé.

A convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Haiti, Embaixador Jean-Robert Estimé, realizou visita oficial ao Brasil, de 14 a 17 de outubro de 1982.

O Secretário de Estado dos Negócios Es-

trangeiros do Haiti se fez acompanhar de sua esposa e de comitiva composta pelo Senhor Nicot Julien, Subsecretário de Estado da Agricultura; Stanley Theard, Coordenador do Gabinete Técnico do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; Auguste Douyon, Secretário Particular do Presidente Vitalício da República e Raymond Roy, Presidente da Associação das Indústrias do Haiti.

No Rio de Janeiro, o Chanceler haitiano manteve contatos com representantes de setores empresariais brasileiros.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o Secretário de Estado das Relações Exteriores do Haiti intercambiaram, em atmosfera de cordialidade e franqueza, impressões sobre a situação econômica e política internacional. Os Chanceleres examinaram igualmente o atual estágio das relações entre o Brasil e o Haiti.

Os dois Ministros assinalaram a importância de respeitar plenamente os princípios e propósitos da Carta da Organização das Nações Unidas, considerada base indispensável para a promoção de relações harmoniais entre os Estados. Reafirmaram sua confiança na Organização das Nações Unidas como instrumento para fomentar a paz, a segurança internacional e o desenvolvimento econômico e social das nações.

Reiteraram o respeito de seus países pelos princípios da justiça e do direito internacional, especificamente os que se referem à igualdade soberana dos Estados, ao direito de autodeterminação dos povos e à não ingerência em assuntos internos de outros Estados. Reafirmaram seu firme compromisso com a solução pacífica de controvérsias, de acordo com a Carta das Nações Unidas.

Com respeito ao diálogo Norte-Sul, os dois Ministros concordaram em afirmar que os problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento afetam a comunidade internacional, em sua totalidade, e reconheceram a urgência da realização de negociações globais, com vistas à instauração de uma nova ordem econômica internacional.

Ambos os Ministros assinalaram a necessidade de estabelecer condições efetivas de transferência de tecnologia apropriada para os países em desenvolvimento e re-

conheceram a importância de se estimular a pesquisa e adaptar tecnologia às circunstâncias de cada país.

Ressaltaram a importância de se diversificar a cooperação ampla, igualitária e direta entre os países em desenvolvimento. Nesse contexto, reiteraram que a cooperação Sul-Sul vem completar outras formas de entendimento, no sentido de promover os interesses políticos e econômicos dos países em desenvolvimento. Em particular, manifestaram sua confiança na solidariedade latino-americana como elemento primordial na solução dos problemas específicos das nações do continente.

Salientaram o papel construtivo da Organização dos Estados Americanos, como foro de debate e conciliação das questões regionais.

Ao analisarem a situação de instabilidade na América Central e no Caribe, os dois Ministros assinalaram a necessidade de serem encontradas soluções adequadas aos problemas de ordem estrutural, econômicas e sociais, que afetam a região. A propósito, manifestaram a convicção de que cabe aos países da área encontrar soluções próprias, dentro de um contexto democrático inspirado de valores nacionais, que lhes permitam promover o desenvolvimento econômico e social, em benefício de seus povos, particularmente das camadas mais desfavorecidas.

Ao passar em revista as relações bilaterais, os Chanceleres deram especial atenção à forma como vem sendo implementado o Acordo cultural existente entre os dois países e às possibilidades de se encetar cooperação nos setores econômico-financeiro e científico e técnico.

Os dois Ministros analisaram diversos aspectos do Acordo Cultural vigente e manifestaram o desejo de que novas áreas de cooperação cultural sejam identificadas e

desenvolvidas. A propósito, registraram com satisfação a participação de alunos haitianos no Curso para Treinamento de Diplomatas, oferecido pelo Instituto Rio Branco.

Durante o intercâmbio de pontos de vista sobre as atividades de cooperação nos domínios econômico e comercial, o Ministro Estimé acentuou o interesse de seu Governo na concessão de uma linha de crédito para a aquisição de bens e serviços brasileiros. A propósito, o Ministro Saraiva Guerreiro forneceu explicações sobre os mecanismos ora em vigor no Brasil para o apoio às exportações ficando ambas as partes de dar atento segmento, nos níveis apropriados, ao exame do assunto, de mo-

do a alcançar, dentro de prazo razoável o resultado desejado.

Ambos os Ministros expressaram sua satisfação ao assinarem o Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre os dois países, instrumento que cria as condições necessárias à dinamização das relações bilaterais.

Ao final da visita, o Embaixador Jean-Robert Estimé, Secretário de Estado das Relações Exteriores do Haiti, agradeceu ao Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, pela calorosa hospitalidade dispensada a ele e aos membros de sua comitiva.*

* Na página 135, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti, assinado por ocasião da visita do Chanceler daquele país, Jean-Robert Estimé.

chanceler saraiva guerreiro visita a itália

Discursos do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Deputado Emilio Colombo, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Roma, em 18 de outubro de 1982, por ocasião de jantar oferecido pelo Chanceler italiano ao Chanceler brasileiro.

CHANCELER EMILIO COLOMBO

Senhor Ministro,

A presença de Vossa Excelência em Roma constitui para nós oportunidade de estreitamento dos laços de amizade e fraternidade existentes entre os nossos povos; vem ela também lavrar uma nova fase de renovado e mais profundo entendimento na vida de nossos dois Países.

Em nome do Governo italiano e no meu próprio, apresento-lhe as boas-vindas, Senhor Ministro, saudando, na sua pessoa, quer o representante de um grande e nobre País, que nós italianos amamos e admiramos, e cuja influência se faz positivamente sentir não só dentro das fronteiras do Continente latino-americano, mas além delas; quer o hábil e consumado artífice da política externa do Brasil, que tanto apreço despertou, sobretudo em tempos mais recentes, na Itália e em outros Países Ocidentais. Permita-me também expressar-lhe o prazer pessoal de poder encontrá-lo novamente, em confirmação da recíproca amizade e em renovada oportunidade para aprofundada e construtiva troca de pontos de vista sobre temas de interesse comum.

Desejaria, por outro lado, expressar-lhe a profunda satisfação italiana com este renovado diálogo entre nossos dois Países,

maturado em concomitância com o desenvolvimento do processo político conduzido pelo Presidente Figueiredo, que confluirá nas eleições de 15 de novembro próximo, e do qual a minha visita a Brasília, em agosto passado, e agora a de Vossa Excelência a Roma, são sinais mais que eloquentes. Significativo fator dessas estreitas relações são também os milhões de brasileiros de origem italiana, já parte integrante da vida econômica e política do Brasil, que ofereceram sua contribuição qualificada à construção do País. A Itália dedica um sentimento todo especial a esses seus filhos distantes, disseminados por toda a América Latina, que constituem a textura daquela "relação privilegiada" que esperamos poder manter com o Brasil e com outros Países latino-americanos.

Senhor Ministro,

Durante os últimos meses, além de nossos encontros diretos, tivemos frequentemente múltiplas oportunidades para, através dos canais competentes, nos consultarmos reciprocamente sobre questões delicadas e de especial relevância para a paz na América Latina e, mais em geral, para a preservação dos equilíbrios internacionais: cada um de nós contribuiu, com grande, recíproca lealdade, para tais consultas, mediante avaliações e juízos inspirados nos próprios conhecimentos e percepções.

Juntamente com um mais preciso e aprofundado quadro da situação internacional, sobressaiu entre nós uma identidade de pontos de vista que constitui o sinal de uma sintonia de ações e de uma coincidência de intenções que tornam freqüentemente convergente a conduta internacional dos nossos dois Países. Isto, Senhor Ministro, levando, inclusive, em consideração o papel cada vez mais relevante que o Brasil desenvolve no cenário internacional, é considerado pelo Governo italiano como fato de maior importância e me impele a considerar favoravelmente a possibilidade de tornar entre nós mais freqüente e intenso o intercâmbio no setor político, o que redundará em recíproca vantagem e constituirá uma contribuição para a solução dos problemas que atormentam o cenário internacional.

Gostaria, a esta altura, de acenar para problema específico de grande atualidade, que constituiu um dos motivos principais que me levaram a empreender a recente viagem ao seu e a outros Países latino-americanos: o da reativação das relações entre a América latina e a Europa Comunitária, após o conflito no Atlântico Austral. Posso garantir-lhe que o problema é sentido na Europa pelo menos tão vivamente quanto nas Capitais latino-americanas. Algo já foi feito, mas resta ainda muito a fazer. Acredito que a Itália e o Brasil possam desempenhar função de relevante importância para um melhor entendimento entre as duas regiões do mundo. É, pois, um convite que dirijo a Vossa Excelência: assim como permanecemos em constante e estreito contato no momento vital da crise anglo-argentina para evitar uma nova deterioração e, de qualquer forma, para limitar suas consequências negativas, da mesma forma acredito hoje ser de grande utilidade um entendimento entre os nossos Países não só para reconduzir as relações entre os Dez e a América Latina ao nível em que se encontravam antes do conflito, mas, aliás, para compeli-las em direção a metas de um

mais aprofundado entendimento e de uma mais ampla cooperação. De minha parte, já manifestei aos Ministros do Exterior comunitários a opinião italiana de que as relações, a cooperação e o entendimento entre a Europa e os Países latino-americanos representam elemento essencial para a manutenção dos equilíbrios mundiais; para obter-se isso, é mister que os Dez e os países latino-americanos imaginem e realizem, quanto antes, um novo tipo de relação que seja, de um lado, politicamente mais qualificada, e de outro, mais constante e mais intensa.

Muitos são os princípios comuns que informam nossa ação para com o exterior: a recusa do uso da força para a solução das controvérsias internacionais, a necessidade do recurso exclusivo a negociações pacíficas para sua solução, o respeito à soberania dos Estados e a rejeição de qualquer intromissão nas matérias de competência reservada, a afirmação da dignidade de todas as nações e de sua igualdade, a proclamada urgência de uma mais estreita cooperação internacional para a solução de todos estes problemas, inclusive os econômicos e sociais, que caracterizam nossa época.

O Presidente Figueiredo, em seu recente e apreciado discurso perante a Assembléia das Nações Unidas, referiu-se, com muita eficácia e autoridade, a estes princípios, observando que o Brasil, acolhendo-os e neles inspirando sua ação internacional, conseguiu realizar com seus vizinhos a melhor convivência pacífica.

Senhor Ministro,

Em nossa opinião, é possível, antes, desejável um novo aprofundamento da cooperação entre os nossos Países, tanto no plano político quanto em muitos outros setores, a partir do econômico. Uma renovada e aprofundada cooperação entre nós, além de útil no plano bilateral para a solução dos

problemas específicos de que cada um de nossos Países é portador, resolver-se-á, decerto, em benefício da paz e da prosperidade do mundo em que vivemos.

Pairam, em verdade, no horizonte do cenário internacional sombras inquietantes; o Oriente Médio, a Polônia, o Afeganistão, a América Central não são senão as áreas de instabilidade mais preocupante de uma situação geral sob muitos aspectos alarmante, em que as pesadas tensões entre Leste e Oeste interferem no difícil diálogo Norte-Sul. Acredito, Senhor Ministro, que nossos Países possam e devam oferecer juntos uma contribuição positiva e concreta para tornar sereno esse cenário conturbado, na busca de uma ordem internacional de paz e de justiça para todos os povos.

Não desejaria terminar com esta nota pessimista. A vivacidade e a fantasia de nossos povos, o despertar dos ideais na juventude, os fermentos da cultura, os progressos científicos e técnicos, os esforços que tantos países estão realizando na procura de uma paz justa, as jamais adormecidas perspectivas de uma eficaz ação para o desarmamento dos povos, as iniciativas para aliviar a fome no mundo e para garantir um nível de vida suficiente a tantos seres humanos, a procura de uma crescente solidariedade internacional, estes e muitos outros fatores, positivos do nosso tempo, além de constituírem um sinal de esperança para todos, devem também sustentar, Senhor Ministro, a fé e a ação, para um futuro melhor, dos responsáveis pela condução da vida dos povos.

Estamos diante de uma época na qual coexistem, em estreita simbiose, luzes e sombras, vivemos em um tempo de tensões e laceração, de crises, um tempo de transição de uma velha ordem, no mais das vezes obsoleta, para uma nova, ainda não claramente delineada. Dependerá também da contribuição dos nossos Países se o resultado desta angústia que envolve indi-

víduos e nações se resolverá em atraso ou em progresso da humanidade. Esse progresso, na paz e na justiça, deve ser o objetivo constante da ação do Brasil e da Itália. É com estes votos, Senhor Ministro, que ergo o cálice à aventura de seu grande País, ao seu bem-estar pessoal e ao de seus colaboradores.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

Sou-lhe grato pela calorosa acolhida que tem sido dispensada — a mim, a minha mulher e a meus colaboradores — desde nossos primeiros momentos em solo italiano. A renomada hospitalidade deste País, aliada ao espírito latino, que irmana brasileiros e italianos, fazem-nos aqui sentir como em nossa própria Pátria.

Transparece nas palavras de Vossa Excelência o apreço e amizade, idênticos aos sentimentos que nós, brasileiros, temos pela Itália e por sua gente. Solidamente enraizados no legado de uma civilização comum, estes sentimentos reforçaram-se através de longo e harmonioso convívio entre nossos povos.

A própria história do Brasil registra página de glória, escrita pela bravura de Giuseppe Garibaldi, paladino dos ideais liberais do século passado. Ao comemorarmos, este ano, o centenário de sua morte, reverenciaremos também a memória de Anita Garibaldi, brasileira que lutou ao lado do marido nos dois Continentes.

Ainda na segunda metade do século passado, partiram de sua terra natal os primeiros italianos que vieram radicar-se no Brasil. Recebemo-los de braços abertos na terra que se tornou, em curto espaço de tempo, sua nova Pátria.

Ao estabelecerem-se em áreas montanho-

sas, semelhantes, em muitos aspectos, às que haviam deixado, encontraram as mais favoráveis condições para sua adaptação e progresso. Trouxeram valiosa contribuição à formação da população brasileira — a seu modo de ser, seus hábitos, gostos e costumes — e muitos de seus descendentes alcançaram projeção nacional na vida pública, nas letras, nas artes plásticas e nos esportes.

As afinidades assim engendradas têm constituído estímulo ao desenvolvimento das relações entre nossos países.

Lastreia essas relações um elevado grau de entendimento político, confirmado nas trocas de visitas de eminentes políticos e homens de Governo.

Nesse particular, foi altamente significativa a recente viagem de Vossa Excelência ao Brasil, que lhe permitiu conhecer a realidade brasileira de perto e manter contatos com os mais altos escalões governamentais. Em nossas conversações, impressionaram-me a lucidez e descortino de Vossa Excelência.

Foi, pois, com vivo prazer que aceitei seu honroso convite para visitar oficialmente a Itália e retomar nosso diálogo, em clima de amizade, espontaneidade e franqueza. Tanto no exame de temas afetos às relações bilaterais, quanto na troca de idéias sobre o panorama internacional, confirmase a existência de amplas convergências entre as percepções de nossos Governos. Além de explicitarmos e aprofundarmos posições comuns, pudemos enriquecer nosso entendimento, graças ao intercâmbio de avaliações próprias, matizadas pelas respectivas inserções regionais do Brasil e da Itália.

É oportuno o momento para dialogar. O caráter cambiante e fluido da presente conjuntura não se compadece com visões maniqueístas e avaliações estereotipadas. Tais

atitudes só levam à inibição, quando não à deterioração e à confrontação, num mundo que reclama compreensão, paz e progresso.

Urge abrir espaço para acomodar e harmonizar os múltiplos interesses em jogo no cenário internacional, o que requer, acima de tudo, flexibilidade e vontade política, a partir da efetiva interdependência que caracteriza o mundo de hoje.

Não me refiro, aqui, a políticas oportunistas. Refiro-me, sim, a posturas negociadoras equilibradas e eficazes, porque voltadas para a busca de fórmulas mutuamente aceitáveis.

O atual ordenamento do poder, eivado de verticalismos e laivos hegemônicos, não se coaduna com os desafios que a humanidade enfrenta. Há que se buscar, pelo esforço comum, uma nova ordem, conducente a um futuro de estabilidade, segurança e prosperidade.

Isto é tarefa da própria comunidade internacional e não pode, portanto, depender do arbítrio de poucos. É mister criarem-se condições para que todas as nações participem, de forma equitativa, dos mecanismos decisórios, em matéria política e em matéria econômica. Não há outro caminho para a construção da harmonia entre os Estados.

Senhor Ministro,

No panorama político, proliferam tensões e conflitos.

No plano Leste-Oeste, presenciamos, cada vez mais apreensivos, a exacerbação da retórica e o recrudescimento da corrida armamentista.

Em âmbito regional, espocam, sobretudo em áreas do Terceiro Mundo, crises, muitas contaminadas por participação exógena.

Assistimos, consternados, a constantes atentados às soberanias e flagrantes violações ao princípio de não-intervenção.

Sintoma alarmante da deterioração dos padrões de convívio internacional é o enfraquecimento dos meios pacíficos das controvérsias. O uso ou a ameaça do uso da força, em qualquer de suas dimensões, pelas armas ou pela pressão econômica, que se vai tornando rotineira, só faz acirrar os conflitos e tornar mais difícil sua resolução, a qual deve sempre atender, com equidade, aos legítimos interesses das Partes.

Trinta e quatro anos de guerras periódicas no Oriente Médio nada construíram em termos de paz ou segurança para os povos que ali vivem. Pelo contrário, a situação torna-se cada dia mais complexa e só terá solução quando forem desocupados os territórios árabes hoje sob ocupação militar, e reconhecido o direito do povo palestino a constituir-se em Estado soberano, bem como o direito de todos os países da região, inclusive Israel, a viverem em paz dentro de fronteiras reconhecidas.

A invasão do Líbano e o brutal massacre de refugiados palestinos abalaram a opinião pública mundial. Sabemos que a Itália partilha de nossa preocupação perante tal conjuntura, e aplaudimos sua participação nos esforços de paz.

Também na África Austral, assistimos a condenáveis agressões armadas contra Estados soberanos, notadamente Angola e Moçambique, enquanto observamos perdurarem ignominiosas práticas de discriminação racial e perpetuar-se a ocupação da Namíbia. Mantemos, porém, nossa firme esperança de uma transição pacífica na Namíbia, em futuro próximo, que verá todos os povos da região realizarem plenamente sua vocação à autonomia e à prosperidade, em condições de dignidade e justiça.

Do outro lado do Atlântico, guardamos viva

memória do conflito armado pelas Malvinas.

No **Post-bellum**, verificamos terem permanecido praticamente inalterados os elementos originais de confrontação, não obstante a trágica perda de vidas humanas. Não podemos sequer qualificar a situação de impasse político, haja vista a recusa de uma das partes a negociar. Acreditamos, porém, que os esforços em favor de uma solução política, empreendidos no âmbito das Nações Unidas, conduzirão finalmente à mesa de negociações. Nesse sentido, depositaremos nossa plena confiança nas forças da moderação a que a Itália certamente não está alheia. O Brasil sempre tem reconhecido que as soluções militares não são soluções. As disputas sobrevivem e continuam a alimentar tensões.

Senhor Ministro,

As controvérsias que abalam a paz e a segurança internacional, somam-se ameaças à estabilidade da economia mundial. É profunda a crise do sistema econômico global e se sua solução não pode ser encontrada às expensas dos países desenvolvidos, muito menos o poderá ser às custas dos países em desenvolvimento, necessariamente mais vulneráveis, sob pena de apressarmos a desestabilização de todos.

No momento atual, os países em desenvolvimento, além de enfrentarem suas dificuldades estruturais e conjunturais, são confrontados pelas consequências da recessão: o emperramento dos fluxos internacionais de comércio e finanças. Importantes setores do mundo desenvolvido, a braços com seus próprios problemas, parecem ignorar o fato de que a revigoração das economias industrializadas não pode ser feita a portas fechadas.

Torna-se necessário um esforço conjunto e convergente, em torno de interesses que

nos são comuns e, mais importante, igualmente vitais.

Temos apoiado, no contexto do Diálogo Norte-Sul, o lançamento das negociações globais e estamos convencidos de ser esse um dos melhores caminhos para prevenir crises como a atual.

Acompanhamos com renovado interesse a crescente atenção que o Diálogo Norte-Sul vem merecendo na Itália, internamente, a nível de debate de formulação política e, internacionalmente, no aumento da ajuda oficial ao desenvolvimento e da atuação italiana nos foros internacionais competentes.

A maior participação da Itália no Diálogo Norte-Sul é, sem dúvida, fato auspicioso, podendo enriquecê-lo sobremodo, seja através do legítimo espírito de conciliação e de negociação que norteia sua diplomacia, seja através das relações privilegiadas que mantém com as duas partes envolvidas.

Em nome do futuro da humanidade, urge que se promova uma reestruturação da ordem mundial, de modo a tornar a harmonização de interesses uma característica fundamental do sistema internacional.

Senhor Ministro,

A vocação para o diálogo e a composição tem no Brasil longa tradição. Sem ela, o vasto território, com suas numerosas particularidades regionais, e a complexa formação étnica de nossa população teriam dificilmente, resultado no conjunto harmonioso que individualiza o Brasil. Hoje, graças ao esforço comum e persistente, o pacto nacional repousa em bases sólidas. A tarefa de sua construção foi árdua. Optamos por ideais e valores a que temos permanecido fiéis e segundo os quais temos moldado nossas instituições. Acreditamos na liberdade como elemento essencial do pro-

gresso e aperfeiçoamento político, pois só seu exercício enseja o debate construtivo e a livre circulação de idéias.

Seja no plano interno, seja no externo, o Brasil pauta sua conduta pelos valores ocidentais do pleno respeito às individualidades, à igualdade e ao pluralismo democrático e é, assim, claramente um país em desenvolvimento do Terceiro Mundo e um país ocidental, condições que julgamos perfeitamente compatíveis.

Senhor Ministro,

A Itália é para nós valioso parceiro e amigo.

Abrangem nossas relações desde as formas mais simples de comércio, à cooperação cultural, industrial, técnico-científica e financeira, que se desenvolvem segundo quadro institucional sujeito a periódica ampliação e aperfeiçoamento.

O Acordo sobre colaboração industrial e econômica que acabamos de assinar atualiza os conceitos e mecanismos criados pelo Acordo de 1956, e abre novos caminhos à cooperação bilateral.

A complementaridade das economias brasileira e italiana oferece possibilidades de intercâmbio ainda não inteiramente exploradas. Nesse sentido, acreditamos que a diversificação da pauta do comércio bilateral, proporcionada sobretudo pelo maior conhecimento recíproco, poderá por si só elevar o volume desse intercâmbio a níveis compatíveis com o verdadeiro potencial das duas economias.

Da mesma forma, encontra terreno fértil em nosso país o investimento produtivo e a cooperação industrial, norteadas pelo espírito da mutualidade de benefícios.

No campo da aeronáutica, a cooperação desenvolvida entre o Brasil e a Itália ao longo do último decênio atinge agora novo e

expressivo patamar com o trabalho conjunto destinado à projeção e fabricação de aeronave militar. Acreditamos que esse projeto poderá ter grande alcance se complementado pela aquisição, pela Itália, de material aeronáutico brasileiro, sempre que possível. Nesse contexto, poderá, também, beneficiar-se da assinatura de acordo bilateral sobre a concessão de créditos para exportação de produtos e serviços italianos no Brasil, a bem de uma repartição mais equilibrada dos ônus decorrentes do projeto.

No que tange à exportação, para terceiros mercados, de aeronaves, seja aquela que fabricamos no Brasil, sob licença italiana, seja a que nos aprestamos a produzir em conjunto, contamos com a receptividade do Governo deste País às propostas brasileiras para encontrar uma forma abrangente e mutuamente satisfatória. Finalmente, acredito que interessa a ambas as Partes ampliar a cooperação bilateral, ao abrigo de Acordo Básico de Cooperação Técnica, no campo aeronáutico, através do intercâmbio de professores e estagiários, de

contratos de pesquisa e troca de especialistas no setor industrial, entre outras modalidades de contatos entre instituições acadêmicas.

Também em setores tradicionais, assinala-se a presença de capitais italianos que ocupam lugar de relevo entre os maiores investidores europeus em nosso País, bem como da tecnologia peninsular, que vem conquistando preferência entre nós, por seu maior grau de adaptação à realidade brasileira.

É, pois, desejo de todos nós favorecer, pelos meios a nosso alcance, a ampliação das áreas de contato entre o Brasil e a Itália, cujas relações, felizmente, se assentam sobre extraordinário patrimônio de amizade e de confiança mútua.

Convido a todos a brindarem comigo ao futuro das relações italo-brasileiras, à crescente prosperidade da República italiana, à saúde do seu Presidente e à felicidade pessoal do Ministro Emilio Colombo.

chanceler brasileiro visita o instituto íalo-latino-americano

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Roma, em 19 de outubro de 1982, por ocasião de sua visita ao Instituto Íalo-Latino-Americano.

Senhor Presidente,

O Instituto Íalo-Latino-Americano se distingue especialmente por sua contribuição para desenvolver o diálogo e a cooperação entre a Itália e os países da América Latina. Fundado há pouco mais de quinze anos, graças a oportuna iniciativa do Senador Amintore Fanfani, esta importante instituição tem-se empenhado em realizações,

sobretudo nas áreas cultural, técnico-científica e econômica.

Dentre as atividades do IILA, sobressai a organização de simpósios e reuniões de peritos. De relevante alcance tem sido, igualmente, seu incansável trabalho no sentido de assegurar, através de amplo programa de bolsas-de-estudo, a permanente circulação e divulgação do conheci-

mento, em diversos setores e níveis de ação.

Coube-lhe, ainda, a implementação de projetos de significativo valor para todo o mundo latino-americano. Cito, por seu particular interesse, aqueles voltados para a preservação do patrimônio cultural, bem como os projetos de investigação da flora continental, com vistas a seu melhor aproveitamento na farmacologia e na indústria em geral.

Concorre substancialmente para o êxito de todos esses empreendimentos a vocação para o diálogo e para a cooperação dos países-membros deste Instituto. A América Latina e a Itália trazem para esta instituição suas percepções e realidades particulares, que enriquecem o relacionamento intercontinental.

Senhor Presidente,

Recai sobre Vossa Excelência a alta responsabilidade de dirigir o Instituto Ítalo-Latino-Americano em momento especialmente complexo da vida internacional.

A atual conjuntura, marcada por graves sintomas de desestabilização e fragmentação, apresenta desafio constante às forças da inovação e da harmonia. Requer que se busquem, com renovado alento, fórmulas para reverter as tendências negativas que refreiam a marcha para o progresso.

Vemos emergir, nos dias que correm, um mundo novo, com agentes múltiplos, nos eixos políticos e econômicos das relações internacionais. É uma realidade cambiante, multifacetada. A par da inquestionável interdependência entre os membros da comunidade internacional, que deve precluir soluções tópicas às expensas do interesse geral, existe uma estreita interligação dos setores da vida econômica, que rejeita abordagens setoriais da crise mundial. Comércio, finanças, energia, investimentos

e tecnologia são aspectos de uma mesma problemática geral, que atinge todo o planeta.

A crise mundial só poderá ser superada através da revigoração do sistema econômico como um todo. Para tanto, urge retomar o Diálogo Norte-Sul para definir as fórmulas de encaminhamento do problema, igualmente vitais para ambos os hemisférios. Ao mesmo tempo, é mister tomarem-se medidas concretas e imediatas, tendentes ao equacionamento das questões econômicas mais prementes que ameaçam a comunidade internacional a curto prazo.

Acreditamos que a Itália, por sua tradição diplomática inventiva e por sua dedicação à paz, pode trazer colaboração particularmente efetiva para esse diálogo.

O IILA tem exercido papel notável na cooperação para o desenvolvimento. Nesse sentido, congratulo-me com Vossa Excelência pelo expressivo êxito alcançado na promoção da cooperação técnica, intelectual e financeira entre a Itália e a América Latina.

Senhor Presidente,

Na qualidade de país latino-americano, plenamente integrado em sua identidade regional, o Brasil procura contribuir, dentro do perfil de atuação que lhe é próprio, para que se reforce a vocação de cooperação na área. É nosso propósito concorrer para que a América Latina atinja seu pleno potencial de entrosamento, desenvolvimento e prosperidade.

Neste feliz encontro de representantes de nações a que estamos tão intimamente ligados, acredito interpretar o sentimento de todos os presentes ao formular sinceros votos pelo continuado êxito do trabalho do Instituto Ítalo-Latino-Americano, a bem do progresso e da amizade recíproca entre os povos da cultura latina da América e da Itália.

saraiva guerreiro homenageia o presidente do senado italiano

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Roma, em 20 de outubro de 1982, por ocasião de almoço oferecido ao Presidente do Senado italiano, Professor Amintore Fanfani.

Senhor Presidente,

Minha mulher e eu próprio sentimo-nos gratamente honrados pela generosa hospitalidade que Vossa Excelência e a Senhora Fanfani quiseram reservar-nos, durante minha visita oficial à Itália.

Ao esboçar-se a programação que deveria cumprir em seu país, de pronto interessou-me a possibilidade de reencontrar Vossa Excelência, após nosso breve diálogo em Brasília, onde estive, na condição de Chefe da missão italiana às solenidades de posse do Presidente João Figueiredo, há pouco mais de três anos.

O notável homem de estudo e autor prolífico, muitas vezes traduzido em minha língua, é também mestre que, com talento e autoridade, tem ilustrado cátedras dentro e fora de seu país, inclusive no Brasil.

O chamado patriótico da política tem-no, por longo tempo, conduzido a ocupar expressiva liderança e os mais altos cargos públicos na vida italiana e no cenário internacional. Recordam-se, até hoje, os profissionais da diplomacia e inextinguível competência com que o Senador Fanfani exerceu a Presidência da XX Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Era, pois, natural o meu desejo de trocar impressões com Vossa Excelência. E, de fato, na audiência que me concedeu, registrei, com prazer, a clara formulação de um pensamento político a um tempo original e

realista, produto da reflexão intelectual e do tirocínio adquirido no exercício da função pública.

O conturbado quadro das relações internacionais na atualidade constitui formidável desafio às diplomacias voltadas para a busca da harmonia e do progresso. Vivemos um momento difícil, em que às tensões políticas, em âmbito regional, e mundial, sobrepõe-se uma crise econômica generalizada, de consequências nefastas para a humanidade.

A solução dessa crise, vital para todos, requer um efetivo e renovado esforço no sentido da conciliação de interesses, sobretudo no plano Norte-Sul. Refiro-me não somente à retomada das Negociações Globais, como também à adoção de medidas concretas para desemperrar os fluxos comerciais e financeiros, em escala global, de modo a revigorar a economia do planeta.

A Itália, Senhor Presidente, tem sido valioso parceiro diplomático do Brasil nesse e em outros campos. Em mais de uma ocasião, tem demonstrado sensibilidade perante as postulações do Terceiro Mundo, graças, em grande parte, ao invejável relacionamento que mantém com o mundo industrializado e com o mundo em desenvolvimento. Dessa forma, é minha esperança ver prosseguirem os esforços de seu país em prol da cooperação entre os dois hemisférios.

Evidência clara do empenho de Vossa Excelência em contribuir para a coopera-

ção entre países com diferentes graus de desenvolvimento foi a feliz iniciativa de criação do Instituto Italo-Latino-Americano, em 1966. Ao congregar representantes do mundo latino de dois continentes, o Instituto — que tive o prazer de visitar — possui vasto acervo de realizações conjuntas que constituem motivo de justo orgulho.

Senhor Presidente,

Ao longo de sua vida pública, são frequentes os gestos que marcam a especial simpatia de Vossa Excelência pelo Brasil. As honrosas circunstâncias protocolares que presidiram sua última viagem a meu país possivelmente não terão sido de molde a proporcionar-lhe uma retomada mais ampla dos numerosos contactos que mantém em nosso meio.

Por tudo isso, será oportuno encontrarmos o bom momento para nova visita de Vossa Excelência e da Senhora Fanfani ao Brasil. Desta, apreciamos todas as atividades intelectuais, como autora festejada e inspiradora de iniciativas bem-sucedidas no campo da cultura. Conhecemos-lhe também a incansável atividade humanitária que, em tempos próximos, a levou ao Sahel, à Argélia, à Polônia, à República Dominicana e às Filipinas. Será motivo de grande prazer para Glória e para mim podermos retribuir, em Brasília, a calorosa acolhida que o casal Fanfani ora nos dá.

Convido todos a acompanharem-me em brinde muito cordial à saúde e à felicidade do Presidente do Senado e da Senhora Mariapia Fanfani, e ao futuro das exemplares relações entre o Brasil e a Itália.

saraiva guerreiro em viena: aprofundar o diálogo austro- brasileiro

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Viena, em 21 de outubro de 1982, por ocasião de almoço oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Willibald Pahr.

Senhor Ministro,

As amáveis palavras de Vossa Excelência refletem, a um só tempo, a tradicional hospitalidade austríaca e o bom entendimento que rege as relações entre nossos dois países.

Agradeço-lhe e à Senhora Pahr a cordial acolhida que nos foi reservada, a mim, a minha mulher e à comitiva que me acompanha.

Ao recordar o proveitoso intercâmbio de idéias que mantivemos quando nos honrou com sua visita, desejo expressar minha satisfação pessoal de retomar contato com Vossa Excelência.

Não obstante a perenidade dos laços que unem nossas duas nações, cabe-me o privilégio de ser o primeiro Ministro das Relações Exteriores do Brasil a visitar oficialmente a Áustria. Certo estou de que a partir deste encontro, ensejado pelo amável convite de Vossa Excelência, o relacionamento austro-brasileiro há de enriquecer-se, com o aprimoramento do nível de consulta que o informa e a ampliação da cooperação entre nossos países.

O desejo de estreitar a cooperação bilateral está balizado em mais de século e meio de

convívio amistoso e harmônico. Unida ao Brasil, no passado histórico, na pessoa da Imperatriz Leopoldina, a Áustria concorreu com sua prestimosa ajuda para o reconhecimento da independência brasileira na Europa. Datam de então nossas relações diplomáticas.

Depois da II Grande Guerra, em reedição análoga daquele gesto, o Governo brasileiro, em atendimento a pedido da Áustria, prestou sua contribuição aos esforços por ela desenvolvidos para reconquistar a plenitude de sua soberania, em processo que culminou com a celebração do Tratado de Estado.

Nos últimos anos, importantes visitas de autoridades de um país ao outro vêm evidenciando o entendimento entre nossos Governos. Além da visita de Vossa Excelência a Brasília, em 1980, evoco a viagem do então Ministro dos Transportes do Brasil à Áustria em 1981, quando se firmou convênio para cooperação na área ferroviária.

Há poucos dias, o Doutor Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente da República, esteve na Áustria em visita de caráter particular. Posso assegurar-lhe que a impressão que levou deste país e dos encontros que manteve com o Presidente Rudolph Kirchschlaeger e com Vossa Excelência foi altamente positiva.

Senhor Ministro,

O Brasil partilha com a Áustria o mesmo ideário, legado pela tradição ocidental, que busca, acima de tudo, a composição de interesses com vistas ao bem comum. Temos apego comum aos princípios da liberdade, da igualdade e do respeito às individualidades. São essas as normas básicas de nosso cotidiano, seja no plano interno, seja no externo.

Admiramos o equilíbrio que prevalece na vida pública da Áustria e a harmonia com que operam seus sistemas político e econômico. O Brasil, por seu turno, procura continuamente encontrar soluções à altura dos desafios que se nos defrontam no caminho do pleno desenvolvimento econômico e social.

Também no plano externo, nossos dois países estão voltados para a busca de um ideal maior que se realiza na paz e na justiça.

A atitude comedida e serena que caracteriza a diplomacia austríaca — conduzida, com equilíbrio e descortino, por Vossa Excelência há mais de seis anos — angariou-lhe posição de prestígio na comunidade internacional.

Dentre as iniciativas de relevo tomadas pelo Governo do Chanceler Bruno Kreisky, sobressai a que levou à realização da Reunião Internacional sobre Cooperação e Desenvolvimento, em 1981. Cancún manifestou, em termos concretos, a consciência de que o desequilíbrio econômico em escala global constitui grave problema que a todos atinge, países industrializados e países em desenvolvimento. Reforçou-se, assim, a compreensão, em todos os quadrantes do globo, de que a problemática Norte-Sul não se reduz a um exercício reivindicatório por parte dos países em desenvolvimento. Pelo contrário, do encaminhamento das

Negociações Globais — formulação que abrange toda a gama de aspectos interrelacionados da questão — depende verdadeiramente o bem-estar da comunidade internacional. Foram para mim, particularmente, momentos de muito boa lembrança os encontros que tive com Vossa Excelência em Cancún, quer na reunião preparatória de Ministros, quer na reunião de Chefes de Governo.

O Brasil, Senhor Ministro, tem firme convicção de que a clara mutualidade de interesses está a clamar pela organização mais justa e equitativa do sistema mundial de produção e comercialização de bens e de distribuição de riquezas.

No entanto, são pouco alentadoras as perspectivas de progresso nas Negociações Globais. Mas isto não deve produzir desânimo ou esmorecimento. O momento requer, mais do que nunca, articulação entre todas as partes com vistas ao encontro de uma fórmula adequada aos fins pretendidos.

Diante da complexa conjuntura mundial, é mister promover um reforço do alinhamento em torno dos legítimos valores ocidentais. Refiro-me aos valores permanentes do Ocidente em sua concepção original, que se traduzem no respeito às individualidades nacionais, ao direito de todos os povos de realizarem seus legítimos anseios — dentre os quais o do desenvolvimento — e na abertura de espaço para a conciliação de interesses e para a transformação.

Registro com satisfação, Senhor Ministro, que a Áustria não se tem furtado a esse esforço na longa trajetória de sua diplomacia. Seu país tem revelado incansável dedicação às Nações Unidas e acha-se hoje indissoluvelmente ligado ao trabalho da Organização. Viena, em pouco tempo, transformou-se numa das capitais das Nações Unidas. A “UN-City”, magnífica em seu arrojado arquitetônico, está voltada para o futuro e simboliza a paz e a fraternidade entre os povos do mundo.

Senhor Ministro,

Além de ampliar os horizontes de nossas respectivas visões do panorama mundial e de situações regionais, este nosso novo encontro permitiu-nos aprofundar o diálogo bilateral com vistas a desenvolver, ainda mais, o já frutuoso intercâmbio que mantemos em diversos campos.

Esteja Vossa Excelência certo do empenho do Governo brasileiro em estreitar, cada vez mais, os múltiplos laços que unem seu país ao meu.

Faço votos de que minha visita seja seguida por troca de missões governamentais e empresariais que possam delinear quadro mais amplo para o intercâmbio comercial e a cooperação bilateral nos setores econômico, industrial, cultural e técnico-científico.

Convido a todos a acompanharem-me no brinde que faço à prosperidade crescente da Áustria e de seu povo, à saúde do Presidente Kirchsclaeger e à felicidade pessoal do Ministro e da Senhora Pahr.

saraiva guerreiro: economias brasileira e austríaca são complementares

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Viena, em 22 de outubro de 1982, por ocasião de jantar que ofereceu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Willibald Pahr.

Senhor Ministro,

Foi com o mais vivo prazer que aceitei o honroso convite de Vossa Excelência para visitar oficialmente a Áustria e dar continuidade ao diálogo, aberto, que iniciamos por ocasião de sua visita ao Brasil.

Vejo, em nossos dois encontros, com dois anos de intervalo, claro indício que as relações austro-brasileiras se encontram em fase nova e altamente promissora.

No plano político, assim como no econômico, financeiro, comercial, científico e tecnológico, o relacionamento bilateral se aprofunda e se expande, continuamente, em benefício de ambos os povos.

Nas conversações que mantive com Vossa Excelência, pudemos confirmar que persiste a convergência nas avaliações que fa-

zemos de diversos aspectos da conjuntura internacional.

Com satisfação, registro que meus encontros com Vossa Excelência transcorreram em clima de cordialidade e confiança mútua. Esse mesmo entendimento permite-nos enriquecer nossa cooperação bilateral. Os elementos de complementaridade das economias brasileira e austríaca proporcionam vasto campo para a realização de projetos conjuntos, em que o espírito empreendedor dos setores privados de ambos os países poderão demonstrar seu dinamismo.

O Brasil, Senhor Ministro, como a Áustria, acredita na cooperação como a via, por excelência, para o progresso. Não pode existir prosperidade na autarcia. A interdependência é uma característica intrínseca da atual realidade mundial. Daí nosso empe-

nho em promover o diálogo e o debate, de escopo universal, com vista à solução dos problemas que se interpõem à cooperação entre as nações.

Estamos convictos de que só a participação eqüitativa de todos os membros da comunidade internacional nos processos decisórios, de ordem política e econômica, poderá ensejar o encaminhamento da crise que o mundo está atravessando.

No eixo Norte-Sul, a solução do impasse é vital para todos. No plano Leste-Oeste, a própria sobrevivência da humanidade está sob a ameaça dos arsenais nucleares.

Em âmbito regional, proliferam disputas que põem em risco a paz e a segurança mundiais, pelo perigo da escalada.

Por toda a parte assistimos a demonstrações do uso ou da ameaça do uso da força.

A conjuntura que se nos depara é um constante desafio para as diplomacias do mundo inteiro.

Vemos, com apreço, que a ação diplomática austríaca, sob a lúcida condução de Vossa Excelência, não tem poupado esforços na busca da paz.

O Brasil, dentro de seu perfil próprio de atuação, tem igualmente procurado contribuir para a criação de um clima de confiança, conducente à negociação, à conciliação e ao entendimento.

Ao agradecer, mais uma vez, a generosa hospitalidade de todos quantos tive o privilégio de encontrar nesta memorável visita, ergo minha taça ao futuro das relações entre o Brasil e a Áustria, à saúde do Presidente Kirchsclaeger e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Pahr.

chanceler brasileiro homenageia o secretário de estado da santa sé

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Embaixada do Brasil junto à Santa Sé, em 26 de outubro de 1982, por ocasião de almoço oferecido ao Secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Agostino Casaroli.

Senhor Cardeal Secretário de Estado,

Muito me honra dar-lhe as boas-vindas na Embaixada do Brasil junto à Santa Sé e retomar o diálogo que iniciamos em Brasília, por ocasião da memorável visita do Santo Padre a meu país, em 1980.

A notável experiência internacional, adquirida por Vossa Eminência em longos anos de serviço ao sólio pontifício e aos interesses do povo de Deus nos quatro cantos da Terra, de tal modo age sobre sua aguda sensibilidade que constitui verdadeiro privilégio poder intercambiar com Vossa Eminência algumas impressões sobre os duros momentos que vive a humanidade e sobre as formas de construir-lhe um futuro melhor.

No que tange ao Brasil, orgulha-nos que esse futuro esteja indissoluvelmente ligado ao cristianismo, pedra sobre a qual se erigiu o passado de meu país e viga mestra de seu presente. A nenhum observador escapa o papel desempenhado pela Igreja na catequese, na formação da juventude e no desempenho de incontáveis e meritórias obras de caráter assistencial.

No plano diplomático, as relações com a Santa Sé encontram-se entre as mais antigas mantidas por meu país. Datam de 1826, mantendo-se sem solução de continuidade

o vínculo entre o Santo Padre, a Igreja e o Governo do país.

Senhor Cardeal Secretário de Estado,

Em sucessão inexorável, multiplicam-se os focos de tensão ao redor do globo, sem que qualquer deles encontre solução permanente. Recrudesce a confrontação Leste-Oeste, estimulando a retomada da corrida armamentista. Sentimos hoje, após longos anos de esforços, a frustração de esperanças não cumpridas.

Acreditamos que o convívio harmonioso entre as nações não será construído pela intimidação coletiva, nem pela imposição de uma ordem unilateralmente estabelecida. A paz e a segurança internacionais só poderão resultar do esforço comum, em que cada Estado assumira sua parcela de responsabilidade.

De potencial não menos explosivo é o aprofundamento do flagrante desequilíbrio entre as nações ricas e pobres. A grave crise econômica internacional que hoje vivemos padece dos males dessa desigualdade. Populações inteiras encontram-se relegadas à margem do progresso e das conquistas de nosso século. Sua plena integração à sociedade universal, longe de contra ela agir, criaria vigorosos estímulos à manutenção do desenvolvimento, em escala sem precedentes.

O diálogo e a cooperação internacionais são os únicos instrumentos capazes de criar as condições indispensáveis para o justo encaminhamento da presente crise. Com esse objetivo, temos apoiado o lançamento das Negociações Globais, dentro do diálogo Norte-Sul, na certeza de que problemas comuns só poderão ser solucionados pelo diagnóstico e a terapia também comuns.

São estas, da mesma forma, preocupações permanentes da Santa Sé, cujo ideário de paz e de justiça constitui modelo para a humanidade. Sua Santidade, nas frequentes peregrinações que o levaram, em curto tempo, a todos os quadrantes do globo, tem dado testemunho dessas verdades.

É minha firme convicção que, por entre as turbulências inauditas do momento que vivemos, mais e mais, a voz forte e plena de autoridade com que se manifesta João Paulo II orientará os povos de boa-vontade a portos de paz e de esperança.

A audiência com que me honrou o Sumo Pontífice levou meu pensamento a deter-se, mais uma vez, no excepcional dom carismático do Chefe da cristandade e, mais que isto, intérprete, o mais autêntico, porque situado em tão elevada perspectiva espiritual dos anseios de toda a humanidade.

Peço a todos que me acompanhem no brinde que faço à saúde e à felicidade pessoal de Sua Eminência o Cardeal Secretário de Estado, à glória do pontificado de João Paulo II e à exaltação da Santa Igreja.

a visita, ao brasil, do ministro das relações exteriores da Bélgica

Discursos dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e da Bélgica, Leo Tindemans (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 16 de novembro de 1982, por ocasião de jantar oferecido pelo Chanceler brasileiro ao Chanceler belga.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

A visita com que Vossa Excelência ora nos honra vem dar seguimento aos contactos de alto nível, cada vez mais intensos, que nossos dois países estão desenvolvendo.

Guardo a mais grata recordação da viagem que fiz à Bélgica, há dois anos, e da calorosa acolhida que foi reservada a mim e a minha mulher. Além de permitir uma troca de idéias construtivas, na Chancelaria belga, a visita resultou na assinatura do Acordo Aéreo Brasil-Bélgica, instrumento que regula importante aspecto do relacionamento bilateral e que deverá entrar em vigor em futuro próximo.

É, pois, com muito prazer que, em nome do Governo brasileiro, dou as boas-vindas a Vossa Excelência, à Senhora Tindemans e à ilustre comitiva que os acompanha.

As relações entre o Brasil e a Bélgica têm bases que remontam aos primeiros anos de vida independente de nossos países. Já em 1832, a Bélgica acreditava seu primeiro Encarregado de Negócios junto à Corte Imperial, Benjamin Mary, que, impressionado com o ambiente e a sociedade do Rio de Janeiro, deixou numerosos desenhos a sépia e a nanquim, posteriormente reunidos em álbuns publicados em Bruxelas.

Nossas relações estão marcadas pela tradição e pela constância no curso da história. A Bélgica prestou contribuições valiosas ao esforço de desenvolvimento e integração do Brasil desde o século passado. Recordo a significativa participação belga nos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, iniciados em 1855. Nesse empreendimento, destacou-se o Capitão Vlemincx, que, em reconhecimento aos serviços prestados, recebeu do Imperador a Ordem da Rosa.

Em 1914, o Brasil foi o primeiro país neutro a erguer sua voz em protesto contra a violação do território e da neutralidade da Bélgica. Em preito a essa atitude solidária e em retribuição à visita do Presidente Epitácio Pessoa, em 1919, o Rei Alberto e a Rainha Elisabeth visitaram o Brasil no ano seguinte. E há quinze anos, em gesto análogo, o Rei Balduino e a Rainha Fabíola distinguiram-nos também com sua visita.

São esses marcos de um relacionamento cordial e maduro, de uma cooperação ampla e fecunda, que agora completa seu sesquicentenário.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Econômica Belgo-Luxemburguesa ultrapassou, no ano passado, a cifra de

meio bilhão de dólares. Também no campo dos investimentos, a União Econômica Belgo-Luxemburguesa ocupa posição de relevo na economia brasileira: o 4º dentre os países da CEE. Esses indicadores demonstram o dinamismo do intercâmbio bilateral na área econômica. No entanto, está longe de esgotar-se o nosso potencial de cooperação tanto no nível governamental, quanto no privado. Existem incontáveis oportunidades que se originam da complementaridade econômica e é perene o interesse em desbravar novos caminhos de cooperação com vistas ao bem comum.

Importante fator nesse contexto é a participação da Bélgica na CEE, que distinguiu Bruxelas com sua sede. Com a entrada em vigor, a 1º de outubro passado, do Acordo-Quadro entre o Brasil e a Comunidade Européia, descortinam-se novas perspectivas de colaboração, muitas das quais contarão, decerto, com expressiva participação belga.

Assim, o Brasil, que já é o principal parceiro comercial da Comunidade na América Latina, vê expandir-se ainda mais o potencial de seu relacionamento com os Dez.

A Bélgica e a Comunidade Européia desempenham papel político de crescente importância no contexto mundial. O Brasil acompanha, com atento interesse, o delineamento da cooperação política no âmbito comunitário, caracterizado por perfil próprio de atuação externa.

Coube a Vossa Excelência, Senhor Ministro, exercer a Presidência do Conselho de Ministros da Comunidade Européia em período particularmente sensível das relações internacionais. Nesse mandato, Vossa Excelência mais uma vez fez jus à reputação de que goza no cenário belga, europeu e mundial.

É propósito expresso de nossos países, da América Latina e da Europa Ocidental, trabalhar pelo estreitamento de nossas rela-

ções. Animam-nos, nesse sentido, o desejo do bem comum e o apego aos objetivos e princípios básicos da paz, do progresso, da justiça e do direito.

A proliferação de tensões que caracteriza nossa época exige de nós atitude permanente de moderação e de busca do diálogo. O Brasil já deu mostras reiteradas do ânimo sereno com que aborda as questões que lhe dizem respeito, assim como as que ocorrem no relacionamento entre nossas regiões.

Somos favoráveis à negociação como forma de resolução de controvérsias e rejeitamos, como indevidas e ineficazes, pressões de natureza política ou econômica como instrumento de atuação internacional.

Senhor Ministro,

Não bastassem as tensões políticas que proliferam, em âmbito regional e global, o mundo ora atravessa uma crise econômica sem precedentes que atinge todos os quadrantes do globo. Elemento fundamental para superá-la é a retomada do Diálogo Norte-Sul, com vistas a revigorar a economia de todo o planeta.

É tempo de afirmar concretamente a consciência da necessidade de um esforço comum, imposto pela realidade da interdependência que vincula as diversas regiões e que ora as faz sofrer juntas, mas não solidárias. Os efeitos negativos da crise econômica. É imperativo que tratemos, realisticamente e também com visão de futuro, de unir nossos esforços em diversos campos de atuação econômica, embasamento necessário a uma efetiva harmonização política nessa área.

A Bélgica, país altamente industrializado, com elevado coeficiente de abertura econômica para o exterior, tem condições de concorrer significativamente para a reativação das relações Norte-Sul, à luz do

papel que desempenha em âmbito regional, na CEE, na OCDE e no contexto ocidental das economias de mercado como um todo.

Senhor Ministro,

Nas conversações que mantivemos, pudemos confirmar o elevado grau de entendimento que prevalece entre nossos Governos. No exame de questões internacionais de interesse comum, registramos, com satisfação, a convergência de nossas posições e avaliações da presente conjuntura, em diversas áreas. Enriquecemos nossas visões graças ao conhecimento mais preciso dos pontos de vista que orientam as atitudes de nossos países em campos de interesse comum.

A presença de Vossa Excelência entre nós vem assinalar, concreta e inequivocamente, o propósito do Governo belga de estreitar a amizade e cooperação que unem nossos dois países. É um propósito que encontra plena receptividade no Brasil.

Certo estou de que os contatos que Vossa Excelência manterá com meus colegas em outros Ministérios muito contribuirão para atingirmos os fins a que almejamos.

Ergo, pois, minha taça ao futuro das relações belgo-brasileiras, à saúde de Sua Magestade o Rei Balduino e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Léo Tindemans

LÉO TINDEMANS

Senhor Ministro,

Agradeço as generosas palavras de Vossa Excelência em relação a meu país e a minha pessoa. Estou particularmente reconhecido pela calorosa acolhida que Vossa Excelência, junto com o Governo brasileiro, teve a bondade de reservar-me, bem como a minha mulher e a meus colaboradores. As atenções de que somos alvo revelam-nos o

admirável e bem conhecido dom dos Brasileiros de receber seus convidados com toda amizade.

Há muito tempo já conta seu país com a predileção de muitos dos meus compatriotas, o que talvez explica o fato de ter ele sido o primeiro da América Latina onde a Bélgica acreditou um representante diplomático, Benjamin Mary, que se tornou célebre por ter aliado à arte das relações públicas o talento de gravador de imagens. Legou-nos assim testemunhos muito atraentes sobre a vida e as paisagens do Brasil, cuja beleza havia inspirado Américo Vespúcio, vários séculos antes, a dizer que as orlas que costeava só podiam ser próximas do paraíso terrestre.

É verdade que sonhei muitas vezes em visitar o Brasil. A ação sendo, nas palavras de Goethe, a irmã do sonho, estou tanto mais feliz de ver meu desejo realizado quanto, não bastasse a grande satisfação que sinto como viajante cativado pelos encantos da vida brasileira, estou convencido de que minha visita contribuirá para transpor uma nova e importante etapa na via do estreitamento dos laços de cooperação entre nossos países, e quanto ela redundará em melhoria no clima das relações entre a Europa e a América Latina, postas a prova pela crise das Malvinas. Esta suscitou grande emoção: a Europa pouco esperava. Confiante que estava na solidez dos laços históricos e culturais forjados ao longo do tempo, e preocupada por outro lado em solucionar seus próprios problemas, ela negligenciou um pouco a América Latina, como pode acontecer nas relações entre os homens, quando o hábito passa a imperar: não se faz mais então os devidos esforços para ver as coisas com suficiente realismo e torna-se menor a preocupação em alinhar a compreensão.

Devemos portanto dedicar-nos, antes de mais nada, a apagar os traços deixados por esta crise, acidental aos nossos olhos porque inesperada; meu país e seus parceiros

na Comunidade Européia estão empenhados nesse sentido. Decidiram aprofundar seu diálogo político com a América Latina. Mas o que significa este diálogo senão o reconhecimento do fato de que a Europa e a América Latina precisam uma da outra e que devem, mais do que nunca, trabalhar juntas.

Já estava certo desse fato ao partir de Bruxelas, mas cada dia que passa nesta viagem vem confirmar minha convicção de que, como um peregrino, era tempo que eu seguisse para a América Latina a fim de ali propagar a mensagem de amizade fraterna dos Belgas e das populações dos outros Estados membros da Comunidade Européia, a qual, em breve, deverá ampliar-se — com o ingresso de Portugal e da Espanha — o que a fará sentir-se ainda mais próxima da comunidade dos povos desta parte do mundo.

Senhor Ministro, Vossa Excelência soube dar à política externa de seu país, não somente um tom novo, mas, também, a nova dimensão exigida pelas rápidas e profundas evoluções que hoje se registram nas relações internacionais. Daí o interesse que tenho em dar seguimento às conversações muito interessantes que iniciamos esta manhã, quando passamos em revista, pela primeira vez, temas da atualidade. Verifiquei com satisfação a existência de ampla identidade de pontos de vista e de preocupações com os problemas de hoje. Estou certo de que seria de interesse mantermo-nos informados sobre a evolução de nossas políticas perante certas questões e talvez possamos pensar em adotar um mecanismo para realizar este projeto no futuro.

As questões de interesse comum não se limitam às soluções justas e pacíficas das desavenças que perturbam a paz e a segurança internacional: as ameaças que pesam sobre a estabilidade da economia e das finanças mundiais e sobre o futuro do

sistema monetário são também objeto de preocupação comum. Nestas áreas, a interdependência entre os países se tornou uma necessidade primordial. Sabedor do quanto Vossa Excelência, com toda razão, dá valor às idéias de Cancún, desejaria dizer-lhe, desde já, que a Bélgica é favorável à abertura de negociações globais por estar convencida de que a restauração de um crescimento do Norte não pode estar dissociada de um desenvolvimento acelerado no Sul. Em razão da dimensão mundial da crise não é mais suficiente coordenar as políticas econômicas nacionais no seio dos grupos regionais: um concerto em nível mundial é indispensável.

No plano das relações bilaterais, alguns progressos, ainda demasiado tímidos a meu ver, foram realizados desde a visita que lhe fez um dos meus antecessores, o Senhor Simonet, há três anos. Existe no entanto, entre nossos países uma grande reserva de estima e confiança mútua que iluminam o futuro de nossas relações de forma cada vez mais promissora. Se é verdade, como escreveu Balzac, que a esperança é uma memória do desejo, posso dizer-lhe que meus compatriotas tem o firme propósito de participar em maior escala no desenvolvimento do impressionante potencial de recursos físicos e humanos deste país; esperam eles encontrar na conclusão próxima de um acordo de cooperação científica, tecnológica e industrial, um novo vetor de promoção dos interesses recíprocos.

Por outro lado, quero dizer a Vossa Excelência quanto o Governo belga mantém a firme esperança de encontrar com seu país as soluções adequadas para propiciar o desenvolvimento das comunicações marítimas e aéreas diretas entre os dois países.

Senhor Ministro, cheguei ao seu país no próprio dia em que se cumpria a etapa decisiva da abertura política implementada com constância e convicção durante quatro anos. Testemunha de uma ampla consulta eleitoral, exemplar sobre vários aspectos,

quero homenagear a obra cumprida pelo Chefe do Estado e seus colaboradores, mediante esforços desenvolvidos com vistas a gradualmente dotar o país de instituições autenticamente democráticas. Como acaba de lembrar o Presidente Figueiredo em sua importante mensagem perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, é no pleno respeito à liberdade, à democracia e aos direitos da pessoa humana que melhor se realizam as aspirações nacionais dos países.

Na exaltação da amizade belgo-brasileira que nosso encontro suscita, desejo, Senhor Ministro, erguer minha taça e convidar os presentes a brindar à prosperidade e à felicidade da nação brasileira, à saúde de Vossa Excelência e da Senhora Guerreiro, à realização dos objetivos de paz, de liberdade e de solidariedade que nos são comuns, e renovo a Vossa Excelência os sentimentos de estima e amizade do meu povo pelo seu.

baena soares representa o brasil na XII assembléia geral da oea

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, em Washington, em 17 de novembro de 1982, por ocasião do debate geral da XII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A realização anual do período ordinário de sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos proporciona a cada um dos estados membros, a valiosa oportunidade de passar em revista a agenda das américas. Em 1982, a possibilidade de um exame, em nível regional, da situação do continente se revela ainda mais importante, quando colocada na dupla perspectiva dos fatos que se verificaram, no primeiro semestre do ano, no Atlântico Sul, e da Crise generalizada, de caráter universal, configurada, nas palavras do presidente João Figueiredo, "por sinais que lembram, de forma dramática, as experiências da década dos trinta".

O Brasil procura dar a esse exame, a que todos nós propomos, um sentido produtivo e uma função catalizadora de idéias. Não tem a preocupação de oferecer receitas ou propor fórmulas, deseja, tão somente, assumir suas responsabilidades no concerto interamericano, e contribuir para um diagnóstico de conjunto que possibilite, no momento adequado, o encontro de soluções consensuais para os problemas comuns.

A experiência de nossa organização indica que as crises podem ter aspectos positivos se vistas, também, do ângulo das alternativas que forjam ou viabilizam. A presente crise não atinge as idéias que se refletem nos princípios básicos da organização.

Mantêm-se elas intactas. Cabe antes indagar a extensão do desgaste a que foram submetidas, sem a adoção apressada de expedientes que possam por em risco a inteireza da Organização. Os princípios e as regras jurídicas do sistema interamericano representam, por si, fatores naturais de preservação. A despeito dos esforços realizados até agora, não parece haver uma visão clara do que seria, pelo menos em termos de aceitação média ou majoritária, um novo sistema interamericano pós-Malvinas. Parece haver compreensíveis dúvidas sobre alternativas juridicamente idôneas, politicamente viáveis e operacionalmente eficazes.

O papel do Brasil na crise do Atlântico Sul respondeu, simultaneamente, a imperativos de nosso comportamento histórico diplomático em relação à questão em si e às responsabilidades que fluem de nossos compromissos com a causa da paz. O Brasil apoiou, desde 1833, os direitos argentinos sobre as Malvinas, votou a favor das principais resoluções que, desde 1965, foram aprovadas pelas Nações Unidas e nas quais se recomenda às partes que negociem. Deflagrada a crise no corrente ano, a preocupação primordial do Brasil foi a de deter "a engrenagem da violência", reverter o processo e voltar a um quadro de negociação, dentro de um espírito de conciliação e de justiça, por ocasião da XX reunião

de consulta, convocada com base no TIAR, o papel do Brasil foi o de procurar um denominador comum. Favorecemos uma solução por via de negociação e desejamos continuar contribuindo, na medida das nossas possibilidades, para criar condições para uma solução pacífica da questão. Constitui novo passo nesse processo historicamente coerente e politicamente responsável o co-patrocínio, com outros 19 países americanos, de recente resolução aprovada pelas Nações Unidas. O Brasil tem a esperança de que as resoluções que, sobre o assunto, foram adotadas no foro mundial e no foro regional sirvam de marco político-jurídico para a busca de uma fórmula negociada e continua seguro de que somente por essa via se lograram uma solução duradoura.

Como país Latino-Americano, o Brasil vê com preocupação que a crise Centro-Americana perdura e se agrava, inclusive no que respeita às projeções, sobre aquela região, dos efeitos da situação econômica mundial e das tensões geradas pela confrontação Leste-Oeste. Essa preocupação traduz-se por um acompanhamento permanente da crise e de sua dinâmica. A nossa fidelidade aos princípios de não-ingrência e de respeito à soberania dos Estados nos faz crer que a solução política dos problemas Centro-Americanos compete aos povos que os vivem, e que tal solução só será possível caso inexistam interferências externas. Os problemas do desenvolvimento econômico e do bem-estar social dos países Centro-Americanos concernem, de maneira solidária, a todos os países da América. O Brasil tem procurado, na medida das suas possibilidades, contribuir para que nossos irmãos Centro-Americanos possam encontrar os caminhos do progresso, em clima de segurança e paz.

A cooperação interamericana constitui um desses caminhos.

A partir da assinatura do Protocolo de Buenos Aires redimensionou-se, no contexto in-

teramericano, o ideário da cooperação. Os resultados obtidos ficaram aquém das esperanças criadas. Gerou-se, em consequência, profundo sentimento de frustração. A revisão desse processo impõe-se por si mesma, dentro de parâmetros atualizados e conseqüentes com as características dos anos 80. A OEA mantém-se primordialmente como foro regional para o diálogo Norte-Sul em matéria de cooperação. A desproporção de meios e a conseqüente assimetria de possibilidades entre o mais rico dos países do sistema e os demais favorecem, senão mesmo impõem, a utilização da organização e de sua estrutura como centro de debate dos temas de cooperação e conduta para suas formas de implementação. Consideramos que o diálogo Norte-Sul deve ser mantido e ampliado no nível da organização, e pela utilização de seus mecanismos específicos.

Não obstante, a preservação e ampliação desse diálogo não exclui outro tipo de cooperação — Sul-Sul — que deve ter caráter supletivo e complementar. A própria experiência brasileira nesse campo indica que são particularmente promissores os sinais de crescimento da cooperação entre os países Latino-Americanos e do Caribe. Esse processo tenderá a acentuar-se na medida em que se consolide pelo seu próprio êxito. Não se deve esperar, porém, que a cooperação entre os Países em desenvolvimento possa preencher completamente os vazios criados pelo retraimento da cooperação Norte-Sul. Tal equívoco só contribuiria para substituir uma frustração por outra, com prejuízo para todos.

Consideramos especialmente importantes os esforços tendentes a ampliar os recursos à disposição do Banco Interamericano de Desenvolvimento e, em especial, no que se refere ao sexto aumento geral dos recursos do Banco.

De igual ou maior importância são também os esforços conducentes à realização de uma assembléia geral extraordinária sobre

cooperação para o desenvolvimento, com a qual estão comprometidos todos os países-membros da organização. Embora, ciente de que a Assembléia não representará, por si só, a solução dos problemas que se apressentam no campo da cooperação hemisférica, o Brasil crê que dela deverão advir novos parâmetros que melhor demarcarão os campos de atuação e sugerirão os mecanismos de ação da OEA num esquema mais atualizado de cooperação franca e igualitária no hemisfério. Preocupado, mais uma vez, em não promover a criação de expectativas que, por excesso de ambição ou falta de realismo político, tragam, no seu bojo, a semente do próprio insucesso, o Brasil continua a favorecer uma preparação cuidadosa da assembléia geral extraordinária. A experiência demonstra — e nesta organização de forma ainda mais clara —, que as iniciativas carentes de verdadeira consistência política e de suficientes alicerces econômico-financeiros têm vida curta e se revelam, quase sempre, anti-climáticas. Mas estamos seguros de que, a exemplo de tantas ocasiões, saberemos encontrar a justa medida entre necessidade e possibilidade, bem como os mecanismos conducentes à realização da AGE, no menor prazo possível.

Não é apenas no continente americano que vivemos hoje uma crise. Ela é mundial, de grandes proporções, embora seus contornos e projeções atinjam, de forma especial, os países em desenvolvimento. Nesta região do Globo, a quase totalidade dos países vive, quotidianamente, dificuldades acrescidas e resultantes do aviltamento dos preços dos produtos primários e a conseqüente redução de suas receitas de exportação; defronta-se com a elevação generalizada das taxas de juros, com problemas de obtenção de indispensáveis créditos externos para o desenvolvimento e de financiamento das respectivas dívidas; e, como se isso não bastasse, enfrenta cres-

centes barreiras protecionistas, erguidas pelos países industrializados, que são, justamente por suas maiores possibilidades econômicas, financeiras e comerciais, aqueles que poderiam e deveriam absorver e diluir os efeitos da presente crise.

O Brasil volta a pronunciar-se em favor de uma tomada de consciência continental em torno desse grave problema e rejeita as soluções parciais e divisionistas às vezes surgidas como ilusórias panacéias. A presente crise requer soluções globais e inovadoras. Seguramente, não serão expedientes protecionistas ou gradualistas os que propiciarão as soluções conceituais e as saídas operativas mais apropriadas à natureza e à dimensão da crise. Neste contexto, permito-me citar as seguintes palavras do presidente João Figueiredo recentemente proferidas nas Nações Unidas sobre a presente crise mundial:

“A definição da economia do futuro passa pela superação dos problemas do presente. A tarefa de reformular o sistema econômico internacional é impostergável, mas, nas atuais circunstâncias, temos de iniciá-la pelo esforço de evitar a própria derrocada do sistema.

Senhor Presidente,

Reitero minha convicção de que a presente crise pode e deve conduzir a resultados positivos. Deve constituir lição da qual surgirão soluções criativas, renovadoras, respostas aos problemas que atualmente nos afligem. Com idealismo e tenacidade nossos países devem contribuir para esse objetivo. A união e solidariedade crescentes superarão as dificuldades conjunturais que possam dar lugar a divisões indesejáveis. Somente pelo diálogo franco, democrático e igualitário poderemos encontrar as respostas capazes de honrar a tradição das américas de liberdade e paz.

brasil e paquistão assinam acordo comercial

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 18 de novembro de 1982, por ocasião da assinatura do Acordo Comercial entre o Brasil e o Paquistão.

Senhor Embaixador,

É uma grande satisfação procedermos a assinatura do Acordo de Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão.

Esse ato evidencia a confiança de nossos Governos nas possibilidades de um relacionamento mais intenso, com a ampliação de nossas potencialidades de intercâmbio e descoberta de formas de cooperação reciprocamente vantajosas.

Nos últimos dois anos, tivemos o prazer de receber importantes missões do setor econômico-comercial paquistanês. Em novembro de 1980, visitou-nos missão da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria do Paquistão. Em agosto do ano passado, estive no Brasil, a delegação da Câmara de Comércio de Lahore. Ainda em 1981, fomos honrados com a visita do Secretário-Geral do Ministério do Comércio do Paquistão, Senhor Izharul Haq, cujos contatos e entendimentos com autoridades e empresários brasileiros terão, sem dúvida, contribuído para que hoje possamos assinar este Acordo Comercial.

Por outro lado, desejo ressaltar o convite formulado pelo Governo do Paquistão para que uma delegação de industriais brasileiros visite, em breve, a Zona de Processamento de Exportação de Karachi, com vistas a uma eventual participação brasileira nos empreendimentos a serem ali implantados.

É também com prazer que tenho observado o crescimento promissor do comércio entre os nossos dois países nos últimos anos. O dinamismo que lhe pretendemos imprimir levará, estou certo, à abertura de novas oportunidades de complementação entre os mercados dos dois países e a um maior equilíbrio dos saldos desse relacionamento.

Com efeito, apesar da distância que separa nossos países, creio que saberemos promover os esforços necessários no sentido de logarmos a intensificação e a diversificação de nossa pauta comercial. A assinatura deste Acordo constitui, certamente, uma medida básica para a consecução desses objetivos.*

* Na página 136, Seção Tratados, Acordos, Convênios, o texto do Acordo Comercial entre o Brasil e o Paquistão.

a reunião ministerial do gatt, em genebra

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Genebra, em 24 de novembro de 1982, por ocasião da Reunião Ministerial do GATT.

Senhor Presidente,

Diferentemente de reuniões congêneres precedentes, a atual reunião — pela primeira vez na história do GATT — não se dedica ao lançamento de uma ambiciosa rodada de negociações voltada para um exercício sistemático e linear de liberalização comercial, num contexto de crescimento efetivo e sustentado da economia mundial.

A tarefa que temos agora pela frente é a de eliminar, e esperançosamente de reverter, a tendência mais marcante que decorre das presentes dificuldades econômicas — a estagnação e até mesmo retrocesso do comércio mundial sob o impacto da retração generalizada das atividades econômicas e do protecionismo desmedido.

O que está aqui em jogo é a própria sobrevivência do complexo conjunto de princípios, regras e procedimentos que, independentemente de suas imperfeições e deficiências, se constitui, ao longo do tempo, em algo digno de ser chamado de um sistema internacional de comércio.

Esta reunião oferece-nos a oportunidade de soerguer aquele sistema. Não podemos fracassar, pois corremos o risco de ver desmoronar todo o edifício da cooperação internacional, tão dolorosamente construído nas últimas décadas — uma vez que todas as demais correntes econômicas internacionais, e portanto todos os demais

arranjos e instituições multilaterais, dependem, em última análise, da predominância de um sistema regular e desimpedido de intercâmbio comercial.

Essa é a razão por que o Brasil acredita que um elemento essencial na busca de êxito para esta reunião deve ser um diagnóstico correto dos muitos males que afligem o sistema internacional de comércio.

A duração, profundidade e alcance da atual crise econômica mundial são explicados, em grande medida, pela incapacidade das economias nacionais, sobretudo dos países desenvolvidos, de adotarem os ajustes estruturais exigidos pelas realidades cambiantes das relações econômicas internacionais, bem como pelas imperfeições dos sistemas comercial e financeiro mundiais, que são cruciais para os esforços dos países em desenvolvimento de preceder a seus próprios ajustes. No passado recente, surgiram situações totalmente novas que ainda não foram devidamente reconhecidas e compreendidas. Elas colocam terríveis desafios a todas as nações em sua própria vida interna. Colocam, entretanto, também um desafio talvez ainda mais difícil à condução das relações entre as nações.

A comunidade internacional, como nunca antes, tem que se colocar à altura da tarefa de aprimorar e apoiar as instituições em que se baseou o progresso sem precedentes das décadas mais recentes e sem as

quais não haveria perspectivas significativas de uma recuperação ordenada e sustentada da economia mundial.

O GATT, evidentemente, é primordial nas preocupações de todos nós.

A natureza universal da crise colocou em evidência algumas das deficiências mais críticas do sistema internacional de comércio. Mas, sobretudo, trouxe à luz do dia fatos até então pouco conhecidos que são mais graves que as deficiências do próprio sistema do GATT. Refiro-me às freqüentes violações dos seus princípios, às interpretações e aplicações distorcidas de algumas de suas regras, ao alcance amplo e natureza permanente das derrogações a suas cláusulas, fazendo a exceção predominar sobre a regra, e à falta de vontade política de manter compromissos, particularmente aqueles em favor dos países em desenvolvimento.

A admissão dessa situação de quase inexistência do direito é talvez um passo penoso mas necessário na tarefa de salvamento dos princípios subjacentes do GATT, o que deve ser a nossa principal preocupação nesta reunião.

Infelizmente, as iniciativas em tal direção têm sido desanimadoramente lentas. Com relação à melhora das condições globais do comércio internacional, parece haver uma falta de decisões firmes para refrear a onda de protecionismo em suas variadas formas. Quanto aos interesses dos países em desenvolvimento, tem sido impossível obter até mesmo um compromisso no sentido de honrar compromissos anteriores. Em vez disso, o que se sugere é que os países em desenvolvimento assumam obrigações adicionais — uma idéia que com freqüência tem sido um instrumento de novas formas sutis de protecionismo e não um fator verdadeiro de liberalização comercial.

Na verdade, a falta de compreensão dos

problemas dos países em desenvolvimento, agravados como têm sido pela atual crise, contrasta fortemente com iniciativas em assuntos que estão longe de nossos problemas mais urgentes e da área de ação de nossas instituições. Algumas das novas propostas estenderiam os princípios e regras do GATT a assuntos fora da competência do Acordo Geral. Sugere-se que isso seria feito no interesse de liberalização de outros setores da economia internacional.

A esse respeito, parece que duas considerações muito importantes não foram levadas em consideração. A primeira é a de que não há razão para supor-se que o que se vê validamente como liberalização no campo do comércio de mercadorias é necessário, ou até mesmo desejável, em outros campos. De fato, o fracasso dos esforços dos países em desenvolvimento em introduzir controle multilateral de práticas restritivas a negócios no campo da transferência de tecnologia, por exemplo, indica que, na melhor das hipóteses, estamos aqui falando de dois tipos diferentes de liberalização. Enquanto uma delas é agora defendida, a outra tem sido há muito tempo rechaçada.

A segunda é o fato de que alguns países estão muito à frente no controle de recursos, capacidade gerencial e conhecimento técnico especializado que moldarão os acontecimentos do futuro. Os países que são menos avançados, o que é compreensível, recusam-se a depender para sempre do conhecimento e da habilidade de outros países e desejam desenvolver os seus próprios.

O Brasil, como um país que se comprometeu seriamente a estabelecer e desenvolver uma capacidade autônoma nas principais áreas de atividade econômica, é da opinião que seria tanto injustificado quanto indesejável mobilizar o GATT no sentido do estabelecimento de estruturas normativas que poderão impedir o acesso dos países em desenvolvimento a mercados inter-

nacionais ou inibir sua capacidade de regulamentar suas próprias atividades internas. Se questões de grande importância para determinados países devem ser examinadas e investigadas — com o que podemos assentir num gesto de conciliação —, isto não deve prejudicar os resultados a serem alcançados e não deve ser prejudicial aos interesses básicos de outros países.

Senhor Presidente,

Acreditamos que nenhuma terapia para os atuais males econômicos mundiais produzirá resultados se não incluir uma fórmula que assegure o desenvolvimento acelerado dos países em desenvolvimento. O Brasil tem acentuado esse fato em todas as ocasiões possíveis, e o fez há pouco tempo uma maneira especialmente convincente, quando o Presidente Figueiredo se dirigiu à Assembléia Geral das Nações Unidas. Numerosos estudos têm demonstrado que a demanda desses países por importações contribuíram expressivamente para manter em funcionamento as engrenagens da economia internacional durante a continuada recessão; e, mais do que isso, a me-

lhor maneira de apressar a recuperação da economia mundial é fazer com que as jovens e dinâmicas economias dos países em desenvolvimento gerem demanda adicional por importações. Isso, por seu turno, pode ser alcançado não exigindo dos países em desenvolvimento o que não estão em condições de dar, mas facilitando-se a expansão de suas exportações. O interesse próprio esclarecido exige que se traduzam tais verdades econômicas em realidade política.

Senhor Presidente,

Cabe-nos concentrarmo-nos na tarefa imediata de reparar o mal feito ao sistema. Devemos começar acedendo a suas regras. Será mais fácil, então, melhorar o sistema através de um novo consenso sobre seu objetivo principal — o de produzir a retomada do crescimento do comércio internacional e a distribuição equitativa ao comércio e desenvolvimento de todos dos benefícios disso decorrentes. Se é essa a intensão, Senhor Presidente, nossos parceiros sempre encontrarão o Brasil pronto para contribuir com seu quinhão.

terceira conferência das nações unidas sobre o direito do mar

Discurso do Chefe da delegação brasileira presente à Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Sérgio Thompson-Flores, em Montego Bay, na Jamaica, em 7 de dezembro de 1982, por ocasião da sessão de encerramento daquela conferência.

Senhor Presidente,

É motivo de satisfação para a delegação do Brasil que a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar tenha decidido aceitar o oferecimento da Jamaica para sediar esta Sessão Encerramento. É justo e significativo que se realize em um país em desenvolvimento da região americana a sessão em que concluímos formalmente os trabalhos da Conferência e abrimos à assinatura a nova Convenção, que passará a reger as atividades humanas em todos os espaços marinhos e oceânicos.

Como país latino-americano, o Brasil atribui especial importância a este ato solene. Concluem-se esta semana anos de difíceis negociações entre praticamente todos os Governos do mundo. Esse esforço negociador se inspirou, em grande parte, em iniciativas nascidas nesta região, iniciativas destinadas a promover aquilo que a Convenção define em seu preâmbulo como "uma ordem econômica internacional justa e equitativa que leve em consideração o interesses e as necessidades da humanidade como um todo e, em particular, os interesses e necessidades especiais dos países em desenvolvimento".

Quinze anos se passaram desde que o Professor Arvid Pardo pronunciou na As-

sembléia-Geral das Nações Unidas o discurso histórico que deu o impulso inicial para o longo processo de debates e consultas intergovernamentais que se encerra agora às margens do Caribe.

Mas desde a década de quarenta, países latino-americanos — e em seguida os de outras partes do mundo — já se davam conta da importância dos mares e oceanos que banham suas costas. Com sentido de independência e com consciência da legitimidade de suas ações, esses países reivindicaram e efetivamente passaram a exercer seus direitos nacionais no mar até a distância de duzentas milhas marítimas de seus litorais.

A ampliação da jurisdição marítima brasileira se justificava como medida de proteção a esses interesses nacionais e como reflexo de uma prática que, embora ainda minoritária em termos mundiais, ia-se tornando generalizada na América Latina e inspirava ações análogas em outras partes do Terceiro Mundo. Do ponto de vista jurídico, inexistia então norma internacional que fixasse um limite máximo para a soberania ou jurisdição nacional no mar.

O Brasil optou, em março de 1970, por uma simples ampliação de seu mar territorial até duzentas milhas. Foi a solução que então nos pareceu a mais lógica e que deve ser

vista à luz do fato que, naquela época, estava-se iniciando o processo multilateral de elaboração de fórmulas inovadoras para definir os direitos do Estado costeiro em áreas mais amplas do mar adjacente.

Esse processo percorreu caminhos paralelos a partir de 1970. Foi-se ampliando aos poucos o número de Estados que individualmente tomavam a decisão de se antecipar ao consenso mundial em torno das duzentas milhas. Na região latino-americana, o direito do Estado costeiro de estender sua jurisdição ou soberania marítima foi objeto dos documentos finais das reuniões de Montevideu e de Lima, de 1970, e da reunião de São Domingos, de 1972. O tema foi amplamente debatido nas reuniões do Comitê Consultivo Jurídico Afro-Asiático realizados em Colombo, em 1971, e em Lagos, em 1972, e no Seminário Regional dos Estados Africanos sobre o Direito do Mar, celebrado em Iauê, também em 1972. No ano seguinte, por meio de declaração adotada em reunião de cúpula da OUA, em Adis Abeba, consolidou-se a adesão dos países africanos ao conceito de zona econômica exclusiva.

Em âmbito mundial, os trabalhos preparatórios para III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar registraram, a partir de 1971, crescente adesão ao conceito das duzentas milhas, sobretudo, mas não exclusivamente, da parte dos países do mundo em desenvolvimento.

No curso desses trabalhos, apresentaram-se diversas propostas que, de uma forma ou de outra e com diferentes terminologias, reconheciam os direitos do Estado do mar adjacente até a distância de duzentas milhas. Uns expressavam sua preferência por um mar territorial ampliado em que se garantiria o livre trânsito para navios de terceiros países. Outros se recusavam ainda a contemplar qualquer ampliação das áreas marítimas nacionais além do limite de doze milhas.

Mas a maioria se inclinava claramente pela elaboração de um regime jurídico novo que se aplicaria além dos limites estreitos do mar territorial tradicional e aquém dos do alto mar e que se denominaria mar patrimonial ou, na versão de países africanos, zona econômica exclusiva.

Foi esta a concepção — a de um mar territorial propriamente dito de doze milhas, associado a uma zona econômica exclusiva até a distância de duzentas milhas — em torno da qual foi-se formando um consenso no processo negociador desta Conferência. Já em 1975, essa fórmula de conciliação entre interesses divergentes foi incorporada ao primeiro da série de documentos básicos de negociação preparados sob a responsabilidade dos membros da Mesa da Conferência. Já então era claro que o reconhecimento internacional dos direitos do Estado costeiro nas águas do mar até o limite de duzentas milhas seria elemento essencial da futura Convenção sobre o Direito do Mar.

Os países latino-americanos, pioneiros da adoção de medidas destinadas a proteger seus interesses nacionais legítimos em espaços mais amplos do mar que banha suas costas, se sentem hoje recompensados pela aceitação universal do regime que na prática vêm implementando há já muitos anos.

Entendem, como o Brasil, que no curso de uma negociação entre os Governos de mais de cento e cinquenta Estados soberanos não seria possível a qualquer Estado alcançar a totalidade de suas reivindicações nacionais. Entendem que nesse processo cada um dos participantes não poderia deixar de fazer pelo menos algumas concessões para permitir a consolidação de um novo regime jurídico internacional, mais justo e equitativo, para todas as áreas dos mares e oceanos.

O instrumento jurídico internacional que

será aberto à assinatura é um conjunto equilibrado e realista de normas que procuram conciliar posições divergentes em matéria de segurança, de navegação, de pesca, de pesquisa científica, de preservação do ambiente marinho, de transferência de tecnologia, de exploração e aproveitamento dos recursos minerais do fundo do mar. São normas que procuram conciliar os interesses nem sempre coincidentes dos Estados em desenvolvimento e das grandes potências marítimas e demais Estados industrializados, dos Estados costeiros e dos Estados sem litoral ou desfavorecidos por um acesso limitado ao mar, dos Estados de plataforma continental ampla ou estreita, dos Estados arquipelágicos, dos Estados ribeirinhos de estreitos internacionais — enfim, de todos os Estados do mundo, cada um dos quais com um conjunto diferente de interesses com relação aos usos do mar, em função de suas próprias características geográficas e econômicas.

A nova Convenção sobre o Direito do Mar não corresponde à posição nacional de qualquer um dos Governos que se fizeram representar na Conferência. Mas, vista como um todo, a Convenção efetivamente reflete, de modo objetivo e equitativo, o resultado de muitos anos de negociações sérias e cuidadosas entre os Estados membros da comunidade internacional sobre as numerosas e complexas questões que compõem o temário do novo direito do mar.

É nesse espírito que o Governo brasileiro avalia as disposições da nova Convenção que se referem ao regime de direitos e deveres do Estado costeiro nas áreas marítimas adjacentes a seu litoral.

Prevê a Convenção um regime em que é limitado a uma faixa de doze milhas de largura o mar territorial propriamente dito, em sua aceção tradicional de zona de mar submetida à plena soberania do Estado costeiro, com a única exceção do direito de passagem inocente; um regime em que se

reconheceria ao Estado costeiro o direito de estabelecer uma zona marítima nacional na área entre doze e duzentas milhas, a zona econômica exclusiva, com características jurídicas **sui generis**, na qual o Estado costeiro exerceria amplos direitos de soberania e jurisdição exclusiva; um regime em que se reconheceriam os direitos de soberania do Estado costeiro na plataforma continental além das duzentas milhas e até o limite exterior da margem continental.

No curso das negociações, as declarações do Brasil e de numerosos outros países costeiros procuraram assegurar que o texto da Convenção contivesse disposições que salvaguardassem expressamente os interesses econômicos e de segurança do Estado nas áreas próximas às suas costas.

Tiveram pleno êxito no caso dos interesses econômicos e conexos, que se encontram tão bem protegidos na nova Convenção quanto estavam nas legislações nacionais dos países que já haviam tomado a iniciativa de proclamar seus direitos na faixa de duzentas milhas. O regime de pesca, por exemplo, que tem por fundamento o reconhecimento dos direitos de soberania do Estado costeiro sobre os recursos vivos dentro das duzentas milhas, é análogo ao que é implementado na prática pelos muitos países que já ampliaram suas jurisdições marítimas até essa distância. Da mesma forma, o regime de consentimento prévio para a realização de pesquisa científica na zona econômica exclusiva e na plataforma continental é essencialmente equivalente ao regime já adotado na maioria desses países. E cabe ressaltar a importância do regime para a plataforma continental consagrada na Convenção, em que não apenas se dá respaldo jurídico multilateral aos direitos de soberania do Estado costeiro sobre os recursos energéticos e minerais do fundo do mar até a distância de duzentas milhas do litoral, mas, também se reconhece expressamente a extensão desses direitos além desse limite e até a borda exterior da margem continental.

Por outro lado, a Convenção sobre o Direito do Mar é bem menos explícita no que se refere aos interesses de segurança do Estado costeiro na área entre doze e duzentas milhas. Não foi possível transpor a intransigência das grandes potências navais, apoiada na regra básica do consenso adotada pela Conferência, e que resultou em lacunas e ambigüidades no texto da Convenção. Estas podem, porém, ser sanadas por recurso à faculdade concedida no artigo 310 da Convenção, que permite a formulação de declarações formais, no momento da assinatura, ratificação ou adesão, para "harmonizar as leis e regulamentos nacionais com as disposições da Convenção".

No caso do Brasil, julgamos necessário tornar claro o nosso entendimento com relação a certos aspectos da Convenção que dizem respeito a legítimos interesses de segurança, perfeitamente compatíveis com o texto e com o espírito da Convenção.

Em primeiro lugar, entendemos que as disposições do artigo 301, que proíbe a ameaça ou o uso da força no mar contra a integridade ou independência de qualquer Estado, se aplicam, em particular, às áreas marítimas sob a soberania ou a jurisdição do Estado costeiro. Ou seja, entendemos que as facilidades de navegação atribuídas a terceiros Estados na zona econômica exclusiva não podem de modo algum ser utilizadas para atividades que impliquem ameaça ou uso de força contra o Estado costeiro. Mais especificamente, entende o Brasil que as disposições da Convenção não autorizam outros Estados a realizar na zona econômica exclusiva, exercícios ou manobras militares, em particular as que impliquem o uso de armas ou explosivos, sem o prévio conhecimento e o consentimento do Estado costeiro. Entendemos, ainda, que, de acordo com a Convenção, o Estado costeiro tem o direito exclusivo de construir e de autorizar a construção, operação e uso de todos os tipos de instalações e estruturas nas áreas marítimas sob

sua soberania ou jurisdição e que esse direito não comporta exceções. Ou seja, nenhum Estado tem o direito de colocar ou operar qualquer espécie de instalação ou estrutura na zona econômica exclusiva ou na plataforma continental sem o consentimento do Estado costeiro.

Julgamos necessário fazer algumas dessas precisões no curso das sessões da Conferência e reiterá-las agora que se abre à assinatura a Convenção. Reconhecemos certas diferenças terminológicas e conceituais entre a legislação brasileira, que permanece em vigor, e os termos precisos da Convenção. Mas entendemos que o regime que na prática vem sendo aplicado há mais de doze anos pelo Governo brasileiro nas áreas marítimas sob sua soberania e jurisdição é compatível com as disposições e os objetivos da nova Convenção sobre o Direito do Mar.

Senhor Presidente,

É particularmente apropriado que a Sessão de Encerramento da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar se realize justamente no país que terá a responsabilidade de sediar o mecanismo instituído para gerir aquilo que a Convenção tem de mais criativo e inovador, o regime para a área internacional dos fundos marinhos e oceânicos.

Se o Direito evolui, em grande parte, à medida em que novos fatores econômicos e tecnológicos influem sobre as relações entre os homens, tornando-as mais complexas, o Direito do Mar deve, em parte, seu novo impulso às descobertas de recursos nos fundos marinhos a grandes profundidades, e à elaboração de tecnologia adequada a seu aproveitamento. O Direito do Mar, já na metade de nosso século, havia extravasado o domínio exclusivo da massa d'água, tradicionalmente vista como meio de comunicações e como manancial de alimentos. Para a construção jurídica, o mar

passou a incluir o meio sólido e o sub-solo sobre o qual repousam as águas. As declarações unilaterais sobre a plataforma continental, no imediato pós-guerra, já não deixavam dúvidas quanto à nova dimensão do meio marinho. A Convenção de 1958 sobre plataforma continental procurou dar forma jurídica à utilização dos recursos desse espaço que se abria no engenho humano. A referida Convenção ao limitar, contudo, o ordenamento jurídico à extensão do leito do mar de utilização até então previsível, condenou-se à obsolescência. A ampliação do espaço que deveria ser submetido à elaboração jurídica, imposta pelos novos recursos abertos ao aproveitamento, em virtude do progresso dos meios tecnológicos, estava a exigir inovação.

Inovação, sinônimo, no caso, de criação de um novo marco de relação entre Estados, em outras palavras, de um novo princípio, é fato raro na lenta marcha do Direito Internacional.

O reconhecimento universal do princípio do patrimônio comum da humanidade é um desses eventos que a poucas gerações é dado assistir. O aparecimento de um princípio de Direito Internacional pressupõe que as nações aceitem por de lado, para um determinado fim, os seus poderes individuais e que resolvam fazer passar seus próprios interesses pela via do interesse comum a todas. Para que nasça um princípio, é preciso que as nações se convençam de que seus objetivos podem ser melhor alcançados de forma permanente num quadro global admitido por todos.

O princípio do patrimônio comum da humanidade preenche tais requisitos. Para que ele vigorasse durante os últimos doze anos, não foi necessária a assinatura de nenhum acordo. Os Estados declararam que os fundos marinhos e oceânicos, seu sub-solo e seus recursos constituem patrimônio comum da humanidade. Hoje, encontramos esse princípio consagrado na Convenção

que assinamos. Ela não o estabelece, pois o princípio pré-existia. A Convenção simplesmente o utiliza como a base segura da qual decorrem todas as disposições que regularão os fundos marinhos.

Bem sabemos que muito se discutiu o alcance e a natureza desse princípio.

Patrimônio comum da humanidade não significa um espaço aberto, no qual operarão sem ordenamento, os mais aptos. Não significa tampouco a simples distribuição de concessões e a repartição de benefícios decorrentes da produção. Ao longo dos últimos doze anos, a noção foi repisada e finalmente aceita. Países industrializados e países em desenvolvimento perceberam desde logo que a liberdade desordenada de exploração e de aproveitamento econômico nos fundos marinhos levaria à insegurança, ao choque de poderes econômicos em prejuízo de todos. Os fundos marinhos não pertencem a ninguém em particular, são patrimônio de todos. Daí decorre a necessidade de uma autoridade internacional que administre todas as atividades na área e que vale por que os agentes sejam justamente remunerados e por que toda a humanidade afaça benefícios palpáveis.

Sabem os países industrializados das vantagens econômicas que se abrem com a exploração dos fundos marinhos. Sabem ademais que não é de seu interesse embarcar em disputas em torno de posse de áreas mais ricas. A notícia de que um punhado de países assinou recentemente um acordo sobre atividades ligadas à exploração da área dos fundos marinhos não nos deve preocupar. De um lado, são possíveis arranjos limitados para facilitar operações na área, como prevê a resolução sobre tratamento de investimentos preparatórios. Por outro lado, nada poderá ser feito que atente contra a Convenção e transgrida suas cláusulas. É sempre importante notar que a Convenção sobre Direito do Mar le-

gisla sobre um espaço onde ninguém pode exercer atividades ao arrepio de suas disposições.

Nenhum país pode pretender convencer a opinião mundial de que tenha havido alguma relutância em explorar todas as vias possíveis de negociação. Desde fins de agosto de 1980, já se havia alcançado um consenso quanto à Parte XI da Convenção. Os últimos dois anos foram passados na busca de meios para conciliar um único país que rejeitara o resultado das negociações conduzidas com sua plena e ativa participação. Importantes novas concessões foram feitas numa tentativa de conciliação, as quais tendiam a romper o equilíbrio do texto. Nunca é demais lembrar que o resultado a que se havia chegado há dois anos atrás já era um conjunto de concessões feitas pela grande maioria dos países a alguns que, por seu avanço econômico e tecnológico, desejavam auferir benefícios maiores e mais imediatos. Este é o momento de registrar mais uma vez o fato de que o resultado das negociações não espelhava a posição de nenhum grupo. O projeto de Convenção, há dois anos atrás, resultava do esforço consciente de todos, sem exceção, para atingir um ponto de convergência, não necessariamente o mais perfeito ou o mais justo, mas que representasse a melhor composição entre a aplicação de um princípio e as realidades da repartição de poderes e riquezas existentes no planeta.

As concessões que se acabaram por fazer não aperfeiçoam o texto e se encontram no limite da transigência possível por parte da grande maioria dos países desde que se iniciaram as negociações. As modificações introduzidas ameaçaram frustrar a coerência que sempre se buscou entre a concepção do patrimônio comum da humanidade e a regulamentação das atividades dos fundos marinhos. Este é o momento de prestar homenagem à flexibilidade e ao senso de equilíbrio da grande maioria dos países

cujo número ultrapassa de longe o âmbito do Grupo dos 77.

A adoção da Convenção pelo recurso ao voto — fato inesperado e infeliz ao cabo de longos anos de trabalho — serviu, no entanto, pelo resultado dessa votação, para demonstrar que o quadro das relações internacionais não é tão sombrio como parecem demonstrar as trágicas situações que ainda se opõem ao desejo da humanidade de viver em paz em condições econômicas e sociais compatíveis com a dignidade e a igualdade do ser humano. Não nos deve preocupar demasiado a postura negativa ou tímida de alguns poucos Estados em relação à grande obra de organização jurídica que neste belo país alcança seu ponto culminante. Minha delegação está convencida de que os termos da Convenção que agora assinamos são tão atraentes em si mesmos e tão férteis para futuros entendimentos entre as nações em outros campos que os hesitantes voltarão ao convívio de que momentaneamente se afastaram.

Mais do que as concessões admitidas no texto, a resolução sobre tratamento de investimentos preparatórios representa um esforço de composição entre os fatos correntes e a elaboração jurídica a longo prazo. No fundo, as vantagens concedidas aos investidores pioneiros contornam os termos da Convenção sob vários aspectos. Contudo, é importante notar que o sistema de proteção de investimentos está firmemente ligado à Convenção e depende de sua orientação. Igualmente, a Comissão Preparatória, que administrará tal sistema, é mecanismo totalmente subordinado aos princípios da Convenção.

Muitos delegados aqui presentes já participavam das deliberações do Comitê sobre os Fundos Marinhos, em 1968. A continuidade de nossos trabalhos foi fundamental para os resultados obtidos. Ela será ainda mais importante no futuro próximo, já que, estamos certos, o trabalho de organização

do espaço oceânico e de sua contínua abertura às atividades humanas não termina aqui. Pelo contrário, esta reunião marca o começo de um longo trabalho.

É normal que a atividade legislativa internacional em campos específicos se esgote na conclusão de um instrumento normativo. O nosso é um caso diferente. Construimos um arcabouço, uma engrenagem que nos

cabe doravante fazer funcionar e aperfeiçoar.

A nossa geração, por sorte, foi dado um papel extraordinário. Planejamos e regulamos o uso da maior parte da esfera terrestre. Resta-nos, daqui por diante, assegurar que nossas intenções materializadas na Convenção sobre o Direito do Mar confirmem à humanidade os benefícios que motivaram nossos esforços.

inaugurado o museu histórico e diplomático do itamaraty

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1982, por ocasião da inauguração do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, em solenidade que contou com a presença do Presidente João Figueiredo.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Desde o início do Governo de Vossa Excelência, estamos cuidando de restaurar o prédio do Itamaraty com vistas a transformá-lo num centro de cultura que recorde momentos altos de nossa história republicana, sede que foi do Governo, em fins do século, e da Chancelaria, de 1897 até a mudança para Brasília.

O trabalho, que hoje culmina, foi feito com grande parcimônia de meios, e, por isto, paulatinamente. Representa um esforço que, além do próprio Ministério das Relações Exteriores, contou com a colaboração de outras áreas do Governo, principalmente do Ministério da Educação e Cultura, através da Fundação Nacional Pró-Memória. Neste momento, quero agradecer muito especialmente à titular da Pasta da Educação e Cultura, Professora Esther Figueiredo Ferraz, e ao General Rubem Ludwig, seu antecessor, pela compreensão e ajuda.

Não posso deixar de relembrar, com reconhecimento, a figura querida de Aloysio Magalhães, e de mencionar o Doutor Marcos Vinicius Villaça, atual Secretário de Cultura, pois, de ambos, sempre obtivemos a contribuição mais positiva.

O Banco do Brasil, por sua vez, custeou o inventário científico do Museu.

Seria longo referir todas aquelas pessoas, funcionários e técnicos, que participaram deste empreendimento, e correria o risco de omissões se o tentasse. Pediria, portanto, ao Embaixador Wladimir Murtinho, a quem encarreguei, no início do Governo, da tarefa de organizar este centro de cultura, e que levou a cabo a missão com tanto êxito, que fosse portador de meu especial reconhecimento a cada uma delas.

Acima de tudo, Senhor Presidente, quero agradecer a orientação e o apoio de Vossa Excelência para que se restaurasse o Itamaraty e se desse ao povo o contato direto com os valores históricos e artísticos do velho Palácio.

Agradeço, sobretudo, a honra que nos faz hoje, presidindo esta cerimônia, que nos toca muito particularmente, a nós, diplomatas.

A inauguração do Museu projeta o Centro de Cultura, que reúne, agora com mais organicidade, um complexo de dependências do Ministério, voltadas para aspectos históricos e culturais da nossa diplomacia.

O Museu, que tinha instalações modestas e estava desativado desde 1970, ocupa agora todo o palácio e esperamos possa ser aberto ao público dentro de um mês. Cons-

tituirá, sem dúvida, uma razão de orgulho para a nação brasileira.

Aqui conservamos, e vivo, o Arquivo Histórico, que traz, bem organizada, toda a documentação diplomática brasileira, desde a Independência; a Biblioteca, que tem tido ampla utilização por estudantes e acadêmicos e dispõe de um riquíssimo acervo de obras raras; a Mapoteca, que tem das mais completas coleções de mapas históricos de interesse para a história latino-americana e brasileira, e a Fototeca.

Não tenho dúvidas de que este conjunto servirá como um instrumento de cultura, de conhecimento de nossa história para as futuras gerações.

Senhor Presidente,

Esta festa não é exclusivamente uma comemoração diplomática. Não tem o caráter de uma festa íntima, apesar de certamente despertar emoções muito fortes nas pessoas que trabalharam nestas salas.

O Itamaraty sempre esteve integrado nas aspirações maiores da nacionalidade. Esta é a Casa de Rio Branco, cujo nome se liga à definição de nosso território e à vocação para a Paz, que define um traço essencial da presença brasileira no mundo. Por isto, tenho certeza de que esta cerimônia é,

antes de tudo, um momento de celebração nacional, de orgulho do povo brasileiro.

O passado é muito importante na atividade diplomática. Não é por acaso que o nome Itamaraty é usado, dentro e fora do país, como sinônimo do Ministério das Relações Exteriores.

Mas, não estamos voltados para o passado nem condicionados por nostalgias. A política externa de Vossa Excelência se marca por sua adequação ao mundo de hoje e por seu dinamismo. É sempre ação viva, com um sentido nítido de projeto. Articula-se com a preocupação de futuro, na busca de formas novas e mais justas de ordenamento do sistema internacional. E, neste diapasão, o passado nos orgulha e é assimilado, mas, se alguma lição nos transmite, não é a da inércia da repetição, e sim a da busca ativa dos caminhos da paz, da cooperação e do progresso, à luz das realidades contemporâneas, examinadas sem simplificações cômodas ou paixões deformadoras.

Pelo caráter nacional de sua política externa, pelo que ela tem de dinâmico e inovador, Senhor Presidente, ela se torna a fonte natural de inspiração de um Centro de Cultura, que afirma nossa personalidade, nossa história, nossos projetos.

Muito obrigado.

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros

Carlos Sylvestre de Ouro-Preto, para Embaixador na **Itália**; Geraldo de Carvalho Silos, para Embaixador na **Suíça**; Lauro Soutello Alves, para Embaixador em **Israel**; Raymundo Nonato Loyola de Castro, para Embaixador no **Coveite**; Paulo da Costa Franco, para Embaixador na **Tailândia**; Paulo Guilherme Villas-Boas Castro, para Embaixador em **Camarões**; Luiz Paulo Lindenberg Sette, para Embaixador no **Japão**; Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho, para Embaixador na **Costa do Marfim**; e Bernardo de Azevedo Brito, para Embaixador em **Zâmbia**, em 1º de outubro.

Afonso Arinos de Mello-Franco, para Embaixador na **Venezuela**, e David Silveira da Mota Júnior, para Embaixador na **Bélgica**, em 3 de dezembro.

João Tabajara de Oliveira, para Embaixador na **Bolívia**; Joayrton Martins Cahú, para Embaixador nas **Filipinas**; e Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto, para Embaixador

em São Tomé e Príncipe, cumulativamente com a função de Embaixador em **Angola**, em 9 de dezembro.

Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho, para Embaixador em **Serra Leoa**, cumulativamente com a função de Embaixador na Costa do Marfim; e Marcel Dezon Costa Hasslocher, para Embaixador em **Zimbábue**, cumulativamente com a função de Embaixador em Moçambique, em 23 de dezembro.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Rodrigo Carreras Jiménez, de **Costa Rica**, e Martin Kofod, da **Dinamarca**, em 18 de outubro.

Dimitar Todorov Trikov, da **Bulgária**, Frits Kupers, dos **Países Baixos**, e Carlo Furno, da **Santa Sé**, em 23 de novembro.

os acordos entre o brasil e a república cooperativista da guiana

Durante a visita do Presidente da República Cooperativista da Guiana, Linden Forbes Sampson Burnham, ao Brasil, os Ministros das Relações Exteriores dos dois países, Ramiro Saraiva Guerreiro e Rashleigh Jackson, assinaram, no Palácio do Planalto em Brasília, em 5 de outubro de 1982, os seguintes Atos Internacionais: Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria; Memorando de Entendimento sobre a Interconexão dos Sistemas Viários Brasileiro e Guianense; Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, nas áreas da Pesquisa e da Utilização de Recursos Energéticos; Acordo, por troca de Notas, para Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos para Mercadorias, destinadas à Guiana, em trânsito pelo porto de Manaus; Acordo de Cooperação Amazônica; e Tratado de Amizade e Cooperação.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DE AGRICULTURA E DA AGROINDÚSTRIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Cooperativista da Guiana,

EM CONFORMIDADE COM o Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado em 29 de janeiro de 1982;

RECONHECENDO a particular importância e valor da agricultura e da agroindústria para os dois países;

CONSCIENTES da necessidade de alcançarem auto-suficiência na produção de alimentos nas áreas em que isto for viável;

CIENTES de que o estímulo aos diferentes setores

da agricultura e da agroindústria dos dois países poderá contribuir para a criação de empregos, captação e retenção de divisas e desenvolvimento de tecnologias autóctones para o processamento de produtos agrícolas;

CHEGARAM ao seguinte entendimento:

1. Os dois Governos tencionam intensificar, a curto prazo, a colaboração nas áreas da agricultura e da agroindústria.
2. Os dois Governos se dispõem a permitir, sujeito à aplicação das disposições legais vigentes sobre a matéria, o livre trânsito de materiais que visem a estimular a colaboração aludida no parágrafo 1º acima.
3. Essa colaboração deverá abranger todos os aspectos da produção agrícola, nela incluídos cultivo e processamento industrial com utilização, na medida do possível, de materiais, inclusive maquinaria, autóctones.
4. Conseqüentemente, o Governo da República Cooperativista da Guiana compromete-se a:
 - a) proporcionar ao Governo da República Federativa do Brasil todas as facilidades possíveis de informação, alojamento e transporte para técnicos brasileiros, acesso a áreas de cultura e processamento de produtos agrícolas, bem como garantir a contrapartida de técnicos guianenses na implementação dos projetos conjuntos; e
 - b) adquirir no Brasil o equipamento agrícola e industrial, requerido para a implementação dos projetos e disponíveis no parque industrial brasileiro.
5. Os dois Governos diligenciarão para que se torne factível o intercâmbio da informação técnico-científica inerente aos aspectos tecnológicos dos projetos conjuntamente implementados.
6. Tencionam os dois Governos apoiar o desenvolvimento de agroindústrias. Os setores de interesse nessa área serão identificados pelo Grupo de Trabalho a ser instituído nos termos do Anexo I deste Memorando.

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até que o Grupo de Trabalho integralize as atividades para as quais foi instituído, ou até a data que vier a ser acordada entre as Partes.

Feito em Brasília, em 05 de outubro de 1982, em dois originais, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ANEXO I

ENTENDIMENTO SOBRE COLABORAÇÃO NA ÁREA DA AGROINDÚSTRIA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA

Os dois Governos convêm na instituição imediata de um Grupo de Trabalho, a ser integrado por representantes dos órgãos e entidades dos dois países, indicados pelos dois Governos dentre aqueles a que afetem os assuntos pertinentes à agricultura e à agroindústria. A esse Grupo de Trabalho incumbirá elaborar projetos agrícolas e agroindustriais que tenham por objetivo principal a captação e retenção de divisas.

2. O Grupo de Trabalho deverá elaborar os termos de referência para projetos agroindustriais específicos que visem à utilização de bens de capital, tecnologia e assessoria técnica brasileiros em setores tais como:

- a) manufatura de calçados e derivados de couro na Guiana para fins de exportação;
- b) implantação de unidade industrial para processamento de alimentos, incluindo legumes, frutas, carne e peixe para fins de exportação; e
- c) desenvolvimento de pequenos projetos de pecuária na Guiana para exportação de carne.

3. Ao Grupo de Trabalho caberá, também, examinar e relatar aos setores competentes de ambos os Governos, os projetos resultantes deste Memorando, bem como eventuais outros projetos integrados conjuntos em áreas com alta potencialidade de exportação, no prazo aproximado de quatro meses após a data deste Memorando.

4. O Grupo de Trabalho recomendará aos Governos dos dois países as agências e instituições que julgar sejam as mais qualificadas para executar os projetos específicos.

5. Os projetos que transcederem à capacidade de financiamento dos dois países poderão ser conjuntamente apresentados a organismos financeiros inter-

nacionais, no entendimento, sempre, de que seja autóctone a tecnologia a ser empregada na implementação de tais projetos.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE A INTERCONEXÃO DOS SISTEMAS VIÁRIOS BRASILEIROS E GUIANENSES

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Cooperativista da Guiana;

RECONHECENDO a importância vital da interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianense para a expansão do comércio e a intensificação da cooperação econômica entre os dois países;

CÔNSCIOS dos benefícios mútuos que advirão de tal ligação para os povos dos dois países;

VISANDO à consecução dos objetivos expressados pelos dois países no sentido de promover uma estreita colaboração entre os países do hemisfério, e especialmente entre os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica;

CONSIDERANDO as rodovias já existentes que ligam Boa Vista a Bonfim, no Território Federal de Roraima, Brasil, e Georgetown a Mabura Hill, na Guiana;

CHEGARAM ao seguinte entendimento:

1. (a) a interconexão dos dois sistemas rodoviários será implementada com a possível brevidade;
- (b) a interconexão dos sistemas rodoviários possibilitará uma ramificação em direção a um porto no Oceano Atlântico, na foz do Rio Demarara, na Guiana, e se vinculará à rodovia já existente no território brasileiro, em direção a Boa Vista;
- (c) o Governo da República Cooperativista da Guiana fornecerá o terreno e facilidades de trânsito para a construção de um armazém e um entreposto, a fim de facilitar o fluxo de carga entre o Brasil e a Guiana, observadas as disposições legais guianenses;
- (d) o Governo da República Cooperativa da Guiana promoverá o livre trânsito de pessoas e bens de um país para o outro, observadas as disposições legais guianenses.

2. Os dois Governos comprometem-se a utilizar,

sempre que possível, equipamentos, serviços e pessoal dos dois países, com vistas à construção da interconexão rodoviária.

3. Com vistas a explorar a possibilidade de atuação conjunta para o financiamento da totalidade dos custos de construção, os dois Governos estabelecerão, com a possível brevidade, grupo de trabalho integrado por especialistas dos dois países, que será encarregado de preparar e apresentar a ambos os Governos, um perfil de projeto sobre a proposta interconexão dos sistemas viários, em data a ser acordada pelos dois Governos.

Feito em Brasília, aos 05 dias do mês de outubro de 1982, em dois originais, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, NAS ÁREAS DA PESQUISA E DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Cooperativista da Guiana,

DORAVANTE designados Partes Contratantes,

DE CONFORMIDADE com as disposições contidas no Acordo Básico de Cooperação Técnica, concluído entre os dois Governos a 29 de janeiro de 1982;

CONSCIENTES da importância da cooperação técnica entre países em desenvolvimento, em cujo âmbito se inscrevem, com especial relevo, as iniciativas conjuntas nas áreas da pesquisa e da utilização de recursos energéticos;

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

A Parte Contratante brasileira, nos termos do Convênio, de 23 de abril de 1981, entre o Ministério das Relações Exteriores e o Governo do Estado de São Paulo no Campo da Cooperação Técnica, designa, como entidades coordenadoras e executora do presente Ajuste, respectivamente, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo (FUNDAP) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT), e a Parte Contratante guianense designa, como entidade executora, o Institut of Applied Science and Technologie (IAST).

ARTIGO II

A cooperação ora acordada abrangerá, na área de

competência das entidades executoras mencionadas no Artigo I e sob forma de projetos integrados, os seguintes elementos principais:

- a) intercâmbio de missões técnicas de assessoria e consultoria para elaboração, execução e avaliação de projetos específicos;
- b) fornecimento de material e equipamento necessários à implementação dos projetos decorrentes da aplicação da alínea a);
- c) planejamento e execução de programas de formação de recursos humanos necessários à efetiva implementação dos projetos conjuntamente definidos; e
- d) mútua cessão de informações técnico-científicas inerentes aos aspectos tecnológicos dos projetos mencionados neste Artigo.

ARTIGO III

Os projetos integrados, previstos no Artigo II, contemplarão projetos, na área de competência das entidades executoras deste Ajuste, versando sobre cultivo vegetal, produção de energia a partir da utilização de biomassa e biodigestores, tecnologia do álcool combustível e conservação de energia.

ARTIGO IV

As modalidades e condições de financiamento dos projetos de cooperação, decorrentes deste Ajuste, serão definidas, em cada caso e de comum acordo, pelas entidades executoras.

2. As entidades executoras poderão buscar o apoio das Partes Contratantes e de outras fontes de recursos dos seus países para participar do custeio de rubricas de projetos específicos que transcendam à sua capacidade financeira.

3. As Partes Contratantes poderão acionar, para apoiar a implementação de projetos específicos oriundos da aplicação deste Ajuste, o mecanismo previsto no parágrafo 2º do Artigo IV do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982.

ARTIGO V

Aos assessores e consultores que atuarem na elaboração, execução e avaliação dos projetos vinculados à implementação deste Ajuste, estender-se-ão as facilidades, os privilégios e as isenções previstos nos Artigos VI, VII e VIII, do Acordo Básico de Cooperação Técnica.

ARTIGO VI

As disposições do Artigo IX do Acordo Básico de Cooperação Técnica serão estendidas ao material e equipamento que vier a ser fornecido no âmbito de projetos específicos oriundos da implementação deste Ajuste.

ARTIGO VII

À cessão de informações técnico-científicas entre as entidades executoras deste Ajuste, aplicar-se-ão os procedimentos estabelecidos nos Artigos V e XI do Acordo Básico de Cooperação Técnica.

ARTIGO VIII

O presente Ajuste entrará em vigor na data da entrada em vigor do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982, e terá vigência igual à duração que vier a ser determinada para a efetiva implementação dos projetos a que sob suas égide as entidades executoras e as Partes Contratantes estiveram.

Feito em Brasília, aos 05 dias do mês de outubro de 1982, em dois originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ACORDO, POR TROCA DE NOTAS, PARA ISENÇÃO DA TAXA DE MELHORAMENTO DE PORTOS PARA MERCADORIAS, DESTINADAS À GUIANA, EM TRÂNSITO PELO PORTO DE MANAUS

A Sua Excelência o Senhor Rashleigh E. Jackson, Ministro das Relações Exteriores da República Cooperativista da Guiana.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para reportar-me aos entendimentos relativos à isenção da Taxa de Melhoramento de Portos (TMP) para as mercadorias adquiridas pela Guiana em terceiros países, destinadas ao consumo e utilização em seu próprio território e em trânsito pelo Porto de Manaus.

2. Dentro do elevado espírito de fraterna cooperação que inspirou o Tratado de Cooperação Amazônica, de 3 de julho de 1978, do qual são partes nossos dois países, e levando em conta o incentivo que tal isenção representará para o maior estreitamento das relações econômicas entre a Guiana e o Brasil, comunico a Vossa Excelência que o Governo brasileiro houve por bem conceder a isenção da referida taxa às mercadorias acima mencionadas.

3. A presente Nota e a Nota de resposta de Vossa

Excelência, de mesma data, constituem um Acordo entre nossos Governos, o qual entrará em vigor a partir do dia de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

ACORDO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Cooperativista da Guiana,

INSPIRADOS pela firme decisão de criar condições que possam transformar a crescente amizade entre seus dois povos em uma realidade promissora para as duas Nações;

CONVENCIDOS de que a exploração racional de seus territórios amazônicos contribuirá substancialmente para os esforços tendentes à utilização progressiva de seus recursos naturais e à realização de seu potencial econômico em benefício de seus povos;

CONSIDERANDO a vantagem de promover uma efetiva colaboração entre os dois países, a fim de conservar o meio ambiente e proteger a flora e a fauna de seus respectivos territórios amazônicos;

PERSUADIDOS da necessidade de empreender esforços no sentido de prover seus territórios amazônicos de uma adequada infra-estrutura de transportes e comunicações;

LEVANDO em conta os dispositivos do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, e a Declaração de Belém, subscrita em 24 de outubro de 1980;

DECIDEM concluir o seguinte Acordo:

ARTIGO I

As Partes Contratantes concordam em promover uma cooperação mais eficaz através de ações conjuntas e troca de experiências nos campos do desenvolvimento regional e da pesquisa científica e tecnológica, com especial referência à Região Amazônica, com vistas ao desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, levando em con-

ta a necessidade de preservar o equilíbrio ecológico.

ARTIGO II

As Partes Contratantes se esforçarão no sentido de cooperar no campo das telecomunicações em seus respectivos territórios amazônicos, com vistas a prover instalações e serviços eficientes para suas comunidades, em conformidades com as leis pertinentes de seus respectivos países.

ARTIGO III

Em conformidade com os dispositivos do Acordo de Cooperação Sanitária entre os dois países, as Partes Contratantes comprometem-se a promover o estudo e a implementação de medidas conducentes a um melhor controle das doenças que afetam as comunidades brasileiras e guianenses em seus respectivos territórios amazônicos.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes envidarão todos os esforços no sentido de cooperar para a adoção de medidas que favoreçam a utilização racional dos recursos naturais de seus respectivos territórios amazônicos, inclusive a proteção da flora e da fauna da região.

ARTIGO V

Para o propósito de proteger e conservar as espécies da flora e fauna amazônicas de interesse econômico ou científico, e sua possível industrialização, as Partes Contratantes promoverão as seguintes atividades:

- a) troca regular de informações sobre políticas, programas, planos e textos relativos à conservação e desenvolvimento da flora e da fauna em seus respectivos territórios amazônicos;
- b) troca de informações sobre pesquisas relativas a recursos naturais e estudos ambientais de seus respectivos territórios amazônicos;
- c) cooperação quanto ao estudo de processos bio-ecológicos relativos a flora, fauna e meio ambiente de seus respectivos territórios amazônicos;
- d) colaboração na elaboração e implementação de programas bilaterais de controle e supressão de tráfico ilícito de produtos da flora e fauna amazônicas;
- e) estudos sobre outros temas relevantes de mútuo interesse; e
- f) realização de reuniões entre especialistas.

ARTIGO VI

Os dispositivos deste Acordo serão implementados por uma Subcomissão brasileiro-guianense de Cooperação Amazônica criada em conformidade com o Artigo II do Tratado de Amizade e Cooperação.

2. A Subcomissão de Cooperação Amazônica será responsável pela coordenação dos projetos e programas estabelecidos neste Acordo e por outros programas de interesse comum mutuamente acordados.

ARTIGO VII

O presente Acordo será ratificado e entrará em vigor na data de troca dos Instrumentos de Ratificação.

ARTIGO VIII

O presente Acordo permanecerá em vigor por um período indefinido. Poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes. A denúncia surtirá efeito 90 dias após o recebimento de sua notificação.

Feito em Brasília, aos 05 dias do mês de outubro de 1982, em dois originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

SUA EXCELENCIA, o Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, e

SUA EXCELENCIA, o Presidente da República Cooperativista da Guiana, Linden Forbes Sampson Burnham:

INSPIRADOS pelo desejo de fortalecer os vínculos de amizade e de promover a boa vontade e a cooperação entre os dois países e seus povos em uma atmosfera de entendimento e confiança;

CÔNSCIOS do desejo de afirmar em documento solene os tradicionais laços de amizade e entendimento que unem o Brasil e a Guiana;

CIENTES do compromisso do Brasil e da Guiana com os princípios de Direito Internacional e de sua identidade de posições quanto à necessidade de defender aqueles princípios universais concernentes às relações entre Estados, que estão contidos na Carta das Nações Unidas;

CONSCIENTES de que os imperativos do desenvolvimento tornam urgente e necessário que os países em vias de desenvolvimento fortaleçam e expandam

a cooperação em seu benefício mútuo;

CONVENCIDOS de que a adoção dos princípios estabelecidos neste preâmbulo e o pleno e autônomo desenvolvimento dos dois países exige a criação de instrumentos e mecanismos para tornar mais eficiente os laços que os unem;

DETERMINADOS a criar um programa de cooperação entre os dois países que facilite o significativo avanço de suas relações nos campos político, econômico, comercial, de comunicações, cultural, científico e técnico;

DECIDIRAM concluir este Tratado de Amizade e Cooperação e, para tal, nomeiam seus Plenipotenciários:

O Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência João Baptista de Oliveira Figueiredo, Sua Excelência Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores,

O Presidente da República Cooperativista da Guiana, Sua Excelência Linden Forbes Sampson Burnham, Sua Excelência Rashleigh Esmond Jackson, Ministro das Relações Exteriores,

Os quais concordaram quanto ao que se segue:

ARTIGO I

As Partes Contratantes concordam em trocar informações e cooperar no que diz respeito a temas de interesse comum tanto ao nível bilateral, quanto ao nível multilateral.

ARTIGO II

Para atingir os objetivos previstos no Artigo I, as Partes Contratantes concordam em estabelecer uma Comissão de Coordenação Brasileiro-Guianense, sem prejuízo de quaisquer outros mecanismos de cooperação existentes.

2. A Comissão de Coordenação Brasileiro-Guianense incorporará, como Subcomissões, as Comissões Mistas específicas que já existem ou que venham existir. As Subcomissões prepararão relatórios sobre suas atividades para a Comissão de Coordenação.

ARTIGO III

As Partes Contratantes estimularão todos os esforços em favor da promoção e expansão do comércio bilateral e se comprometem a atuar em benefício de sua diversificação.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes concordam em trocar informações a respeito de seus respectivos planos de desenvolvimento. Considerarão também, as possibilidades da promoção de projetos de cooperação específicos, inclusive de empreendimentos conjuntos em áreas mutuamente consideradas como de especial interesse para ambos os países.

ARTIGO V

Reconhecendo a importância do estreitamento das relações bilaterais e da promoção do desenvolvimento e integração regionais, as Partes Contratantes se comprometem a apoiar todos os esforços com vistas à criação de sistemas adequados de transporte e comunicações entre os dois países.

ARTIGO VI

Reconhecendo a importante contribuição da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento dos dois países e para a saúde e bem-estar de seus povos, as Partes Contratantes concordam em dar seguimento à preparação e implementação de programas de cooperação em conformidade com o Acordo de Cooperação Sanitária, o Acordo Básico de Cooperação Técnica, o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica e o Ajuste Complementar sobre Cooperação Científica e Tecnológica entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IAST) da Guiana.

ARTIGO VII

Reconhecendo a riqueza e diversidade da herança cultural de seus povos, as Partes Contratantes concordam em apoiar todos os esforços no sentido de promover e ampliar atividades nos campos da cultura, educação, ciência e esportes, em conformidade com o Acordo Cultural entre os dois Países.

ARTIGO VIII

A Comissão de Coordenação Brasileiro-Guianense referida no Artigo II consistirá de representantes de ambos os Países designados respectivamente pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Guiana. A Comissão de Coordenação realizará reuniões anuais alternativamente no Brasil e na Guiana, em datas a serem estipuladas por via diplomática. As reuniões da Comissão de Coordenação serão presididas pelo Ministro das Relações Exteriores do país anfitrião ou seu representante.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes poderão concluir os Protocolos ou Acordos que considerarem necessários para a promoção de temas de interesse comum do presente Tratado.

ARTIGO X

Este Tratado será ratificado e entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação.

ARTIGO XI

O presente Tratado permanecerá em vigor por um período indefinido e poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes. A denúncia surtirá efeito 90 dias após o recebimento de sua notificação.

EM TESTEMUNHO do quê, os abaixo assinados, estando devidamente autorizados a tal, assinaram este Tratado.

Feito em Brasília, aos 05 dias do mês de outubro de 1982, em dois originais, nos idiomas português e inglês, ambos os textos sendo igualmente autênticos.

brasil e haiti assinam acordo básico de cooperação técnica e científica

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Brasil-Haiti, assinado no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 15 de outubro de 1982, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Haiti, Jean-Robert Estimé.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Haiti,

daqui por diante designados Partes Contratantes,

ANIMADOS pelo desejo de fortalecer os laços de amizade existentes entre ambos os Estados;

CONSCIENTES de que o estímulo à colaboração nos campos da ciência e da técnica poderá em muito contribuir para acelerar o desenvolvimento econômico e social de seus respectivos países;

CIENTES da necessidade e da importância de se promover, segundo a letra e o espírito do Plano de Ação de Buenos Aires, a cooperação técnica entre países em desenvolvimento;

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes promoverão a cooperação técnica e científica, através dos órgãos e entidades especializados de ambos os países, com o objetivo de contribuir para a melhor avaliação de seus recursos humanos e naturais.

ARTIGO II

As Partes Contratantes envidarão todos os seus esforços visando a que as atividades e programas de cooperação, implementados conjuntamente sob a égide deste Acordo, se ajustem às políticas e planos de desenvolvimento dos dois países como apoio complementar a seus próprios esforços internos para atingir metas programadas de desenvolvimento econômico e social.

ARTIGO III

A cooperação a ser promovida pelas Partes Contratantes na implementação deste Acordo poderá abranger, entre outras, as seguintes modalidades:

- a) intercâmbio de informações técnicas e científicas, assim como a organização de meios adequados a sua difusão;
- b) promoção de programas de formação e aperfeiçoamento, através de cursos ou estágios específicos de recursos humanos;
- c) organização conjunta de eventos sobre temas pertinentes às áreas de cooperação mencionadas neste Acordo.

ARTIGO IV

As modalidades de cooperação a que alude o Artigo III, incidirão especialmente sobre:

- a) desenvolvimento agrícola e agroindustrial do arroz e da cana-de-açúcar;
- b) os assuntos pertinentes ao reflorestamento; e
- c) as questões pertinentes à estrutura e organização de instituições especializadas de pesquisa científica.

ARTIGO V

As Partes Contratantes orientarão as entidades executoras das atividades e programas de cooperação decorrentes deste Acordo no sentido de que empenhem seus melhores esforços visando a formulação de projetos integrados, a serem regulados por Ajustes Complementares a este Acordo, através dos quais procurarão alcançar o mais efetivo resultado com o mínimo de custos.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes, através das respectivas Chancelarias ou, através da realização de reuniões conjuntas, avaliarão, periodicamente, em época a ser definida por via diplomática, as atividades e programas conjuntos de cooperação técnica e científica, a fim de proceder aos ajustamentos que se fizerem necessários.

ARTIGO VII

1. As modalidades e condições de financiamento das atividades e programas de cooperação, decorrentes da aplicação deste Acordo, serão definidas, em cada caso e de comum acordo, entre as Partes Contratantes e suas entidades executoras respectivas.

2. As Partes Contratantes poderão solicitar a participação e o financiamento de organismos internacionais especializados para a execução de atividades e programas de cooperação bilateral resultantes deste Acordo.

ARTIGO VIII

1. Cada Parte Contratante notificará a outra da conclusão dos requisitos constitucionais necessários à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da segunda notificação.

2. O presente Acordo terá validade por período de 5 (cinco) anos e será renovado por recondução tácita a novos períodos consecutivos de 5 (cinco) anos, a menos que uma das Partes Contratantes notifique a outra, por via diplomática e com antecedência mínima de 6 (seis) meses, de sua decisão de denunciá-lo.

ARTIGO IX

A denúncia ou expiração deste Acordo não afetará a conclusão das atividades ou programas em execução, salvo se as Partes Contratantes convierem diversamente.

Feito em Brasília, aos 15 dias do mês de outubro de 1982, em dois originais, nas línguas portuguesa e

francesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

o acordo comercial brasil-paquistão

Acordo Comercial entre o Brasil e o Paquistão, assinado no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 18 de novembro de 1982, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Syed Murad Ahmad Khairi, representando o Presidente paquistanês.

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República Islâmica do Paquistão,
representado por seu Presidente,

DESEJOSOS de desenvolver, estender e fortalecer as relações comerciais entre os dois países com base na igualdade e benefício mútuo,

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes, de conformidade com as leis, normas e procedimentos em vigor em seus respectivos países, tomarão todas as medidas necessárias para facilitar, fortalecer e diversificar o comércio entre os dois países.

ARTIGO II

Com vistas a atingir os objetivos mencionados no Artigo I do presente Acordo, ambos os Governos encorajarão empresas e organizações importantes de seus respectivos países a examinar a possibilidade de entendimentos a curto e longo prazo, e, quando necessário, a concluir tais contratos, mediante consentimento mútuo.

ARTIGO III

Ambos os Governos comprometem-se a conceder licenças de importação/exportação sempre que necessário, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor em cada país.

ARTIGO IV

Ambos os Governos conceder-se-ão mutuamente em suas relações comerciais, tratamento de nação mais favorecida, de conformidade com as disposições e decisões do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

ARTIGO V

Com vistas à concretização dos objetivos previstos neste Acordo, cada Governo encorajará e facilitará a realização de visitas de empresários e delegações empresariais, bem como a realização, em seu território, de feiras de comércio e exposições a cargo de empresas e organizações da outra Parte, de conformidade com as leis e regulamentos vigentes no país.

ARTIGO VI

Todos os pagamentos e encargos referentes ao comércio entre os dois países efetuar-se-ão em moeda livremente conversível, de conformidade com as normas vigentes em cada país.

ARTIGO VII

Os bens exportados de uma a outra Parte Contratante, nos termos do presente Acordo, serão de origem da Parte exportadora para consumo no território da Parte importadora. Tais bens não serão reexportados para terceiros países.

ARTIGO VIII

Os preços dos bens comercializados no âmbito do presente Acordo serão determinados com base nos preços do mercado mundial.

ARTIGO IX

1. Com vistas à concretização das metas e objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes instituirão uma Comissão de representantes, designados pelos respectivos Governos.
2. A Comissão reunir-se-á alternadamente no Brasil e no Paquistão, sempre que as Partes julgarem necessário.
3. A Comissão deverá:
 - a) analisar a implementação do previsto no presente Acordo;
 - b) examinar e recomendar medidas para a solução de problemas que possam surgir durante a implementação do presente Acordo ou no curso do desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países; e
 - c) considerar propostas apresentadas por qualquer das Partes Contratantes, no âmbito do presente Acordo, com vistas à maior expansão e diversificação do comércio entre os dois países.

ARTIGO X

Sujeita ao desenvolvimento do comércio e suas conseqüentes necessidades, será dada preferência, para o transporte dos bens comercializados, a navios de bandeira dos dois países.

ARTIGO XI

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra da conclusão das respectivas formalidades constitucionais necessárias à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor 30 (trinta) dias a contar da data da segunda notificação.

1. O presente Acordo terá vigência por um período de 3 (três) anos, automaticamente renovável por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes notifique a outra, com uma antecedência mínima de 3 (três) meses da data de expiração do período de validade, de sua decisão de terminá-lo.

Feito em Brasília, aos 18 dias do mês de novembro de 1982, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

brasil e argentina ratificam convenção destinada a evitar a dupla tributação

Ata da cerimônia de troca dos instrumentos de ratificação da Convenção entre Brasil e Argentina destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, assinada, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de dezembro de 1982, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari.

Os abaixo assinados, Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e Sua Excelência o Senhor Juan Ramón Aguirre Lanari, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, reuniram-se no Palácio Itamaraty, em Brasília, aos 7 dias do mês de dezembro de 1982, para a cerimônia de troca dos Instrumentos de Ratificação da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, concluída em Buenos Aires, aos 17 dias de maio de 1980, a qual entra em vigor, na forma do seu Artigo XXVIII, parágrafo 2 na presente data.

E, tendo sido achados em boa e devida forma os referidos Instrumentos de Ratificação, procederam a sua troca.

Em fé do quê, no lugar e data acima declarados, assinaram a presente Ata, feita em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, e nela apuseram seus selos.

comunicado de imprensa relata os entendimentos de aureliano chaves na hungria

Comunicado de Imprensa divulgado em Budapeste, em 7 de outubro de 1982, ao final da visita do Vice-Presidente da República, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, à Hungria:

Atendendo ao convite do Governo da República Popular da Hungria, estive em visita oficial à Hungria, de 5 a 8 de outubro de 1982, o Senhor Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Antonio Aureliano Chaves de Mendonça.

O Vice-Presidente da República Federativa do Brasil foi recebido por Pal Losonczi, Presidente do Conselho Presidencial e por Gyorgy Lazar, Presidente do Conselho de Ministros. Durante sua estada na Hungria, Antonio Aureliano Chaves de Mendonça manteve conversações com Lajos Faluvegi, Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Presidente do Instituto Nacional de Planejamento, com Janos Peter, Vice-Presidente da Assembléia Nacional e com Frigyes Puja, Ministro das Relações Exteriores.

Durante as conversações, que transcorreram em ambiente cordial e aberto, as partes, ao passarem em revista a situação internacional, verificaram a convergência de interesses em muitas das posições adotadas pelos dois Governos em relação às questões que afetam a toda comunidade de nações.

As partes sublinharam a necessidade de serem ressaltados os princípios da Carta das Nações Unidas, em especial o direito à autodeterminação, à não-intervenção e o respeito à soberania, já que tais princípios continuam a indicar, de maneira correta, as normas de conduta dos Estados e as regras de convivência das nações.

As partes reafirmaram a responsabilidade conjunta da realização de esforços concretos para diminuir os focos de tensões internacionais e para o exame das aspirações dos países em desenvolvimento de criação de uma nova ordem econômica internacional mais justa e equitativa.

As partes passaram em revista a situação atual das relações econômico-comerciais entre seus países, bem como as perspectivas para seu desenvolvimento. Nesse contexto, foi apontada como contribuição positiva para o estreitamento das relações entre os dois países a visita realizada em março último pelo Vice-Primeiro Ministro Lajos Faluvegi, que permitiu fossem impulsionadas negociações de interesse de ambas as partes com vistas a aumentar, em bases mais equilibradas, o intercâmbio comercial.

Foram ressaltados, com satisfação, o desenvolvimento positivo dos entendimentos econômicos e comerciais em curso e as possibilidades concretas de cooperação existentes, inclusive em terceiros mercados, entre empresas de ambos os países.

Houve concordância em que novos esforços conjuntos para atingir esses objetivos sejam levados a efeito. O lado húngaro mencionou seu interesse em participar do programa nacional de irrigação e de colaborar em projetos agroindustriais com empresas brasileiras. O lado brasileiro registrou sua disposição de exportar componentes eletrônicos, equipamentos de telefonia e bens de consumo, bem assim de negociar contrato a longo prazo de fornecimento de minério de ferro.

Foram ainda examinadas possibilidades de cooperação na área energética e foi assinalada a importância de reuniões regulares da Comissão Mista Brasil-Hungria, quando serão examinadas, de forma concreta, as realizações práticas das sugestões apresentadas.

As partes consideraram satisfatórios os esforços que vêm sendo feitos pelos órgãos, instituições e empresas públicas e privadas dos dois países com vistas a intensificar suas relações econômicas e comerciais e expressaram a intenção de continuar estimulando esse tipo de atividade.

A parte húngara salientou a importância da visita à Hungria do Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, engenheiro Aureliano Chaves, a qual contribuirá, de maneira relevante, para o desenvolvimento frutífero da cooperação entre os dois países.

A delegação brasileira visitou o complexo agropecuário de Agard, bem como as cidades de Szentendre e Esztergom.*

* Na Seção Notícias, página 143, uma nota sobre a viagem do Vice-Presidente da República, Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, aos Países Baixos, Hungria e República Federal da Alemanha.

Itamaraty anuncia encontro de trabalho dos presidentes brasileiro e argentino

Nota do Itamaraty à imprensa, divulgada em Brasília, em 10 de dezembro de 1982:

O Presidente João Figueiredo, da República Federativa do Brasil, e o Presidente Reynaldo Bignone, da Nação Argentina, manterão encontro de trabalho, no próximo dia 13 de janeiro, em Porto Meira.

Ministério das Relações Exteriores anuncia visita do chanceler da Finlândia

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 10 de dezembro de 1982:

A convite do Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores, visitará oficialmente o Brasil, de 10 a 13 de janeiro de 1983, o Senhor Pär Stenbäck, Ministro das Relações Exteriores da Finlândia.

ao deixar o cargo de chanceler da rfa, helmut schmidt envia mensagem ao presidente figueiredo

Ao deixar o cargo, o ex-Chanceler da República Federal da Alemanha, Helmut Schmidt, enviou ao Presidente João Figueiredo, em 14 de outubro de 1982, a seguinte mensagem (tradução não-oficial):

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Antes de deixar o cargo de Chanceler Federal da República Federal da Alemanha, desejo, de todo o coração, agradecer-lhe a boa colaboração que nos tem unido desde a visita que fiz a seu país.

É com frequência que ainda me recordo dessa visita, a primeira que um Chefe de Governo alemão fez à América Latina. Proporcionou-me uma imagem nítida e sensível da beleza, da pujança e dos problemas desse grande continente. Com base em relações boas e densas entre nossos dois países, iniciou-se assim, em 04 de abril de 1979, pouco mais de duas semanas após sua investidura, nosso diálogo em Brasília, que, logo de início, se realizou dentro de um clima de consenso, de compreensão e, até mesmo, de amizade. Continuamo-lo por ocasião da visita de Vossa Excelência à República Federal da Alemanha, em maio de 1981.

Senhor Presidente, relações entre países, que têm o peso e a força de irradiação dos nossos, precisam ser alicerçadas pela coordenação direta a nível de seus líderes políticos. É por isso que nosso estreito relacionamento, assente numa grande confiança, trouxe proveito também aos nossos dois países, relacionamento este que deu boas provas quando as relações entre a Europa e a América Latina, durante o conflito das Malvinas, passaram por fase difícil. Muito apreciei a franqueza, cheia de confiança, com que Vossa Excelência, na sua mensagem de 13 deste ano, me expôs as suas preocupações quanto às possíveis conseqüências do conflito nas relações entre nossos dois continentes, tão afins no plano cultural e político. Seu pensamento e seu apelo foram para mim uma grande ajuda na formulação de nossa política.

Senhor Presidente, há uma união entre a Europa e a América Latina, e ambas sabem disso. As crescentes dificuldades existentes na política e economia internacionais, colocam-nos, a todos nós, diante de

grandes problemas, muitas vezes idênticos ou similares. No seu caminho rumo ao futuro, obstáculos cada vez maiores também não pouparão o Brasil. Estou confiante em que a liderança de Vossa Excelência conseguirá amalgamar as forças do grande povo brasileiro de forma a serem vencidos esses empecilhos. A democracia que Vossa Excelência voltou a enraizar e consolidar no seu país fornece a melhor base para tanto.

Com todos os meus melhores votos pela concretização de suas aspirações e pelo seu bem-estar pessoal, despeço-me de Vossa Excelência.

Helmut Schmidt.

herrera campíns manda mensagem ao presidente joão figueiredo

Mensagem do Presidente da Venezuela, Luís Herrera Campíns, ao Presidente João Figueiredo, enviada em 17 de novembro de 1982, por intermédio do Embaixador venezuelano no Brasil, Ildegar Perez-Segnini; e a resposta ao Presidente brasileiro, enviada em 30 de novembro de 1982, através de Nota do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro.

MENSAGEM DO PRESIDENTE VENEZUELANO

Excelentísimo Señor
General João Baptista de Oliveira Figueiredo
Presidente de la República Federativa del Brasil

He seguido con particular interés y simpatía la decisiva prueba electoral en esa gran Nación, en una demostración clara del empeño democratizador puesto por usted y por su Gobierno, desde el primer momento de su ascenso al poder. Los demócratas latinoamericanos hemos visto en las informaciones cablegráficas sus categóricas afirmaciones en ese sentido, que podrían resumirse en la frase 'Quién gana asume', en afirmación del respeto a la libre voluntad popular expresada en los comicios.

Usted, Señor Presidente, que le hizo a mi Patria y a mi Gobierno el insigne honor de ser los primeros visita-

dos en sus viajes fuera de Brasil, puede tener la seguridad de que el pueblo venezolano lo admira y lo estimula en el cumplimiento de su promesa para llevar progresivamente a su Nación a la vivencia y a la vigencia del sistema democrático.

Al congratularme con usted y con su pueblo, quiero hacerle llegar mi más cordial y amistoso saludo.

Luis Herrera Campíns

Presidente de la República de Venezuela

RESPOSTA DO PRESIDENTE BRASILEIRO

Excelentíssimo Senhor
Doutor Luís Herrera Campíns,
Presidente da República da Venezuela

Sinceramente emocionado com sua mensagem de 17 de novembro, agradeço as expressivas palavras com que Vossa Excelência se referiu à importante etapa política que a Nação brasileira vive neste momento. A amabilidade das referências que Vossa

Excelência faz à minha atuação pessoal nesse processo dirige-se, na verdade, a todo o povo de meu país, que de forma tão eloquente soube afirmar a sua vontade e a sua determinação.

A mensagem de Vossa Excelência reavivou em minha memória o carinho e a amizade que o povo venezuelano sempre demonstrou pelo Brasil, e que eu tive a oportunidade de testemunhar pessoalmente, quando visitei Caracas, em minha primeira visita ao exterior, como Presidente do Brasil. Os lados fraternos que unem o Brasil e a Venezuela, e que encontraram tão elevada expressão na visita de Vossa Excelência ao Brasil, são agora, outra vez, reavivados pela demonstração de afeto que transparece nas suas palavras.

Ao agradecer a Vossa Excelência a amabilidade de sua mensagem, desejo fazer-lhe chegar minha mais cordial e amistosa saudação.

João Figueiredo

Presidente da República Federativa do Brasil.

a visita do vice-presidente da república, aureliano chaves, aos países baixos, hungria e república federal da alemanha

A convite do Governo neerlandês, o Senhor Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente da República, realizou de 30 de setembro a 5 de outubro de 1982, uma visita oficial de trabalho aos Países Baixos, onde teve encontros com altas autoridades dos setores energético e agrícola. Sua Excelência foi recebido em audiência pelo Vice-Primeiro Ministro, Sr. Jan Terlouw e por Sua Majestade a Rainha Beatrix.

O Senhor Vice-Presidente da República, a convite do Governo da República Popular da Hungria, e em retribuição à visita que lhes fez o Senhor Vice-Primeiro Ministro da Hungria, Lajos Faluvegi, também visitou oficialmente aquele país, de 5 a 8 de outubro. Sua Excelência teve dois encontros de trabalho com altas autoridades húngaras, encabeçadas pelo Vice-Primeiro Ministro, quando discutiu assuntos de interesse mútuo do Brasil e da Hungria na área comercial, agrícola e energética, e se avistou com o Presidente do Conselho de Estado, Sr. Pal Lozanszci; o Presidente do Conselho de Ministros, Gyorgy Lazar; o Vice-Presidente da Assembléia Nacional, Janos Peter e o Ministro de Negócios Estrangeiros, Frygyes Puja.

O Senhor Vice-Presidente da República, de 11 a 13 de outubro, visitou a usina piloto de siderurgia a carvão natural de Korff-Stahl, AG, em Baden-Baden, na República Federal da Alemanha. Durante sua estada naquele país, o Senhor Vice-Presidente foi recebido pelo Presidente da República em Exercício, Senhor Hans Koschnik, Presidente do Conselho Federal, e teve um encontro com o Ministro da Pesquisa e Tecnologia.

O Senhor Vice-Presidente da República retornou ao Brasil no dia 13 de outubro.

realizado em são paulo o seminário "informação para exportação"

Foi realizado em três cidades do Estado de São Paulo, no período de 18 a 22 de outubro, o seminário Informação para Exportação, que teve por objetivo promover contatos entre os empresários do setor

exportador com os representantes de órgãos e entidades que desenvolvam atividades no campo da informação para exportação, e divulgar a oferta de serviços que os órgãos promotores do seminário oferecem aos exportadores brasileiros.

O evento foi patrocinado pelo Ministério das Relações Exteriores e Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, com a colaboração do Banco do Brasil e a cooperação de entidades locais nas cidades onde foi realizado o seminário: Marília, Ribeirão Preto e Campinas.

instituto rio-branco forma diplomatas estrangeiros

Em 1976, ao ser transferido o Instituto Rio-Brancode sua sede no Rio de Janeiro para novas instalações no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, foi decidido abrir, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), pequeno número de vagas, destinadas a alunos estrangeiros, bolsistas do Governo brasileiro.

Desde então até 1982, o Instituto Rio-Branco recebeu um total de 39 bolsistas, dos quais 30 já concluíram o CPCD e 5 irão concluí-lo no final de 1983.

Os bolsistas acima mencionados distribuem-se, por país, da seguinte maneira: Barbados (1), Bolívia (4), Cabo Verde (6), Costa do Marfim (4), Costa Rica (1), El Salvador (1), Equador (3), Gabão (2), Gana (2), Guiana (1), Guiné-Bissau (4), Haiti (2), Honduras (2), Panamá (1), Quênia (1), Togo (1), Uruguai (1), Venezuela (1) e Zâmbia (1).

Em 1983, estão matriculados, no 1º ano, 4 bolsistas estrangeiros, dos quais 2 nacionais do Mali, 1 do Togo e 1 do Gabão.

No dia 15 de dezembro de 1982, receberam seus diplomas das mãos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e com a presença de seus respectivos representantes diplomáticos, em Brasília, três bolsistas estrangeiros: Senhorita Maria del Carmen Gonzáles Cabal, do Equador, Senhorita Carmen Silvana Sandóval Landívar, da Bolívia, e Senhor José Armando Filomeno Ferreira Duarte, de Cabo Verde.

despedidas de embaixadores estrangeiros

O Embaixador da República Dominicana José Angel

Savinon, deixou suas funções no Brasil e foi homenageado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro com um almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 3 de novembro de 1982, quando recebeu também as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, que lhe foram outorgadas pelo Governo brasileiro.

O Embaixador da **Bolívia**, Dionísio Foianini Banzer, deixou suas funções em Brasília e foi homenageado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, que, em solenidade realizada no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 18 de novembro de 1982, entregou-lhe as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O Embaixador da **Bélgica**, Conde Jean des Enffans D'Avernas, deixou suas funções em Brasília e foi homenageado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, que, em solenidade realizada no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 3 de dezembro de 1982, entregou-lhe

as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O Embaixador do **Japão** no Brasil, Nobuo Okuchi, deixou suas funções em Brasília e foi homenageado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro com um almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 9 de dezembro de 1982. Na mesma solenidade, o Embaixador Nobuo Okuchi recebeu do Chanceler Saraiva Guerreiro as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O Embaixador do **Zaire**, Kasasa Cinyanta Mulati, deixou suas funções no Brasil e foi homenageado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, que, em solenidade realizada no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 16 de dezembro de 1982, entregou-lhe as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Índice

a XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata discurso do presidente joão figueiredo, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião da sessão plenária inaugural da XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata	3
os pronunciamentos dos chanceleres da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai discursos dos ministros das relações exteriores da Argentina, Juan Ramón Aguirre Lanari, da Bolívia, Mário Velarde Dorado, do Paraguai, Alberto Nogués, e do Uruguai, Carlos Alberto Maeso, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião da XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata	5
saraiva guerreiro encerra a XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata discursos dos ministros das relações exteriores do Paraguai, Alberto Nogués, e do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião da sessão de encerramento da XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata	18
ata final da XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata ata final da XIII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata, assinada, no palácio do itamaraty em Brasília, pelos ministros das relações exteriores da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai	21
Brasília recebe o presidente da República Cooperativista da Guiana discurso do presidente João Figueiredo, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao presidente da República Cooperativista da Guiana, Linden Forbes Sampson Burnham	25
declaração conjunta Brasil-Guiana declaração conjunta Brasil-Guiana, assinada, no palácio do Planalto em Brasília, pelos presidentes João Figueiredo e Linden Forbes Sampson Burnham	26
a visita do presidente Ronald Reagan ao Brasil discurso do presidente João Figueiredo na base aérea de Brasília, logo após a chegada ao Brasil do presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan	33
figueiredo a Reagan: “Brasil e Estados Unidos buscam o diálogo construtivo” discursos dos presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan (tradução não-oficial), no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido pelo presidente brasileiro ao presidente norte-americano	34
Reagan em São Paulo: “Estamos com o Brasil e não mudamos” discurso do presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan (tradução não-oficial), no palácio dos Bandeirantes em São Paulo, durante reunião com empresários brasileiros	41
na entrevista à EBN, Saraiva Guerreiro explica a visita do presidente Reagan ao Brasil entrevista do ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, à empresa brasileira de notícias (EBN), a propósito da visita do presidente Ronald Reagan ao Brasil	46
	145

chanceler brasileiro homenageado pela câmara de comércio brasil-estados unidos da américa discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em nova york, por ocasião de almoço com que foi homenageado pela câmara de comércio brasil-estados unidos da américa	55
no brasil, o presidente da sociedade alemã de cooperação econômica discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao presidente da sociedade alemã de cooperação econômica, walter scheel	61
príncipe naruhito, do japão, visita o brasil discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao príncipe naruhito, do japão; e a resposta do príncipe naruhito	63
a reunião ministerial do grupo dos 77, em nova york pronunciamento do chanceler saraiva guerreiro perante a reunião ministerial do grupo dos 77, realizada na organização das nações unidas, em nova york, e que foi lido pelo representante permanente do brasil nas nações unidas, sérgio correa da costa	67
primeira reunião da comissão nacional para assuntos antárticos discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião da abertura da primeira reunião da comissão nacional para assuntos antárticos (conantar)	73
em Brasília, o diretor-geral do gatt discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao diretor-geral do gatt, arthur dunkel	77
a visita do secretário de estado dos negócios estrangeiros do haiti discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao secretário de estado dos negócios estrangeiros do haiti, jean-robert estimé	81
comunicado de imprensa brasil-haiti comunicado à imprensa divulgado pelo palácio do itamaraty em Brasília, relativo à visita do secretário de estado dos negócios estrangeiros do haiti, jean-robert estimé	82
chanceler saraiva guerreiro visita a Itália discursos do ministro dos negócios estrangeiros da Itália, deputado emilio colombo, e do ministro de estado das relações exteriores do brasil, ramiro saraiva guerreiro, em roma, por ocasião de jantar oferecido pelo chanceler italiano ao chanceler brasileiro	85
chanceler brasileiro visita o instituto italo-latino-americano discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em roma, por ocasião de sua visita ao instituto italo-latino-americano	91
saraiva guerreiro homenageia o presidente do senado italiano discurso do chanceler saraiva guerreiro, em roma, por ocasião de almoço oferecido ao presidente do senado italiano, professor amintore fanfani	93
saraiva guerreiro em viena: aprofundar o diálogo austro-brasileiro discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em viena, por ocasião de almoço oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros da áustria, willibald pahr	95

saraiva guerreiro: economias brasileira e austríaca são complementares
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em viena, por ocasião de jantar que ofereceu ao ministro dos negócios estrangeiros da áustria, willibald pahr 97

chanceler brasileiro homenageia o secretário de estado da santa sé
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, na embaixada do brasil junto à santa sé, por ocasião de almoço oferecido ao secretário de estado da santa sé cardeal agostino casaroli 99

a visita, ao brasil, do ministro das relações exteriores da Bélgica
discursos dos ministros das relações exteriores do brasil, ramiro saraiva guerreiro, e da Bélgica, leo tindemans. (tradução não-oficial), no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido pelo chanceler brasileiro ao chanceler belga 101

baena soares representa o brasil na XII assembléia geral da oea
discurso do secretário-geral das relações exteriores, João Clemente Baena Soares, em Washington, por ocasião do debate geral da XII assembléia geral da organização dos estados americanos (oea) 107

brasil e paquistão assinam acordo comercial
discurso do chanceler saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião da assinatura do acordo comercial entre o brasil e o paquistão 111

a reunião ministerial do gatt, em genebra
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em genebra, por ocasião da reunião ministerial do gatt 113

terceira conferência das nações unidas sobre o direito do mar
discurso do chefe da delegação brasileira presente à terceira conferência das nações unidas sobre o direito do mar, Sérgio Thompson Flores, em Montego Bay, na jamaica, por ocasião da sessão de encerramento daquela conferência 117

inaugurado o museu histórico e diplomático do itamaraty
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no rio de janeiro, por ocasião da inauguração do museu histórico e diplomático do itamaraty, em solenidade que contou com a presença do presidente João Figueiredo 125

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros 127

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros 127

tratados, acordos, convênios

os acordos entre o brasil e a república cooperativista da guiana
memorando de entendimento sobre cooperação nas áreas de agricultura e da agroindústria 129
memorando de entendimento sobre a interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianense 130

ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica, nas áreas da pesquisa e da utilização de recursos energéticos 131

acordo, por troca de notas, para isenção da taxa de melhoramento de portos para mercadorias, destinadas à guiana, em trânsito pelo porto de manaus 132

acordo de cooperação amazônica 132
tratado de amizade e cooperação 133

brasil e haiti assinam acordo básico de cooperação técnica e científica

acordo básico de cooperação técnica e científica entre brasil e haiti, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo secretário de estado dos negócios estrangeiros do haiti, jean-robert estimé

135

o acordo comercial brasil-paquistão

acordo comercial entre brasil e paquistão, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo embaixador syed murad ahmad khairi, representando o presidente paquistanês

136

brasil e argentina ratificam convenção destinada a evitar a dupla tributação

ata da cerimônia de troca dos instrumentos de ratificação da convenção entre brasil e argentina destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, assinada, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro, e pelo ministro das relações exteriores e culto da argentina, juan ramón aguirre lanari

137

comunicados e notas

comunicado de imprensa relata os entendimentos de aureliano chaves na hungria
itamaraty anuncia encontro de trabalho dos presidentes brasileiros e argentino
ministério das relações exteriores anuncia visita do chanceler da finlândia

139

140

140

mensagens

ao deixar o cargo de chanceler da rfa, helmut schmidt envia mensagem ao presidente figueiredo
herrera campíns manda mensagem ao presidente joão figueiredo

141

141

notícias

a visita do vice-presidente da república, aureliano chaves, aos países baixos, hungria e república federal da alemanha
realizado em são paulo o seminário "informação para exportação"
instituto rio-branco forma diplomatas estrangeiros
despedidas de embaixadores estrangeiros

143

143

143

143